



ORÇAMENTO 2019

PARA A CIDADE DE LISBOA



I. Sumário Executivo	7
II. Regulamento do Orçamento	39
III. Sínteses do Orçamento	61
Quadro 1. Resumo do Orçamento de 2019.....	63
Quadro 2. Resumo do Orçamento do Ano 2019 por Capítulo Económico	64
IV. Receitas	65
Quadro 3. Orçamento da Receita para 2019.....	66
V. Despesas.....	72
Quadro 4. Resumo do Orçamento das Despesas	73
Quadro 5. Resumo do Orçamento das Despesas por Classificação Orgânica	74
Quadro 6. Resumo do Orçamento das Despesas por Classificação Económica Consolidada	76
Quadro 7. Resumo do Orçamento das Despesas por Classificação Funcional	81
Quadro 8. Mapa dos Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo 2019.....	82
Discriminação das Despesas	84
Responsabilidades Contingentes	142
VI. Anexos.....	143
Anexo I. Entidades Participadas	144

Câmara Municipal de Lisboa

ORÇAMENTO

2019

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

ÍNDICE (Sumário Executivo)

I.	NOTA DE ABERTURA	9
II.	ENQUADRAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTAL 2019	
	Evolução recente do Município de Lisboa	1
	Contexto Macroeconómico	
	Fatores Exógenos ao Município de Lisboa	1
III.	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO 2019	1
IV.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DA POLÍTICA ORÇAMENTAL 2019	
V.	CONTAS SUSTENTÁVEIS E EQUILIBRADAS	2
	Receita	2
	Despesa	2
VI.	OPÇÕES ESTRATÉGICAS POR EIXO DO PROGRAMA DE GOVERNO DA CIDADE	3

I. NOTA DE ABERTURA

A proposta de Orçamento para a Cidade de Lisboa, referente ao ano de 2019, foi elaborada de forma a dar desenvolvimento aos grandes objetivos estratégicos que orientam o Programa de Governo para o presente mandato. Estes princípios estão sintetizados nas Grandes Opções do Plano (GOP), assentando numa Visão e Ambição que pretendem ***“aproveitar o momento único que vivemos, para tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para se viver. (...) capaz de dar a todos, das atuais e futuras gerações, mais oportunidades para realizarem os seus sonhos e desenvolverem os seus potenciais. Uma cidade aberta, à altura da sua história milenar, como espaço de futuro para todas as mulheres e homens que aqui residem, trabalham e nos visitam.”***

Esta visão para a Cidade impõe um esforço em diferentes áreas, cruzando planos de reflexão e intervenção articulados, que permitam a Lisboa ser cada vez mais uma cidade sustentável e resiliente, afirmando-se pela qualidade de vida das pessoas, nos domínios social, ambiental, económico, financeiro e político. De forma a organizar este esforço, foram assim propostos 5 eixos estruturantes:

- **EIXO A – Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente**, preparando uma cidade sustentável e de bem-estar
- **EIXO B – Combater Exclusões, Defender Direitos**, onde todas e todos possam ter lugar e os devidos direitos de cidadania
- **EIXO C – Dar Força à Economia**, de forma a poder construir as condições para uma prosperidade partilhada
- **EIXO D – Afirmar Lisboa como Cidade Global**, mantendo o lugar, a cultura e a história que sempre confirmaram o carácter universalista e progressista da Cidade
- **EIXO E – Governação Aberta, Participada e Descentralizada**, vertida numa Cidade da participação e da democracia

A concretização destes 5 Eixos traduzir-se-á num expressivo volume de investimento, seja ele mais tangível e percecionável pelas pessoas que vivem a Cidade, como menos visível e com uma componente física não tão realçável, mas preparado para os desafios futuros da Cidade. O referido investimento reparte-se por vários projectos / áreas de atuação que merecem destaque abaixo, quer pela sua expressão orçamental quer pelo impacto positivo que terão na vida e funcionamento da cidade de Lisboa.

PRA - Habitação para todos

Com o maior investimento em curso nesta área, desde há mais de 40 anos, em diferentes linhas de intervenção articulada, o Município de Lisboa ampliará em 2019 o esforço que o tem feito pioneiro no

lançamento de novos programas, em função das necessidades reais das pessoas e da alteração do quadro social dos últimos anos.

Esta estratégia tem linhas de força diversas, que passam pela construção de nova habitação, reabilitação de edificado - tanto em bairro municipal como em património disperso -, e aquisição de edifícios e disponibilização de terrenos. Lançadas já varias operações do Programa de Renda Acessível, nas suas diversas vertentes, continua igualmente a requalificação do edificado em bairros municipais (sendo em 2019 iniciado o novo programa Aqui há mais Bairro II), bem como a intervenção em património disperso.

Mobilidade

Em 2019 continuará o reforço de investimento no transporte público, em particular no que à Carris diz respeito, quer seja ao nível do alargamento da oferta como da entrada em exploração de novos autocarros.

O próximo ano será ainda marcado pela concretização dos primeiros projetos da rede de corredores estruturantes de transporte público, bem como pela continuidade do investimento no Plano de Acessibilidade Pedonal e Ciclável, no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, e em sistemas/dispositivos de gestão do tráfego na Cidade.

Competitividade, Inovação e Diversificação Económica

O desenvolvimento da estratégia para a economia da Cidade passa, nesta fase, pela afirmação de Lisboa enquanto Laboratório aberto à inovação. Neste contexto enquadra-se o investimento no *Hub Criativo do Beato*, que se pretende vir a afirmar como espaço de referência na atracção de grandes empresas e talentos, vertente em que se destaca também a Operação Integrada de Entrecampos.

Quer-se reforçar também a capacidade de chamar até Lisboa eventos que a tornam exemplo e referência em matéria de inovação, como é o caso da Web Summit montra mundial de tecnologia e informação que nos próximos 10 anos se manterá na Cidade.

O investimento em 2019 relacionado com a estratégia para a economia da Cidade prevê ainda a continuidade no desenvolvimento de projetos como as Lojas com História e a implementação das ações relacionadas com o Plano Municipal dos Mercados 2016-2020, entre outros programas implementados em parceria com as mais diversas instituições, desde Universidades ao meio empresarial.

Sustentabilidade Ambiental e Higiene Urbana

A visão para uma Lisboa sustentável, apresentada na candidatura a Capital Europeia Verde 2020, entretanto ganha em junho de 2018, assenta em 3 pilares (eficiência energética; gestão inteligente do recurso *água*; estruturas e infra-estruturas verdes).

De destacar o reforço na substituição da iluminação pública e das medidas de eficiência energéticas nos edifícios e equipamentos municipais.

Quanto à gestão do recurso *água*, e no âmbito do Plano Geral de Drenagem, salienta-se em 2019 o início da construção dos 2 túneis – Monsanto/Santa Apolónia e Chelas/Beato, bem como intervenções de reabilitação/reforço da rede de coletores.

Os investimentos na conclusão da rede de corredores verdes incluirão o Vale de Alcântara, o Parque Verde da Feira Popular e o início da reabilitação do Parque Urbano do Vale do Forno, entre outros.

Já o investimento na higiene urbana da Cidade passará pelo reforço de equipamentos e trabalhadores afectos aos serviços, com a renovação e aumento da frota de veículos, bem como o alargamento das ecoilhas subterrâneas. A Câmara Municipal de Lisboa vai também, em matéria de higiene urbana, estabelecer contratos interadministrativos de cooperação com as freguesias num montante global de cerca de 5 milhões de euros.

As linhas estratégicas acima destacadas, entre outras reflectidas no presente Orçamento, inserem-se na resposta do Município a desafios globais, que só conseguirão ser ultrapassados com um trabalho conjunto com as Freguesias, a Administração Central e todos os atores-chave intervenientes na Cidade.

Assim, e nomeadamente no domínio da habitação, para uma mudança estrutural e resposta completa que assegure o Direito à Habitação é fundamental que, além das políticas públicas da autarquia assumidas pelos instrumentos, programas e investimento do Município, sejam postos em prática pela Administração Central os programas e ações que decorram da Nova Geração de Políticas já aprovada e que sejam legisladas matérias como o arrendamento urbano, produzidas políticas fiscais eficazes e, naturalmente, a Lei de Bases de Habitação.

Já no que diz respeito à atividade turística, é visível para todos, por um lado, que detém um peso significativo na economia da Cidade, e por outro, que tem gerado problemáticas e fenómenos novos que importa enfrentar. O esforço para atingir o equilíbrio pretendido requer desde logo que se exija aos co-cidadãos (visitantes e residentes não habituais) um reforço na sua responsabilização perante os residentes habituais, de forma a partilhar responsabilidades (inclusive financeiras) para minimizar os efeitos negativos decorrentes da pressão da atividade turística e assegurar uma manutenção e gestão do espaço público mais ágil e eficaz.

II. ENQUADRAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTAL 2019

- **Evolução recente do Município de Lisboa**

O Município de Lisboa é hoje um referencial de estabilidade, de credibilidade e de boas contas tendo feito um percurso notável de recuperação da profunda crise em que se encontrava em 2007.

Foi prosseguida uma política de crescimento sustentável, tão mais relevante quanto implementada em contexto de conjuntura económica adversa, destacando-se os tópicos de uma política fiscal estável e impulsionadora da atividade económica na Cidade, do investimento na requalificação do espaço público e serviços urbanos, criando uma Cidade melhor para viver, trabalhar e visitar, bem como mais atrativa para as pequenas e médias empresas.

A par desta política de crescimento sustentável foram aplicadas políticas ativas no Município de Lisboa, nomeadamente o esforço de consolidação orçamental e uma forte redução da dívida (ver Gráfico 1).

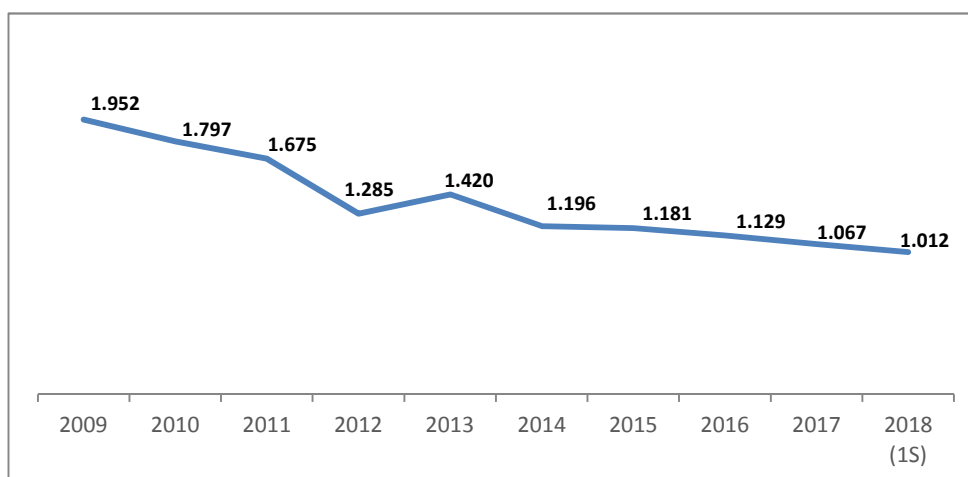


Gráfico 1 – Evolução do Passivo total (em milhões €)

Esta situação permitiu ao Município de Lisboa começar a pagar a pronto pagamento no final do ano de 2014, política esta que tem vindo a prosseguir nos anos subsequentes, conforme o Gráfico 2 o comprova, e que se pretende manter nos próximos anos, com um prazo médio de pagamentos entre os 2 e os 4 dias, reforçando, assim, o papel do Município enquanto dinamizador da economia de Lisboa, a par de outras políticas que fomentam o empreendedorismo, a criação de novas empresas e a geração de emprego.

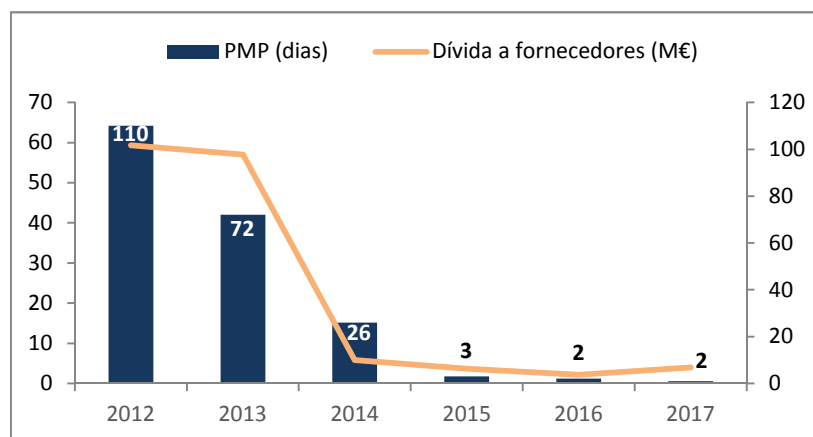


Gráfico 2 – Evolução da Dívida a Fornecedores e Prazo Médio de Pagamentos

Salienta-se ainda, fruto da dinâmica atual da Cidade, um acréscimo de receita fiscal extraordinária de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) impulsionada (ver Gráfico 3), em larga medida, pelo nível recorde do investimento imobiliário e pelo aumento da economia decorrente do crescimento exponencial de visitantes na Cidade. De notar que a média da receita anual de IMT até ao ano de 2013 situava-se em torno dos 90 milhões €, sendo os valores desde aí muito superiores a essa média.

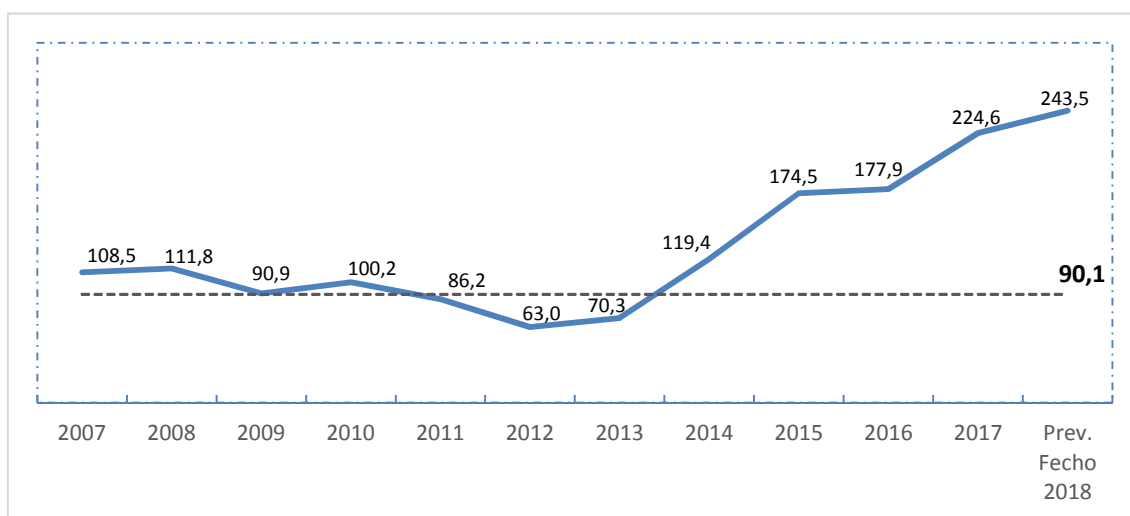


Gráfico 3 – Evolução da Receita fiscal de IMT (em milhões €)

O Orçamento Municipal para 2019 consolida e reforça uma política de crescimento sustentável, orientada para as pessoas e para as empresas, a qual se suporta num conjunto de investimentos estruturantes para a Cidade que têm vindo a registar um aumento robusto nos últimos 5 anos, como o Gráfico 4 documenta.

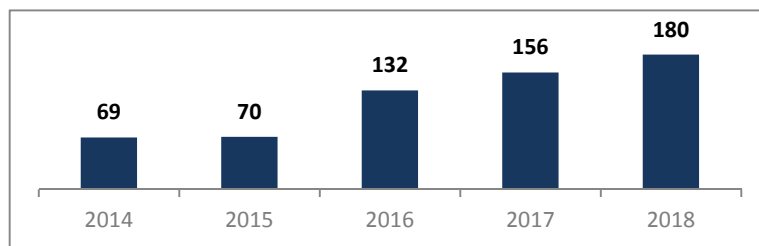


Gráfico 4 – Evolução do Investimento (em milhões €)

Realça-se da mesma forma que o Município de Lisboa, no âmbito da sua política de provisões e dentro do princípio da prudência, conseguiu fazer face à devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil no montante de 53,3 M€ aos munícipes, e ainda, responder efetivamente à conclusão do processo Arez Romão (processo em contencioso, com origem no final do século passado, relativo à cedência de um terreno na Quinta das Pedreiras, Lumiar) que resultou na penalização do Município em 96 milhões €.

Estes processos foram integralmente cumpridos sem alteração das políticas financeiras e económicas do Município, dentro da estratégia delineada de diminuição do passivo, pagamento a pronto aos fornecedores e continuidade do investimento na Cidade, bem como a manutenção de uma situação de tesouraria equilibrada.

Tendo presente a síntese factual feita acima e conjugando-a simultaneamente com a execução orçamental do 1º semestre de 2018 e projeções previsionais para o final do ano, assume-se um ponto de partida para o ano 2019 bastante sólido e sustentado, com o Município de Lisboa, a 30 de junho de 2018, a diminuir o seu passivo em cerca de 55,4 milhões €, a pagar em média aos seus fornecedores a 3 dias, e com um aumento de 3,1 milhões € dos seus proveitos operacionais face ao período homólogo de 2017.

- **Contexto Macroeconómico**

A proposta de Orçamento para 2019 tem por base as Grandes Opções do Plano 2019-2022, e leva em conta as previsões económicas previstas por diferentes instituições nacionais e internacionais.

O Produto Interno Bruto (PIB) português teve um crescimento real em 2017 de 2,8%. As previsões para o ano de 2018 apontam para um crescimento na ordem dos 2,3%, situando-se a estimativa de crescimento para o ano de 2019 num intervalo entre os 1,9% (previsão do Banco de Portugal) e os 2,3% (Pacto de Estabilidade 2018-2022).

Recentemente, o Banco de Portugal atualizou as projeções para a economia portuguesa no seu Boletim Económico de Outubro, onde realça que a mesma deverá manter uma trajetória de expansão, embora a um ritmo inferior comparado com o ano anterior, apresentando porém um ritmo de crescimento em linha com o atualmente projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para o conjunto da área do Euro.

Prevê-se, pois, que a economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento económico e financeiro favorável, incluindo um crescimento robusto da procura externa, em cerca de 4%, bem como uma evolução positiva do consumo privado que reflete a melhoria no mercado de trabalho a par com uma diminuição da taxa de desemprego.

Quadro 1 – Contexto macroeconómico

	2016	2017	2017	2018	2018	2019
	INE		OE 2018		PE 2018-2022	
PIB e componentes da Despesa (taxa de crescimento homóloga real, em %)						
<i>PIB</i>	1,6	2,7	2,6	2,2	2,3	2,3
<i>Consumo privado</i>	2,1	2,3	2,2	1,9	2,0	2,0
<i>Consumo público</i>	0,6	-0,2	-0,2	-0,6	0,7	-0,1
<i>Investimento (FBCF)</i>	1,5	7,9	7,7	5,9	6,2	7,0
Contributos para a variação real do PIB (em %)						
<i>Procura interna</i>	1,5	2,9	2,7	2,2	2,5	2,6
<i>Exportações líquidas</i>	0,1	-0,2	-0,1	0,0	-0,2	-0,2
Preços (variação, em %)						
<i>Deflator do PIB</i>	1,5	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4
<i>IPC</i>	0,6	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5

Fonte: Parecer Técnico 1/2018 UTAO

Os principais indicadores recentes, disponibilizados por instituições de referência (eg. Banco de Portugal), apontam para uma progressão positiva da economia, traduzida na evolução positiva do PIB, do consumo privado, do investimento e das exportações, ainda que com oscilações.

- **Fatores Exógenos ao Município de Lisboa**

Como fatores exógenos com influência na atividade municipal para 2019, cabe destacar, entre outros:

- A publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, que concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, e produz efeitos já em 2019, de forma gradual, após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial. Os municípios podem desta forma preparar até 2021, data prevista para a plena transferência de competências, todos os processos relacionados com a gestão de património e de recursos humanos envolvidos no exercício das mesmas;
- Um novo paradigma nos processos de registo e relato financeiro, cuja respetiva operacionalização terá efeitos a partir de 2019 e decorre das normas emanadas pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP), implicando uma importante alteração das regras e procedimentos em vigor, com impacto relevante, designadamente, no (re)desenho dos processos, nos sistemas de informação, nas normas de controlo interno, nas demonstrações financeiras e no processo orçamental;
- As alterações ao Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro) e o novo Regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos (Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro) emanados pela ERSAR e com efeitos já em 2019, bem como outras alterações expectáveis de regulamentação ou procedimentos no que respeita aos tarifários para os serviços de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos que a ERSAR ou o legislador venha a introduzir;
- A publicação da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que altera o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que, designadamente, introduziu alterações na base de financiamento municipal;
- A recorrente e contínua falta de regulação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental (da despesa e da receita) na Administração Local, mantendo-se o constrangimento de não estarem criadas as condições legais para o cumprimento da legislação aplicável;

- A não disponibilização aos Municípios de informação relativa a “projeções dos principais agregados macroeconómicos com influência no Orçamento do Estado” e linhas gerais da política orçamental do Governo, nomeadamente quanto às medidas com impacto na receita fiscal;

Adicionalmente, a receita estrutural é reduzida por opção do Governo, ao limitar o acréscimo do valor de transferência anual do IRS em 5% para cada Município. Assim, a estrutura da receita fiscal da Câmara Municipal de Lisboa manter-se-á desajustada face aos custos que a Cidade suporta e derivados, em parte, dos movimentos pendulares diários que atrai, continuando a considerar-se que a sua base fiscal incide unicamente sobre população residente;

- A publicação da Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto, que altera o regime de autorização de exploração dos estabelecimentos de alojamento local, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, atribuindo competências às câmaras municipais na gestão desta atividade, nomeadamente a possibilidade de criar “quotas” e estabelecer limites ao número de estabelecimentos em determinadas zonas (chamadas zonas de contenção), bem como impor “limites percentuais em proporção dos imóveis disponíveis para habitação”;
- A aplicação do Decreto-Lei n.º 37/2018 - 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
- O 1.º Direito é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais que nos seus instrumentos assume uma abordagem de complementaridade para com as políticas e programas municipais de apoio ao arrendamento, em particular a custos acessíveis, visando contribuir para a sua viabilização, bem como em matéria de reabilitação, tanto dos edifícios como das áreas urbanas.

III. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO 2019

Mantém-se, neste Orçamento, o princípio da prudência aplicado tanto à análise das receitas como à gestão dos custos correntes. A aposta na redução dos níveis de endividamento continua bem presente, cumprindo-se os planos de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo e dos acordos de pagamento em carteira, com controlo da dívida a fornecedores. Desta forma, o Município de Lisboa tem a possibilidade de libertar recursos para continuar a investir em áreas prioritárias, como aquelas que já foram afloradas na Nota de Abertura e em outras que venham a revelar-se pertinentes e estratégicas no futuro.

Destacam-se 4 orientações técnicas que se assumiram como estruturantes para uma sólida construção do Orçamento para 2019, a saber:

▪ **Equilíbrio orçamental**

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais determina regras de equilíbrio orçamental nomeadamente a do equilíbrio formal ou global – não há orçamentos deficitários - e a do equilíbrio substancial, i.e., as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes, no desiderato de se obterem saldos correntes positivos, desde logo, para o financiamento de despesa de capital.

O atual Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro) reforça a regra do equilíbrio orçamental, no seu artigo 40º, ao estipular que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, instituindo uma banda de incumprimento até 5% das receitas correntes totais, a ser compensada no ano subsequente.

A elaboração deste orçamento inscreve o cumprimento deste conjunto de normas, sendo de relevar que as receitas correntes superam as despesas correntes em cerca de 22%, ou seja, cobrem as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo e, ainda, financiam despesas de investimento.

▪ **Receitas conservadoras**

No âmbito da receita orçamental realçam-se as limitações legais quanto à inscrição de receita de cobrança certa, designadamente quando ultrapassam a média de:

- a) 24 meses, no que se refere aos impostos, taxas e tarifas, constantes no POCAL;
- b) 36 meses, relativamente à venda de bens imóveis, constantes da Lei do Orçamento de Estado, mesmo que com processos concluídos a aguardar escritura.

O crescimento da receita centrou-se, em boa medida, em fatores conjunturais, nomeadamente na consolidação da dinâmica muito favorável do mercado imobiliário com a procura a superar a oferta, com o correspondente aumento do IMT.

▪ **Reservas de contingência**

Dentro do princípio da prudência, o Orçamento para 2019 acomoda uma reserva de contingência no valor de 124 milhões €. Esta reserva, se necessário, servirá para acautelar obrigações decorrentes de decisões judiciais sobre processos em contencioso, ou mesmo direccionada para a amortização de dívida e eventualmente para aplicação em investimento urgente e/ou de oportunidade.

▪ **Racionalidade e eficiência da despesa**

No Orçamento Municipal para 2019 a despesa obedece aos princípios da eficiência, da eficácia e da economicidade, visando a identificação e eliminação do desperdício e a melhoria contínua da produtividade e qualidade dos serviços colocados ao dispor dos Municípios.

A aplicação de tais princípios reflete-se, ao nível da despesa, em ganhos muito significativos para a organização através de redução e substituição de despesa, nomeadamente pela substituição por dívida menos onerosa. Um dos seus principais objetivos é o aproveitamento otimizado dos recursos financeiros disponíveis para a obtenção dos melhores resultados possíveis, recorrendo, sempre que possível, a análises de custo/benefício para a tomada de decisão.

IV. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DA POLÍTICA ORÇAMENTAL 2019

A política orçamental para 2019 apresenta quatro orientações estratégicas que importa destacar, quer pelo contributo dado para o investimento na qualidade de vida dos Lisboaetas, quer pelo desenvolvimento sustentável da Cidade.

1. Aumento do Investimento

Preparar Lisboa para enfrentar e vencer os desafios do futuro é o objetivo que congrega a estratégia municipal, em campos que vão da aposta na melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida ao combate às exclusões, da gestão de recursos mais eficiente à dinamização da economia, do incentivo à cultura passando pela promoção de estilos de vida mais saudáveis, com espaço para todas as idades.

Dando continuidade ao atual ciclo de investimento em áreas estruturantes para o desenvolvimento equilibrado da Cidade, acompanhando as necessidades das pessoas nas novas dinâmicas urbanas, destacam-se no Orçamento Municipal para 2019 áreas como:

- a) Habitação;
- b) Mobilidade;
- c) Competitividade, inovação e diversificação económica;
- d) Sustentabilidade ambiental e Higiene urbana.

Habitação PRA todos

O Município de Lisboa tem vindo, de forma pioneira, a diversificar instrumentos de atuação na área da habitação, com o objetivo de dar respostas diferenciadas a necessidades diversas identificadas na população.

Entre as frentes de atuação com reflexo no Orçamento de 2019 estão os diversos investimentos em projetos de renda acessível, pensada para as famílias de rendimentos intermédios, que hoje têm dificuldade em encontrar solução habitacional. Estão entre estes planos de intervenção o programa «Lisboa PRA todos – Concessões», com 15 operações - várias já lançadas – que darão lugar a mais de 6.000 unidades habitacionais, num investimento do Município com parceiros privados. Já o PRA - Operação Integrada de Entrecampos prevê a construção de 700 habitações de renda acessível, bem como novos equipamentos sociais e culturais.

O PRA - PRESS - Programa de Reconversão de Edifícios da Segurança Social vai, por sua vez, utilizar 11 edifícios no centro da cidade, de forma a disponibilizar 250 apartamentos e 226 quartos para estudantes, também com renda acessível. A reconversão dos imóveis resulta de um memorando de entendimento entre o Município e o Ministério do Trabalho e Segurança Social, ficando os projetos e as obras a cargo da CML.

O PRA – Programa de Intervenção no Edificado Disperso Municipal dá continuidade à reabilitação deste património, permitindo o lançamento de bolsas de habitação em diferentes pontos da cidade, tal como feito nos últimos anos. O Município vai reforçar, por outro lado, o PRA - Apoio financeiro ao Arrendamento, aumentando a verba disponível no já conhecido Subsídio Municipal ao Arrendamento.

O Município aumenta ainda, em 2019, o ritmo de investimento em construção nova, nomeadamente nos bairros Padre Cruz, Boavista e Cruz Vermelha, onde está a aplicar um modelo de habitação de nova geração que torna as habitações mais sustentáveis, eficientes energeticamente e confortáveis em termos de acessibilidade. Junta-se a esta intervenção o investimento generalizado, através da Gebalis, na recuperação e requalificação de Bairros Municipais, para aumentar as condições de conforto, segurança e eficiência energética dos edifícios e melhorar a qualidade de vida das pessoas que aí habitam.

Mobilidade

O Orçamento de 2019 reforça a aposta do investimento da Câmara Municipal de Lisboa no transporte público. Aprovado em 2018, o segundo aditamento ao contrato de concessão reforça para um valor de 29 milhões€/ano o financiamento municipal à Carris, dotando a empresa dos meios necessários para operar os novos autocarros que estão a chegar mensalmente, até julho de 2019, e o reforço do quadro de pessoal.

O Município está a promover desta forma o financiamento do alargamento da oferta, das carreiras de bairro e novos autocarros e elétricos, para mais qualidade no transporte público, e para um transporte público mais acessível, isto é, mais próximo e mais barato.

Durante 2019, continuarão a ser realizados os projetos da rede de corredores estruturantes de transporte público e concretizados no terreno os primeiros investimentos desta rede. Este será ainda um ano marcado pela continuidade dos investimentos no plano de acessibilidade pedonal e ciclável, com aumento da expressão destes últimos. Realce-se o alargamento expressivo da rede ciclável de Lisboa (em que a EMEL, através de Contrato de Mandato, executará 40 km de novas vias).

Será ainda concretizado um conjunto relevante de investimentos na sala de gestão da mobilidade, na rede de sistemas de segurança rodoviária e gestão de tráfego da cidade, que permitirão a operação articulada da Polícia Municipal, EMEL e CML, e uma gestão mais proactiva do tráfego na Cidade.

Nas empresas Carris e EMEL será reforçado o alinhamento do plano de atividades com vista ao reforço do ecossistema de mobilidade da Cidade de Lisboa, onde estas duas empresas têm um papel incontornável.

Importa por último realçar a importância de cooperação e articulação que se tem verificado entre o Município de Lisboa e a Área Metropolitana, no domínio da mobilidade, bem como o fortalecimento das relações bilaterais com outros Municípios.

Competitividade, Inovação e diversificação económica

O desenvolvimento da estratégia para a economia da cidade de Lisboa passa, nesta fase, pela afirmação de Lisboa enquanto Laboratório aberto à inovação. Neste contexto enquadra-se o investimento no *Hub Criativo do Beato*, que se quer afirmar como espaço de referência para a promoção de Lisboa enquanto cidade empreendedora – área em que é já uma referência na Europa. Isto entre outras medidas para aumentar a capacidade de atrair e reter talentos, empresas, investimento, dinamizar *clusters* estratégicos e estimular a ligação entre inovação, criatividade e empreendedorismo, potenciando, nomeadamente, os efeitos da realização da *Web Summit* em Lisboa por mais dez anos.

Pretende-se neste esforço que o *Hub Criativo do Beato*, que passa para propriedade plena do Município, se assuma ainda como verdadeiro catalisador e âncora de um mais amplo e profundo processo de regeneração e revitalização da zona oriental da Cidade. De forma a assegurar o investimento na reabilitação das infraestruturas e espaços exteriores, da responsabilidade do Município, estão previstos neste Orçamento os necessários recursos financeiros para a execução das intervenções projetadas.

A promoção da Cidade enquanto espaço aberto à inovação conta com o envolvimento direto de um conjunto significativo de entidades (empresas, instituições de investigação, universidades), em torno de projectos chave como o Smart Open Lisboa, o Lisboa Robotics, o Laboratório de Inovação de Lisboa, o Study in Lisbon, a Made of Lisboa ou o Lisboa Empreende.

O Município continuará igualmente a reforçar a aposta na economia criativa, destacando-se o investimento na rede de espaços de criação e incubação de projetos.

Por último, é de referir que se encontra em estudo um reforço da participação do Município na gestão da Feira Internacional de Lisboa (FIL) em parceria com a Associação Industrial Portuguesa (AIP), Associação de Turismo de Lisboa (ATL) e outras entidades.

Sustentabilidade ambiental e Higiene urbana

A visão para uma Lisboa sustentável, apresentada na candidatura à Capital Europeia Verde 2020, e entretanto ganha em junho de 2018, assenta em 3 pilares: eficiência energética; gestão inteligente do recurso *água*; estruturas e infra-estruturas verdes.

No que ao 1º pilar diz respeito, é de destacar o esforço para a continuação na substituição da iluminação pública (50% LED até ao final de 2020) e das medidas de eficiência energéticas nos edifícios e equipamentos municipais e também na construção das novas habitações municipais.

Quanto à gestão do recurso *água* destaca-se ao nível do investimento municipal a execução de medidas do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030). No ano de 2019 irá dar-se início à obra de construção dos 2 túneis – Monsanto/Santa Apolónia e Chelas/Beato, bem como intervenções de reabilitação/reforço da rede de coletores, implementação do sistema de monitorização e aviso da rede de saneamento de Lisboa e ainda a construção de várias bacias de retenção/infiltração.

Os investimentos na conclusão da rede de corredores verdes incluirão o Vale de Alcântara, o Parque Verde da Feira Popular e o início da reabilitação do Parque Urbano do Vale do Forno, entre outros. Em Monsanto prosseguirá o investimento na qualificação deste parque florestal, estando igualmente previsto um esforço adicional de aumento e consolidação do investimento em arvoredo, com o arranque do projeto “Uma Árvore em cada Esquina”, enquadrado nas medidas previstas de adaptação climática para resiliência às ondas de calor.

O significativo reforço do investimento para os Serviços da Higiene Urbana no presente Orçamento, ilustra bem a aposta da Câmara Municipal de Lisboa nesta área. Depois do reforço da frota, nos últimos anos, com a aquisição de 105 viaturas, prevê-se a chegada de 30 novas viaturas de remoção de resíduos em 2019, continuando assim o alargamento e renovação desta frota.

Continuar-se-á, também, a implementar a rede de suporte do sistema de remoção de resíduos, com a instalação de ecoilhas subterrâneas, dando seguimento ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Lisboa, que previa a instalação em 100 localizações até 2020. O esforço feito nesta área permitiu, no entanto, que fossem já instaladas estruturas em 140 localizações, número que, no final de 2019, deverá subir para um total de 200 locais na cidade.

Também em 2019, o reforço de verbas para a limpeza da Cidade vai ainda envolver o estabelecimento de Contratos Interadministrativos de cooperação com as Freguesias, num montante global de cerca de 5 milhões de euros.

2. Consolidação da política de impostos, taxas e tarifas mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa + Estabilidade fiscal e tributária

Importa, desde logo, destacar como fundamental a manutenção do compromisso assumido com os municípios de Lisboa no que se refere à competitividade tributária e fiscal praticada no concelho de Lisboa. Lisboa é o concelho com a política fiscal mais atrativa e favorável no contexto da Área Metropolitana, devolvendo verbas significativas aos seus municípios através de:

- a) **IMI** – O Imposto Municipal sobre Imóveis está no mínimo admissível por lei, ou seja com uma taxa de 0,3% (de um intervalo possível entre os 0,3% e 0,45%), o que representa uma poupança anual de cerca de 65,5 M€ para os Lisboaetas. Acrescem a este valor os descontos previstos para os agregados com filhos (20€ para 1 filho, 40€ para 2 filhos e 70€ para 3 ou mais filhos), contabilizados num valor de 1,1 M€;

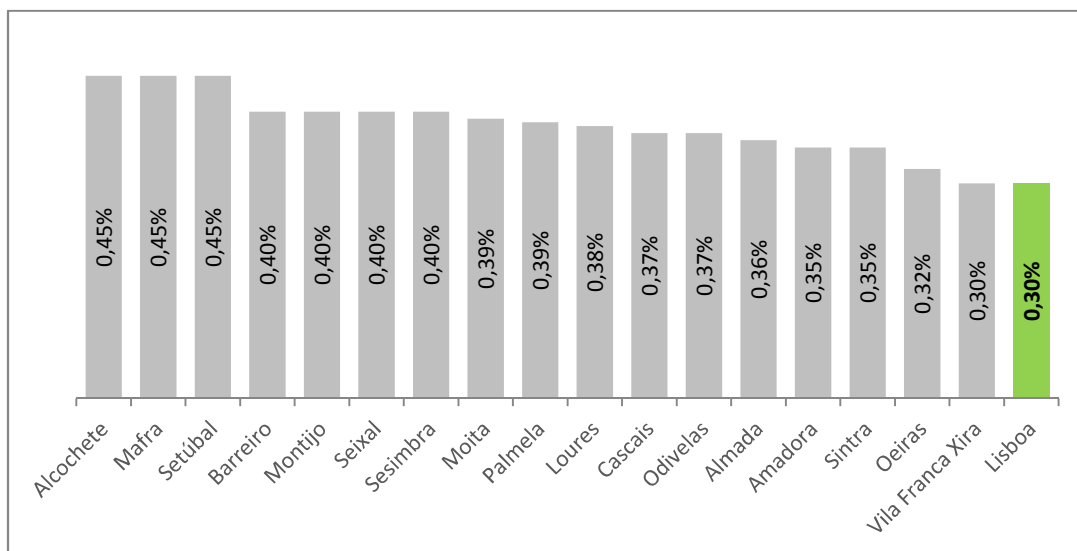


Gráfico 5 – Taxas do IMI aplicadas nos concelhos da AML (ano 2018)

- b) **IRS** – Devolução aos municípios de metade das receitas obtidas pelo Município do Orçamento de Estado (2,5%), sendo aliás o único município da AML que o faz (ver Gráfico 6). Esta medida representa anualmente, no total, uma devolução aos Lisboaetas de cerca de 32,5 M€.

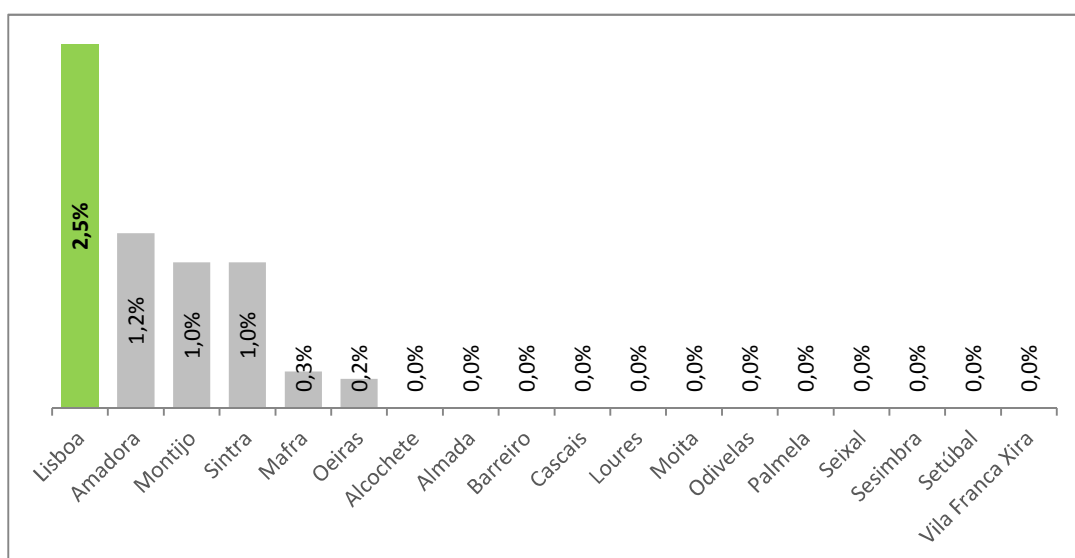


Gráfico 6 – Benefício municipal de IRS aplicado nos concelhos da AML (ano 2018)

- c) **Tarifas** – Quanto à conjugação das tarifas de saneamento e resíduos urbanos, para consumos médios de água de 10 m³/mês, refira-se que o Município de Lisboa, no contexto da AML, melhorou a sua posição relativa face a 2017 e está agora na 1ª posição (valor mais baixo), tal como o Gráfico 7 documenta.

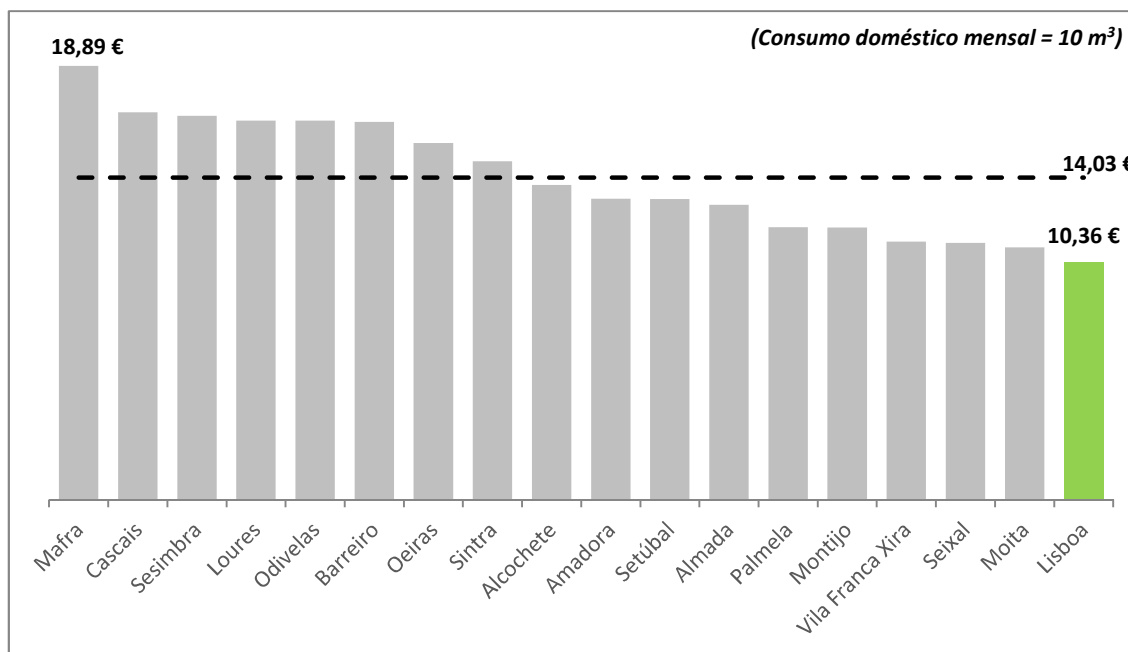


Gráfico 7 – Tarifa mensal conjunta (saneamento + resíduos urbanos) aplicada nos concelhos da AML (ano 2018)

Para além dos valores muito competitivos e atrativos para as famílias, também as empresas detêm incentivos relevantes no domínio da política fiscal do município, nomeadamente ao nível de:

- d) **Derrama** – Isenções para atividades com volume anual de negócio inferior a 150 m€ e para atividades de restauração e pequeno comércio com volume anual de negócio inferior a 1 M€, como forma de potenciar a fixação e constituição de empresas na Cidade e assim servir de incentivo à criação de emprego. Esta medida representa uma poupança anual para as empresas de, aproximadamente, 4,5 M€.

3. Diminuição da Dívida e Melhoria da Eficiência de Gestão

No âmbito de gestão da dívida, o recurso ao crédito far-se-á tendo em conta, para além do limite legal, a dualidade entre a gestão das melhores condições dos custos de financiamento *versus* a rentabilidade dos ativos.

No âmbito das possibilidades permitidas por Lei, e tal como em 2017, promover-se-á a substituição ou consolidação de dívida sempre que as condições sejam mais favoráveis para o Município (por exemplo, taxas inferiores).

A alienação de ativos não estratégicos do Município contribuirá para a aquisição de novos ativos estratégicos e para a amortização da dívida (e como tal, para mobilização dos recursos correntes gerados para financiamento de investimento estruturante).

4. Investimento no Trabalho, nos Trabalhadores e nas suas Condições de Trabalho

O Orçamento para o ano 2019 prossegue as diretrizes estratégicas decididas em 2018, garantindo, de forma sustentada, o investimento no trabalho, nos/as trabalhadores/as e nas suas condições de trabalho.

Constituindo os trabalhadores e as trabalhadoras do Município de Lisboa o seu maior ativo, continuar-se-á a apostar na sua capacitação e valorização, bem como, na garantia de uma situação contratual estável, ambos aspetos prioritários na gestão de pessoas.

Reforça-se, assim, uma política de investimento assente na qualidade e estabilidade do emprego, gerado pelo próprio Universo Municipal, a qual se alicerça numa estratégia de gestão de pessoas direcionada e ajustada às necessidades dos/as trabalhadores/as e respetivos serviços, em torno de quatro pilares fundamentais:

1. **Gerir e capacitar a força de trabalho do Município de Lisboa para a eficiência, qualidade, inovação e orientação para os resultados, visando a consecução dos objetivos estratégicos da organização e da Cidade.** Objetivo concretizável através do investimento em desenvolvimento de competências dos/as trabalhadores/as e dos dirigentes, nomeadamente, implementando um plano de formação e desenvolvimento profissional que alinha as capacidades individuais com os objetivos organizacionais e, simultaneamente, incentiva a criatividade, a abertura ao risco e à inovação. Paralelamente, aposta-se em ferramentas e sistemas informáticos que permitirão uma gestão otimizada e sistémica dos serviços e que contribuem para a promoção de uma cultura de trabalho de excelência;
2. **Valorizar os/as trabalhadores/as do Município e potenciar o valor do seu trabalho**, no sentido de prestarem serviços de qualidade à Cidade e aos munícipes respondendo eficazmente às suas necessidades, e concomitantemente, contribuir para a sua realização pessoal e profissional.
Para tal:
 - a) aposta-se num modelo de gestão colaborativo, que fomenta o trabalho em rede e incentiva a participação ativa, de todos/as trabalhadores/as, envolvendo-os/as no melhor funcionamento dos serviços;
 - b) promove-se o recrutamento dos/as trabalhadores/as necessários/as à prossecução dos

objetivos, premiando o desempenho, introduzindo prémios e incentivos à eficiência e inovação;

- c) proporciona-se novas oportunidades de mobilidade intercategorias/intecarreiras, reconhecendo as suas ideias e os seus contributos;
- d) permite-se a conciliação entre o trabalho e a vida privada criando mecanismos de apoio ativo, com novos benefícios que apoiem o seu quotidiano;

3. **Melhorar as condições de trabalho** nas áreas da saúde, higiene e segurança em todos os locais de trabalho do Universo Municipal, assegurando condições de referência, numa perspectiva integrada e adequada aos objetivos que devam prosseguir no âmbito das suas funções, nomeadamente, ao nível das instalações e equipamentos, tais como a contínua renovação do parque informático e equipamentos de proteção individual;
4. **Renovar o Mapa de Pessoal do Município**, através da abertura de procedimentos concursais tanto para colmatar necessidades de recursos humanos nas áreas prioritárias para a prossecução do Programa do Governo da Cidade, bem como para assegurar o efetivo necessário, face à média da idade dos trabalhadores do Município e às previsíveis aposentações.

A implementação destes quatro pilares será acompanhada de uma política de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todo o Universo Municipal.

V. CONTAS SUSTENTÁVEIS E EQUILIBRADAS

• Receita

Tendo por base o quadro macroeconómico será expetável que as receitas cresçam aproximadamente 40,8% em 2019 por comparação com o ano de 2018 (ver Quadro 2). Este crescimento está diretamente relacionando com a inclusão da venda do terreno de Entrecampos e o aumento da Taxa Municipal Turística em mais 1 euro.

Quadro 2 – Evolução do Orçamento da receita (em milhões €)

	2018	2019	Variação	
			(#)	(%)
Correntes	689,4	775,8	86,4	12,5%
Capital	122,0	366,7	244,7	200,6%
Total	811,4	1 142,5	331,1	40,8%

No âmbito do orçamento, realçam-se as limitações legais quanto à inscrição de receita de cobrança certa, designadamente quando ultrapassam a média de:

- 24 meses nos impostos, taxas e tarifas, constantes no POCAL;
- 36 meses relativamente à venda de bens imóveis, constantes da Lei do Orçamento de Estado, mesmo que com processos concluídos a aguardar escritura.

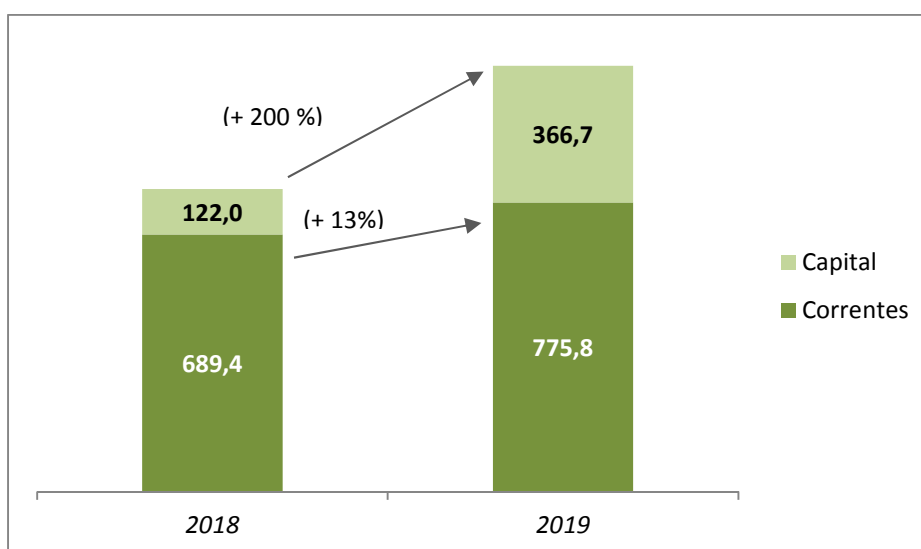


Gráfico 8 – Evolução da receita para o ano 2019 (em milhões €)

No que respeita à estimativa da receita, verifica-se uma variação positiva líquida de 331,1 M€, por via do aumento das receitas correntes em 86,4M€ e no aumento das receitas de capital em 244,7 M€, importando destacar os seguintes pontos:

- i) **Impostos diretos – aumento de 33,2 M€ (+7,9%),** este aumento tem por base a expectativa de melhoria da dinâmica económica da cidade de Lisboa, e não um qualquer aumento de taxas de imposto, sendo fundamentalmente justificado pela seguinte situação: (i) o incremento das receitas potenciais de IMT na ordem dos 30 M€, que no essencial assenta na possibilidade legal para 2019 de poder inscrever em orçamento o que vem sendo a realidade dos últimos dois anos, i.e. um nível historicamente alto deste imposto por via da dinâmica do mercado imobiliário de Lisboa que regista uma maior procura de imóveis, também alimentada por não residentes e pela reabilitação urbana da Cidade.
- ii) **Taxas, Multas e Outras Penalidades – aumento em 29,3 M€ (+42,2%),** essencialmente explicado pelo aumento da Taxa Municipal Turística em mais 1 euro, que se traduz num acréscimo de 22M€ previsto na receita, e pela expectativa da receita gerada pelas taxas urbanísticas e realização de infraestruturas de mais 6,9 M€, face ao momento de grande incremento nos investimentos de reabilitação e requalificação na Cidade.
- iii) **Vendas e Prestação de Serviços – aumento de 12,7 M€ (+10,8%),** em que se destaca o incremento da tarifa de saneamento por via da aplicação do regime transitório aos consumidores não-domésticos (+6,4 M€), o incremento da receita derivada dos parques de estacionamento (+2,3 M€), o aumento da receita de mercados e cemitérios (+1 M€), assim como o incremento de rendas associadas à gestão de ativos do Município (+0,5 M€).
- iv) **Receitas de Capital – aumento em 244,7 M€ (+200,6%),** devido essencialmente à inscrição da receita associada à venda dos terrenos de Entrecampos, no valor de 245,5 M€, incluindo ainda esta rubrica o valor dos 1º e 2º contratos do empréstimo do BEI para financiamento do programa de investimentos Lisboa XXI (+16,6 M€).

- **Despesa**

A melhor posição financeira do Município conseguida no percurso de consolidação orçamental já referido, permite de uma forma mais sustentada intensificar o ciclo de investimento já iniciado e que tem como último objetivo a promoção da qualidade de vida e as melhores condições para as pessoas que vivem, trabalham ou visitam a cidade, bem como prepará-la para desafios futuros.

Será expectável que a despesa definida cresça aproximadamente 40,8% no ano de 2019 por comparação com 2018. Este crescimento acentuado reflete a opção estratégica da inscrição de uma

Reserva de Contingência no valor de 124 M€. Esta reserva tem como objetivo, em cumprimento do princípio da prudência, acautelar um valor para obrigações decorrentes de eventuais decisões judiciais sobre processos em contencioso e ainda para efetuar amortizações extraordinárias de dívida, entre outras potenciais aplicações.

O Quadro 3 apresenta a síntese no que respeita às despesas definidas inscritas no Orçamento 2019 e a sua variação relativa ao Orçamento 2018.

Quadro 3 – Comparação do Orçamento da despesa definida [2018-2019] (em milhões €)

	2018	2019	Variação	
			(#)	(%)
Correntes	533,0	636,5	103,5	19,4%
Capital	278,4	506,0	227,6	81,8%
Total	811,4	1 142,5	331,1	40,8%

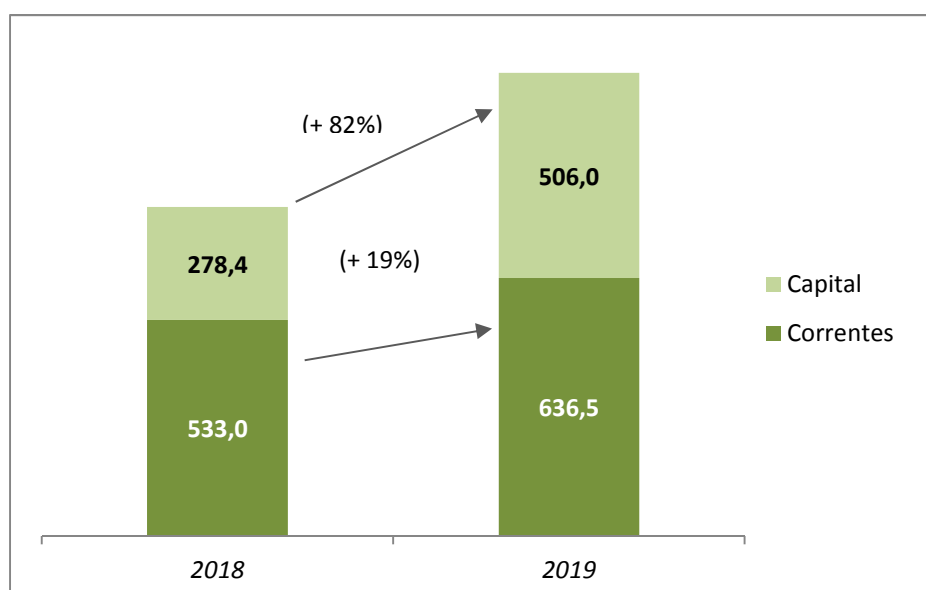


Gráfico 9 – Evolução da despesa definida para o ano 2019 (em milhões €)

Por outro lado, se for efectuada uma análise à despesa global inscrita no Orçamento (despesa definida e não definida), o Quadro 4 reflete os principais valores aí inscritos.

Quadro 4 – Composição da despesa global [definida + não definida] para 2019 (em milhões €)

	Definida	Não Definida	TOTAL
Correntes	636,5	43,2	679,7
Capital	506,0	86,4	592,4
Total	1 142,5	129,6	1 272,1

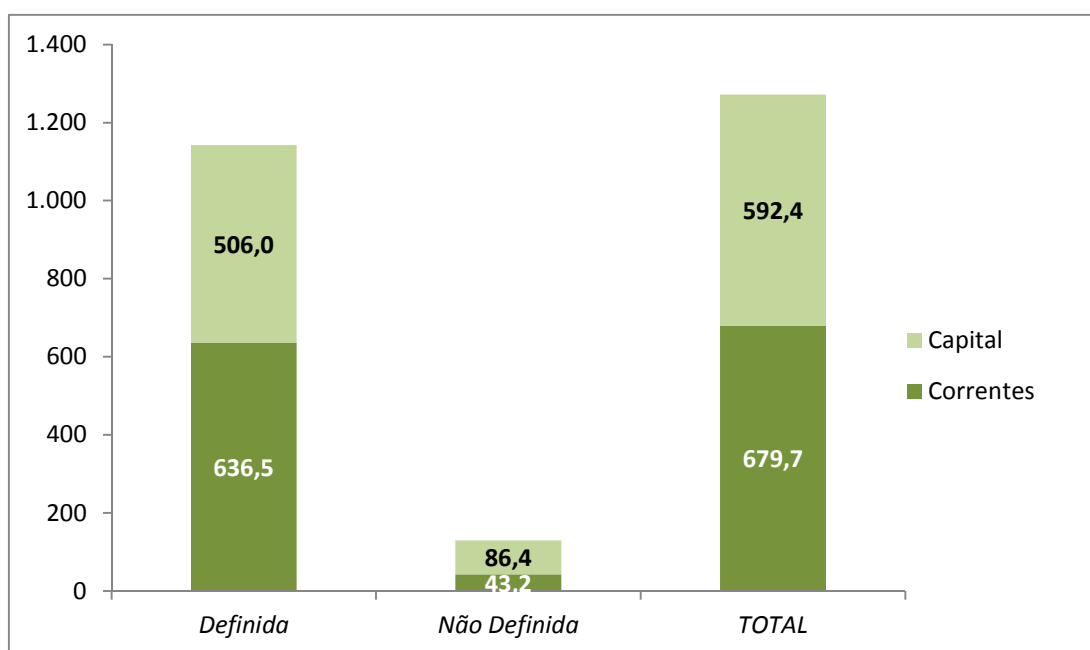


Gráfico 10 – Evolução da despesa global [definida + não definida] para 2019 (em milhões €)

De uma forma mais detalhada, e no que respeita à estimativa da despesa definida, verifica-se uma variação positiva líquida de 331,1 M€, que inclui a já referida reserva de contingência, com aumento das despesas correntes em 103,5 M€ e do aumento das despesas de capital em 227,6 M€, sendo que importa destacar os seguintes efeitos conjugados:

- i) **Despesas com pessoal – aumento de 3 M€ (+1,3%)**, devendo-se principalmente à integração de pessoas no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (PREVPAV), atualmente em curso, da atualização salarial por via do descongelamento das carreiras (+ 25% de acréscimo em maio e restante em dezembro de 2019), e das novas alterações de posicionamento remuneratório com efeitos a 1 de janeiro de 2019 decorrentes do processo SIADAP. Verifica-se também um crescimento de 0,7 M€ em trabalho suplementar por via do aumento de efetivos nas áreas operacionais, decorrente de procedimentos concursais (bombeiros e cantoneiros).

- ii) **Aquisição de bens e serviços – aumento de 45,6 M€ (+35,1%);** no agrupamento “Aquisição de Bens” verifica-se um aumento de 2,6 M€ (+17,8%), sendo as rubricas que mais contribuem para esta subida as relacionadas com “Vestuário e Artigos Pessoais”, no valor de 1 M€ (Vestuário para o RSB, PM e outros operacionais), e “Material de Transporte - Peças”, com cerca de 0,4 M€. No agrupamento “Aquisição de Serviços” verifica-se um aumento de 42,9M€, que se consubstancia em “Outros Trabalhos Especializados”, com 25,1 M€ (20 M€ para aquisição de serviços à Águas Tejo Atlântico, 2,2 M€ para a Valorsul e 0,6 M€ para limpeza anti-*graffiti*, entre outros), de um crescimento em “Outros Serviços”, no valor de 6,7 M€ (2,8 M€ fornecimento de energia, 1,2 M€ para Obras Coercivas e 1M€ para projetos financiados na área da inclusão) e, ainda, 2,9 M€ na rubrica “Estudos, Pareceres, Proj. e Consultadoria”, relacionados com o aumento de projetos no âmbito da reabilitação urbana e do PRA.
- iii) **Juros e Outros Encargos – aumento de 57,4 M€,** que está diretamente relacionado com a parcela de reserva de contingência aqui inscrita com um valor de 58 M€. Parte desta verba deverá ser utilizada para fazer face a decisões sobre processos judiciais pendentes e/ou a eventuais amortizações extraordinárias de dívida, conjugada com a orientação estratégica de substituição de dívida mais onerosa por dívida com taxas mais baixas.
- i) **Transferências correntes – aumento de 3,2 M€ (+4,5%),** justificado pela variação positiva dos valores, comparativamente com 2018, em + 3M€ para a *Web Summit*, +3,5M€ para os manuais escolares e cerca de 5M€ para a limpeza e recolha selectiva, a serem atribuídos às Juntas de Freguesia através de Contratos Interadministrativos.
- ii) **Subsídios – aumento de 33,6 M€ (+ 143%)** relacionado com as transferências relativas a Contratos Programas com as Empresas Municipais, e que resultam quase na totalidades dos 29 M€ referentes às compensações à CARRIS pelas obrigações de serviço público e com um reforço de 2,6 M€ para a nova estrutura da SRU.
- iii) **Outras despesas correntes – diminuição de 39,4 M€ (-61,1%),** que reflete o efeito conjugado da devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil efetuada em 2018 (53 M€), e que já não ocorrerá em 2019, com o aumento de 9,6 M€ respeitantes à cedência de utilização da Manutenção Militar – Ala Norte e Quinta dos Lafões.
- iv) **Despesas de capital – aumento de 227,6 M€ (+81,8%),** destacando-se desde logo o acréscimo de 212,9 M€ com a Aquisição de Bens de Capital, de que se destaca a passagem para propriedade plena do Município do *Hub do Beato*. Saliente-se que neste item também está considerado um

valor relativo a complemento da Reserva de Contingência, no valor de 42 M€. Quanto às Transferências de Capital, destaca-se a diminuição para as Empresas Municipais no valor de 9,2 M€ e um aumento para as Freguesias, no valor de 18 M€, decorrente dos Protocolos de Transferência de Competências.

Nesta linha de apresentação da despesa do Município, importa destacar uma outra opção estratégica que consiste em manter uma política de pagamento a pronto a fornecedores, para promoção da dinamização da economia, que simultaneamente permite a obtenção de melhores preços na contratação a realizar pelo Município, dada a perceção que existe nos fornecedores da redução do risco, da racionalização da despesa e do esforço demonstrado nos últimos anos de credibilização da Administração Pública, em geral, e dos Municípios em particular.

Sintetizando, importa destacar as principais medidas com impacto na receita e na despesa do Município de Lisboa, que resultam de opções estratégicas definidas pelo executivo:

- Forte aposta numa Política Fiscal atrativa para os cidadãos e para as empresas, baseada em isenções na Derrama em setores de atividade e valores devidamente selecionados, e na aplicação da taxa de IMI mais baixa permitida por Lei, que constituem um forte incentivo fiscal para as pequenas e médias empresas que se queiram instalar na cidade, bem como diminuir os custos das instaladas, promovendo a sua consolidação e crescimento e a manutenção de emprego na Cidade.
- Prossecução de uma política de “contas em ordem”, através do pagamento a pronto e da gestão racional da dívida.
- Continuação do esforço de racionalização da despesa, nomeadamente otimizando os processos internos e externos, introduzindo inovação tecnológica e capacitando os trabalhadores.

VI. OPÇÕES ESTRATÉGICAS POR EIXO DO PROGRAMA DE GOVERNO DA CIDADE

As grandes opções estratégicas do presente Orçamento refletem os cinco eixos presentes no Programa de Governo da Cidade.

No **EIXO A**, apostando na permanente melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida, de forma a contribuir para «**Uma Cidade Sustentável e de Bem Estar**», estão englobadas áreas que vão desde a habitação aos transportes e mobilidade, espaços verdes, higiene urbana e sistemas de recolha e tratamento de resíduos, às estratégias para tornar Lisboa mais segura e preparada para o futuro. Um conjunto de investimentos que totaliza **494,0 M€**.

No campo das políticas de Habitação, em que serão investidos 146,5 M€, são diversas as frentes em que o Município está a atuar, nomeadamente no Programa de Renda Acessível, com várias operações a serem lançadas em diferentes pontos da cidade. Continua o processo de intervenção e requalificação no edificado, tanto em bairros como em património disperso. Além da construção de nova habitação no Padre Cruz e Boavista, começa também a nascer o Novo Bairro da Cruz Vermelha. Prosseguem ainda diferentes operações de reabilitação e melhoria das condições de conforto, segurança e eficiência energética dos edifícios em bairros municipais.

Consolida-se neste orçamento a aposta na melhoria da qualidade e aumento da abrangência do transporte público, com mais veículos e um alargamento da abrangência da rede da Carris, bem como das condições de acessibilidade na Cidade, tanto em termos de infraestruturas como no que toca aos sistemas e dispositivos de gestão e segurança. A mobilidade acessível e ao alcance de todos é, portanto, outro dos desafios deste eixo, envolvendo no presente orçamento 49,9M€, contemplando o Fundo de Mobilidade Urbana, desenvolvimento de redes cicláveis e pedonais e outros investimentos em matéria de gestão de tráfego.

A melhoria da Higiene Urbana, com várias estratégias de proximidade e aumento de frota de veículos, e o alargamento dos sistemas de tratamento de resíduos, vai contar com 25,6€. Na área do saneamento, o Município vai fazer durante o ano de 2019 um investimento de mais de 34,4M€.

Tornar a Cidade mais sustentável e resiliente é uma responsabilidade acrescida para o futuro. Lisboa tem vindo a assumir estas matérias com resultados tão positivos que foi escolhida para Capital Europeia Verde em 2020. Continuar este trabalho, melhorando o seu posicionamento como Cidade Ecológica, passa, entre outras linhas estratégicas, pela conclusão da rede de Espaços Verdes e do Parques Urbanos, com 24,4M€ de investimento em 2019.

Outro dos grandes objetivos para adaptar a Cidade às alterações climáticas e prevenção de catástrofes, nomeadamente de forma a minimizar o efeito de cheias em Lisboa, começa a ter expressão visível com o início da implantação no terreno do Plano Geral de Drenagem, através das obras de construção de túneis e reforço da rede de coletores, entre outras medidas, onde serão aplicados 31,1M€.

EIXO B – Afirmar direitos, reforçar a cidadania e combater exclusões tem sido uma das principais linhas da atuação do Município de Lisboa, afirmando a vontade de criar uma Cidade cada vez mais solidária e com melhor qualidade de vida para as pessoas, constitui um conjunto de áreas, dos direitos sociais e educação à promoção de estilos de vida mais saudáveis, em que serão aplicados um total de **69,7M€**.

Neste âmbito, o programa Escola Nova, envolvendo a reabilitação de equipamentos educativos na cidade, vai contar com 28,8M€. Área também fundamental para os agregados familiares, a implementação de creches para reforço da cobertura da rede pública, envolve um esforço financeiro de 4,8M€, em 2019. Junta-se a estes investimentos um total de 11,2M€ para a Ação Social Escolar e ainda uma verba de 5,5M€ para distribuição de manuais escolares.

A promoção do desporto e da atividade física, bem como de estilos de vida saudável nos diversos grupos etários, são uma aposta que continua bem presente na governação municipal. Conta neste capítulo com um investimento de 4,4 M€ na requalificação de equipamentos e infraestruturas que se juntam à rede já disponível, preparando a Cidade para todo o programa que decorrerá em 2021, em que Lisboa será Capital Europeia do Desporto.

EIXO C – Para «Dar Força à economia da cidade», diversificando as suas áreas de atividade e capacidade de criação de emprego, com mais serviços qualificados, mais empreendedorismo, maior inovação e desenvolvimento sustentável de áreas tão diversas como o turismo, as indústrias criativas ou o comércio de proximidade, este orçamento contempla estratégias e programas que envolvem um total de **50,3M€**.

Destaca-se, desde logo, nesta área, o esforço para continuar a promover a instalação de *startups*, bem como de captar e manter novos empreendedores em Lisboa, sendo o investimento no *Hub Criativo do Beato* uma das mais importantes medidas. Este espaço, que serve de âncora para o desenvolvimento da área Oriental da Cidade, bem como as intervenções no espaço público ao redor, contarão com 20,3M€ no orçamento do ano de 2019. Isto entre outras medidas de apoio à internacionalização nos domínios da economia e inovação, em que Lisboa começa a ser uma referência incontornável, reconhecida nomeadamente pela presença na Cidade da *Web Summit*, mostra mundial de novas tecnologias que se vai manter na Cidade durante mais dez edições.

Os mercados, como pólos centrais na vida dos bairros de Lisboa, continuarão a ser objecto de intervenção em estreita articulação com as Juntas de Freguesia. Em 2019 prevê-se continuar esse investimento, com 2,2M€, em que se destaca a intervenção no Mercado 31 de Janeiro, com implantação de uma Loja do Cidadão no 1º piso.

O desenvolvimento sustentável do turismo, atividade cujo impacto económico e de emprego é da maior relevância para o Município e para o País, tem neste orçamento contempladas diversas vertentes que pretendem introduzir formas de equilíbrio e de reforço na estrutura da cidade. Estão, assim, contemplados investimentos de 15,5M€ do Fundo de Desenvolvimento Turístico, que no ano de 2019, permitirão canalizar 5M€ para o reforço da higiene urbana, mobilidade e segurança nas zonas de maior procura de visitantes. Ainda nesta área continuará a requalificação de equipamentos emblemáticos, como a Estação Sul Sueste, entre outros, que vão constituir novas centralidades e pólos de atração em Lisboa.

EIXO D - Afirmar Lisboa como Cidade Global é o mote para um conjunto de medidas políticas e iniciativas diversas que, no panorama cultural e social, querem tornar a Cidade cada vez mais cosmopolita e aberta, criativa e solidária. Estão neste Eixo programas e ações que envolvem um total de **42,3M€**.

A intervenção passa, entre outras linhas de força, pela promoção dos mais variados programas e eventos culturais, com 16,7M€, calendário de actividades a que se junta o investimento na requalificação de equipamentos culturais, no valor de 11,2M€.

Estão ainda neste Eixo os investimentos a realizar na nova Feira Popular, espaço simbólico da Cidade, e no novo parque verde que vai integrar, com uma verba de 5,7M€.

A promoção de uma cidade inclusiva, com espaço para todos e todas, está representada neste orçamento em diversas rubricas, de entre as quais se destaca o Programa Municipal de Apoio aos Refugiados, com 1,4M€, dando continuidade ao esforço, em que Lisboa foi pioneira, de responder a uma crise global que atinge pessoas em diversos pontos do planeta.

EIXO E – Assumindo a importância para toda a cidade e para as pessoas que nela vivem, estudam ou trabalham, de uma «Governança aberta, participada e descentralizada», onde todos devem ter formas de participação activa, este orçamento tem previstas diversas áreas de intervenção, com uma verba total de **260,6M€**.

Está neste Eixo prevista uma dotação de 124M€, como reserva de contingência, com a qual o Município mantém uma estratégia de prudência orçamental, para fazer face a responsabilidades decorrentes de processos litigiosos pendentes e/ou continuar o seu plano de amortização de dívida.

O presente orçamento assume também a continuidade da melhoria das instalações e dos serviços municipais, especialmente importante no que toca à relação com os munícipes e para a melhoria das respostas prestadas às pessoas, bem como à sua celeridade. Estão aqui envolvidas intervenções que representam 14M€.

A relação com as Juntas de Freguesias, nomeadamente no âmbito da reforma administrativa, assume neste orçamento um montante de 75,2M€.

O Orçamento Participativo, que Lisboa começou de forma pioneira e que vai desenvolver cada vez em maior proximidade com a população, procurando mais formas de participação neste processo de decisão, conta neste exercício orçamental com uma verba de 3,3M€.

1 MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE

- Habitação PRA Todos (146,5M€)
- Plano de Drenagem (31,1M€)
- Saneamento (34,4M€)
- Espaços verdes (24,4M€)
- Ciclovias (12,3M€)
- Fundo de Mobilidade (29M€)
- Limpeza e Higiene urbana (25,6M€)



5 EIXOS PARA A CIDADE DE LISBOA

2 COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS

- Programa “Escola Nova” (28,8M€)
- Manuais escolares (5,5M€)
- Acção Social Escolar (11,2M€)
- Apoio ao Desporto (4,4M€)
- Creches (4,8M€)

3 DAR FORÇA À ECONOMIA

- Promoção de mercados e comércio tradicional (2,2M€)
- Hub Criativo Beato (20,3M€)
- Web Summit (3M€)
- Fundo de Desenvolvimento Turístico (15,5M€)

4 AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL

- Promoção e eventos culturais (inclui EGEAC e OML) (16,7M€)
- Requalificação de equipamentos culturais (11,2M€)
- Nova Feira Popular (5,7M€)
- Fundo de apoio aos refugiados (1,4M€)

5 GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA

- Reserva de Contingência (124M€)
- Reforma administrativa (75,2M€)
- Melhoria Serv. Municip.(14M€)
- Orçamento Participativo (3,3M€)

II. Regulamento do Orçamento

ÍNDICE (Regulamento)

Artigo 1º Objeto	
Artigo 2º Alterações orçamentais	
Artigo 3º Planeamento Financeiro	
Artigo 4º Atualização de valores de taxas	
Artigo 5.º Receita consignada	
Artigo 6.º Revisão, anulação e estorno de receitas.....	
Artigo 7º Pagamento em prestações no prazo de pagamento voluntário	4
Artigo 8º Processo de despesa	
Artigo 9º Fundos Disponíveis	
Artigo 10º Encargos futuros	
Artigo 11º Registo contabilístico	
Artigo 12º Outras matérias relativas à despesa	
Artigo 13º Fundos de maneo.....	
Artigo 14º Aquisições eletrónicas de viagens e alojamento e registo de aplicações para internet	
Artigo 15º Monitorização da Aquisição de Serviços.....	
Artigo 16º Contratação de Bens e Serviços	
Artigo 17º Planeamento dos procedimentos de contratação.....	
Artigo 18º Procedimentos a adotar para despesas a realizar / realizadas com recurso ao ajuste direto ou consulta prévia	
Artigo 19º Categorias centralizadas e gestão centralizada de bens e serviços na DMF/DA	
Artigo 20º Despesas com títulos de transporte e comunicações móveis	
Artigo 21º Outras despesas centralizadas.....	
Artigo 22º Despesas com equipamentos informáticos	
Artigo 23º Despesas com utilização e manutenção de veículos	
Artigo 24º Despesas na área da formação	
Artigo 25º Despesas na área dos Recursos Humanos	
Artigo 26º Despesas de representação	
Artigo 27º Despesas com aquisição de equipamento administrativo.....	
Artigo 28º Subvenções	
Artigo 29º Gestão de equipamentos e seu abate	
Artigo 30º Dúvidas sobre a execução do Orçamento.....	

REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARA 2019

Artigo 1º

Objeto

1. O presente Regulamento contém as disposições aplicáveis à execução do Orçamento do Município de Lisboa para 2019 atento o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.
2. Sem prejuízo do disposto no presente Regulamento, que prevalece, são aplicáveis em 2019 as disposições constantes da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Lisboa (CML) aprovada pela Deliberação n.º 187/CM/2011, publicada no Boletim Municipal n.º 894, de 7 de Abril de 2011.
3. As normas do presente Regulamento são, quando necessário, adaptadas às que decorrem da implementação do SNC-AP, com oportuna comunicação, pela Direção Municipal de Finanças, dos procedimentos aplicáveis (DMF).

Artigo 2º

Alterações orçamentais

1. As alterações orçamentais são instrumentos de correção e de reafecção de verbas alocadas às diferentes Unidades Orgânicas e subordinam-se às seguintes regras:
 - a) Não são admitidas alterações que não respeitem o princípio do equilíbrio orçamental, i.e., as anulações que não compensem os reforços e não respeitem as regras orçamentais vigentes;
 - b) A transferência de dotações de capital para reforço das de natureza corrente depende da prévia avaliação do equilíbrio corrente do orçamento municipal pela DMF e autorização do Vereador com o Pelouro das Finanças;
 - c) Não é permitida a anulação de rubricas para satisfação de necessidades certas;
 - d) Não é permitida a diminuição de dotações em projetos com financiamento alheio, exceto com autorização do Vereador com o Pelouro das Finanças em proposta fundamentada;
 - e) A anulação de verbas relativas ao Orçamento Participativo (OP) depende de prévia autorização pelo Vereador com o respetivo Pelouro;
 - f) Os ajustamentos orçamentais no âmbito do Programa “Lx XXI” dependem de parecer prévio vinculativo a emitir pela respetiva Equipa de Coordenação;
 - g) Os ajustamentos orçamentais relativos a receita e despesa consignada fora da carteira do Lx.XXI

dependem de parecer prévio vinculativo a emitir pela Direção Municipal de Finanças/Departamento de Receita e Financiamento (**DRF**) /Divisão de Financiamentos Consignados (**DFC**).

2. Na primeira alteração orçamental são afetadas as dotações orçamentais aos compromissos e à dívida transitados do ano anterior, em termos de rubricas económicas e de orgânicas, para o que:
 - a) A DMF, através do Departamento de Contabilidade (**DC**), elabora a listagem dos compromissos e da dívida transitada do ano anterior que careçam de cobertura orçamental;
 - b) Com base na listagem mencionada na alínea anterior, as respetivas Unidades Orgânicas identificam as contrapartidas orçamentais necessárias ou, visando o mesmo fim, a DMF, através do Departamento de Orçamento e Controlo de Gestão (**DOCG**) procede às anulações necessárias nas dotações disponíveis no orçamento aprovado.
3. Na abertura do ano económico a DMF/DOCG divulga o calendário das alterações orçamentais, bem como as regras a que devem obedecer, compreendendo-se nestas, designadamente, que os pedidos de alteração orçamental são submetidos ao Vereador responsável por cada Unidade Orgânica, antes de serem encaminhados para a DMF, com base no Relatório da Alteração Orçamental (**AO**) produzido pelo sistema informático e complementado com um campo de justificação das opções feitas.
4. Os pedidos de alteração orçamental que não respeitem as datas constantes do calendário referido no número anterior são diferidos para a alteração orçamental seguinte.

Artigo 3º

Planeamento Financeiro

1. O planeamento financeiro é um processo de base trimestral que tem por objetivo melhorar a colaboração entre a DMF e as diferentes Unidades Orgânicas, mediante o acompanhamento conjunto das respetivas necessidades financeiras e da execução orçamental, constituindo-se também como referência para a programação de tesouraria com base numa previsão atualizada dos cabimentos, compromissos, faturação e compromissos a transitar.
2. No início do ano, a DMF/DOCG divulga o calendário do planeamento financeiro, com a indicação das datas de abertura e fecho do sistema informático que suporta este processo e as datas das reuniões de avaliação do planeamento financeiro a realizar com cada Unidade Orgânica.
3. As Unidades Orgânicas acompanham o ciclo orçamental, de forma a assegurar o cumprimento do planeamento financeiro respetivo, e zelam pela conformidade dos registos contabilísticos com a sua execução, promovendo os ajustamentos das repartições de encargos que se mostrarem adequados à boa execução orçamental.

Artigo 4º

Atualização de valores de taxas

1. A atualização anual dos valores da Tabela de Taxas Municipais é feita nos termos do disposto no nº 1 do artigo 8º Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), com base na fórmula: $VA = VV \times CA$, em que:
 - VA = Valor em 2019
 - VV = Valor em vigor em 2018
 - CA = Coeficiente correspondente à taxa de variação média anual (Base 2012) do Índice de Preços no Consumidor (Portugal, exceto habitação) dos últimos 12 meses reportada ao mês de Julho, que foi de 1,13% em 2018.
2. Os valores das Tabelas atualizados (**VA**) obtidos são arredondados por excesso ou por defeito de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 8º do RGTPORML.
3. Excetuam-se da regra de atualização, quando se justifique, as Taxas cuja atualização é fixada com base em normativo especial.

Artigo 5º

Receita consignada

1. As Unidades Orgânicas submetem à Equipa de Missão Lisboa/Europa 2020 (**EMLE 2020**), com conhecimento simultâneo à DMF/DRF/DFC, as propostas de candidatura a financiamento alheio que envolvam fundos da União Europeia, do Estado e de outras entidades, detalhando a orçamentação das despesas nelas previstas, para verificação, validação e gestão do processo de aprovação pela EMLE 2020, que posteriormente promove a sua submissão junto das entidades competentes para o efeito.
2. A EMLE 2020 ou, quando aplicável, os serviços promotores enviam a documentação relativa às candidaturas a financiamento alheio aprovadas à DMF/DRF/DFC para a monitorização da execução dos respetivos contratos.
3. A inscrição orçamental das candidaturas aprovadas é feita pelo serviço promotor mediante o preenchimento do quadro “Novos Financiamentos”, conforme modelo a disponibilizar pela DMF/DRF/DFC na abertura do ano orçamental. Os dados preenchidos são submetidos a esta Unidade Orgânica, que os analisa e submete à DMF/DOCG/DOP para a devida inscrição orçamental, com subsequente conhecimento ao serviço promotor, à DMF/DRF/DFC e à EMLE 2020.
4. As reprogramações relativas ao financiamento alheio são efetuadas entre os serviços executores e a EMLE 2020 na fase anterior à execução dos contratos, com conhecimento à DMF/DRF/DFC.
5. Nas situações em que a reprogramação tenha lugar no decorrer da execução dos contratos, e após aprovação das candidaturas, a mesma é efetuada pelos serviços executores em articulação com a DMF/DRF/DFC, com conhecimento à EMLE 2020.

6. Sem prejuízo de regras adicionais e/ou específicas que venham a ser definidas, num contexto geral ou para Projetos/programas específicos, compete às Unidades Orgânicas responsáveis pela execução física e financeira dos projetos com financiamento alheio:
- a) Assegurar, em articulação com a DMF/DC e respetivas equipas transversais, que toda a despesa associada a estes projetos, com ou sem contrato escrito, dá lugar à abertura de contrato na aplicação informática contabilístico-financeira (**SAP**) e a um “PEP - Plano de Estrutura de Projeto” de despesa;
 - b) Identificar a fonte de financiamento alheio nos processos de despesa de forma bem visível, através da aposição de um carimbo ou outro meio adequado;
 - c) Enviar mensalmente à DMF/DRF/DFC um relatório de execução das operações /projetos e ações, o qual deve incluir a especificação dos valores executados, com a identificação da operação, ação do plano, valor da despesa executada e previsão de despesa para os meses seguintes, em formulário a definir pela DMF/DRF/DFC na abertura do ano, e com justificação qualitativa dos desvios;
 - d) Enviar os processos de despesa referentes a projetos com financiamento alheio – Portugal 2020, Iniciativas Comunitárias, Comissão Europeia, projetos nacionais – à DMF/DC/Divisão de Registo de Operações (**DRO**), com uma antecedência mínima de 5 dias úteis da data prevista para a submissão da despesa às entidades financiadoras, de forma a garantir que o pagamento da despesa se efetiva no período de elegibilidade definido, conforme previsto nos documentos aprovados;
 - e) Garantir que são cumpridas todas as cláusulas contratuais constantes das candidaturas aprovadas.

Artigo 6º

Revisão, anulação e estorno de receitas

- 1. A revisão ou anulação de qualquer ato de liquidação é efetuada nos termos do disposto no artigo 81º do RGTPORML e autorizada pela entidade com competência para o efeito.
- 2. Os pedidos de anulação são efetuados pelas Unidades Orgânicas instrutoras nos termos definidos no artigo 37º da Norma de Controlo Interno, sendo numerados e discriminados nos termos aí previstos com subsequente submissão a despacho de autorização da entidade competente.
- 3. Estão excluídas dos formalismos referidos nos números anteriores, as anulações por prescrição a operar através de *input* informático.
- 4. A receita que, por erro ou omissão, seja irregularmente registada pode, excecionalmente, ser objeto de estorno por iniciativa do serviço liquidador, desde que feita no próprio dia e com concordância expressa do respetivo dirigente, fazendo-se, nos demais casos, através da DMF/DRF no prazo de 5 dias úteis a contar do registo, não podendo o final deste prazo ultrapassar o fim do mês em que foi

liquidado.

5. Quando o estorno for por iniciativa do serviço liquidador, para além dos requisitos do número anterior, é obrigatória a elaboração de um relatório mensal, até ao 10º dia útil do mês seguinte, a enviar à DMF/DRF, com explicitação dos movimentos efetuados, valor e fundamento.

Artigo 7º

Pagamento em prestações no prazo de pagamento voluntário

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento, dentro do prazo de pagamento voluntário, e devem ser autorizados nos termos da legislação e regulamentação aplicável.
2. Após autorização pela entidade competente, os planos de pagamento em prestações são submetidos à DMF/DRF para cálculo das prestações e efetivo registo na aplicação informática contabilístico-financeira, com subsequente notificação do requerente daquela autorização e para, no prazo de 15 dias a contar da notificação, prestar garantia idónea, cujo valor deve ser calculado considerando a dívida existente, acrescida de 25%.
3. O pedido de dispensa de prestação de garantia idónea deve ser apresentado dentro do prazo previsto no número anterior, devendo ser analisado pela DMF/DRF, nos termos das disposições conjugadas previstas na Lei Geral Tributária (**LGT**) e no Código do Procedimento e Processo Tributário (**CCPT**).
4. É dispensada a prestação de garantia idónea quando, à data do pedido, o devedor tenha dívidas, legalmente não suspensas, de valor inferior a €5.000 para pessoas singulares ou €10.000 para pessoas coletivas, em conformidade com o artigo 198º do CPPT.
5. As garantias prestadas podem ser reduzidas à medida que são efetuados os pagamentos acordados e se tornar manifesta a desproporção entre o montante daquela e a dívida restante.
6. Caso se verifique o não pagamento de 3 prestações seguidas ou 6 interpoladas, a autorização concedida caduca.
7. Os planos de pagamento são calculados pelo serviço instrutor, caso a sua realização seja efetuada ao abrigo do regime jurídico aplicável às contraordenações com obrigatoria inscrição na aplicação informática contabilístico-financeira.
8. O disposto nos números anteriores aplica-se, com as devidas adaptações, aos pedidos de pagamento em prestações ao abrigo do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas (**RMTRAUOC**) e do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (**RMUEL**).
9. Os pedidos de pagamento em prestações no âmbito dos processos de execução fiscal são efetuados nos termos do regime aplicável.

Artigo 8º

Processo de despesa

Os processos de despesa conferidos pelo DMF/DC e não pagos até ao final do ano são automaticamente cabimentados e comprometidos no ano seguinte, até ao limite da dotação disponível, sem ser necessária a revalidação da autorização da despesa por parte do serviço responsável.

Artigo 9º

Fundos Disponíveis

1. No quadro da manutenção das previsões inscritas na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, quanto à necessidade de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, os Diretores Municipais ou Equiparados e os Diretores de Departamento ou Equiparados de Unidades Orgânicas não inseridas em Direções Municipais procedem mensalmente ao planeamento dos compromissos a emitir (**PANC**), incluindo os relativos às propostas a submeter a deliberação do órgão executivo no respetivo mês, o qual remetem à DMF/DC até ao 3º dia útil de cada mês.
2. O planeamento dos compromissos a emitir e os pedidos de declaração de fundos disponíveis (**DFD**) são efetuados em formulário próprio, a facultar pela DMF/DC, que contempla campos obrigatórios, designadamente, a codificação orçamental da despesa, o número de cabimento, a fonte de financiamento alheio quando aplicável, a justificação da necessidade de DFD no mês respetivo e semana de abertura do compromisso previsto, e enviados através do coordenador da Equipa Transversal da DMF/DC.
3. Em caso de urgência e ou imprevisibilidade devidamente fundamentada pela Unidade Orgânica responsável, é admitido o pedido de DFD fora do planeamento mensal (**PANC**), sujeito à disponibilidade de fundos disponíveis remanescente no mês e desde que respeite as regras estabelecidas quanto à instrução do pedido e aprovação previstas no número anterior.
4. As DFD emitidas pela DMF/DC têm validade até ao final do mês a que respeitam ou em que são emitidas, devendo ser instruído novo pedido no mês seguinte caso não tenha havido registo na aplicação informática contabilístico-financeira.
5. A DMF/DC submete o planeamento dos compromissos (**PANC**) a aprovação pelo Vereador com competência para o efeito, até ao 5º dia útil de cada mês, juntamente com o mapa de apuramento dos Fundos Disponíveis.
6. Caso haja redução de montante do pedido de DFD pelo Vereador competente, designadamente por respeitar a despesas recorrentes, as Unidades Orgânicas responsáveis pela despesa devem solicitar novas DFD pelo valor necessário.

7. Os pedidos não aceites nos termos do nº 5 anterior podem voltar a ser submetidos mediante indicação expressa da justificação para a reiteração do pedido.
8. A DMF/DC verifica mensalmente o montante dos compromissos criados e envia aos responsáveis das diferentes Unidade Orgânicas um relatório dos pedidos e declarações do mês anterior, com identificação do número e do valor dos pedidos regulares e dos excecionais satisfeitos e não satisfeitos.

Artigo 10º

Encargos futuros

1. O registo de qualquer encargo futuro é obrigatoriamente efetuado por todas as Unidades Orgânicas em plataforma eletrónica criada para o efeito, sob a gestão da DMF/DOCG, de acordo com o seguinte:
 - a) No período de janeiro a julho, as Unidades Orgânicas procedem ao registo dos encargos futuros, nomeadamente os decorrentes da abertura de procedimentos aquisitivos, incluindo empreitadas, e da submissão de propostas a deliberação do órgão executivo, com preenchimento dos campos da plataforma preparada para esse efeito, obtendo um nº de registo, **REF** (Registo de Encargos Futuros) que é requisito obrigatório na instrução dos respetivos procedimentos e ou propostas;
 - b) No período de agosto a dezembro, as Unidades Orgânicas procedem ao registo previsto no nº anterior, obtendo um Parecer prévio vinculativo da DMF/DOCG, **PEF** (Parecer Encargos Futuros) que é requisito obrigatório na instrução dos procedimentos e ou propostas referidas na alínea anterior.
2. Os critérios a aplicar para efeitos do nº 1 são divulgados no início do ano, a par com o calendário das alterações orçamentais, sendo os referidos na alínea b) do número anterior divulgados no primeiro semestre do ano, com disponibilização simultânea de mapas para avaliação interna pelas diferentes Unidades Orgânicas.
3. As Unidades Orgânicas devem atualizar os dados da plataforma de acordo com a evolução do procedimento em causa (abertura do procedimento, adjudicação, aprovação das propostas pelo órgão competente, celebração do contrato), com cruzamento entre os dados aí preenchidos e os dados da aplicação informática contabilístico-financeira a promover pela DMF/ DC em colaboração com o DOCG.

Artigo 11º

Registo contabilístico

1. O registo oportuno, integral e tempestivo dos cabimentos e dos compromissos, incluindo os plurianuais, na aplicação informática contabilístico-financeira é obrigatória, cabendo ao responsável

de cada Unidade Orgânica garantir que a documentação necessária e suficiente ao registo é facultada à DMF/DC e respetivas equipas transversais da despesa no momento da sua assunção.

2. O pedido de cabimento é obrigatoriamente acompanhado da informação de abertura de procedimento ou similar de que conste, designadamente, o fundamento da despesa, o tipo de bem ou serviço a adquirir, o procedimento aplicável e o montante da despesa, e submetido à DMF/DC em momento prévio ao da autorização da despesa, com as exceções previstas na Lei.
3. O registo de compromissos plurianuais junto da DMF/DC e respetivas equipas transversais só pode ser efetuado com apresentação do nº de Registo (REF) ou Parecer prévio (PEF), conforme previsto no artigo anterior do presente Regulamento.
4. A DMF/DC elabora relatórios periódicos sobre a verificação de situações em que se detete não lhe ter sido submetida a informação documental necessária para garantir o registo oportuno, tempestivo e integral dos factos envolvidos, com envio ao Vereador com o Pelouro das Finanças e ao Vereador responsável pela Unidade Orgânica.

Artigo 12º

Outras matérias relativas à despesa

1. Compete ao responsável de cada Unidade Orgânica comunicar à DMF/DC e às respetivas equipas transversais da despesa, quais os processos submetidos à apreciação do Tribunal de Contas (TC) para efeitos de Visto Prévio, incluindo os de valor inferior ao limite previsto na lei, os que constituam alterações a contratos já visados ou os denominados contratos relacionados, de modo a que as faturas correspondentes a esses processos não sejam objeto de processamento contabilístico para efeitos de pagamento, antes de emitido o Visto pelo TC.
2. A retenção de 10% do pagamento prevista na alínea b) do nº 1 do art.º 49º da Norma de Controlo Interno não é aplicável a contratos de valor inferior a €200.000, salvo nos casos em que se mostrar necessária à boa execução dos mesmos e desde que devidamente fundamentada na informação de abertura do procedimento e prevista no respetivo caderno de encargos, conforme o disposto no nº 3 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. As faturas devem incluir obrigatoriamente menção ao número de compromisso relativo ao procedimento em causa, que substitui o Número Único de Processo referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 49º da Norma de Controlo Interno, bem como o número do auto de medição de trabalhos e respetiva data, no caso das empreitadas.

Artigo 13º

Fundos de manei

1. O valor de cada Fundo de Maneio (FM) não pode ultrapassar anualmente o montante de €3.000,

salvo em situações excepcionais, devidamente fundamentadas e autorizadas pelo Vereador com o Pelouro das Finanças.

2. Não é permitida a constituição de FM em rubricas económicas de gestão centralizada, com exceção das situações devidamente fundamentadas pela respetiva Unidade Orgânica e autorizadas pelo Vereador responsável pela área das Finanças.
3. A DMF/DC consulta, por via eletrónica, em ficheiro parametrizado para o efeito e no período de elaboração da proposta de orçamento, as diferentes Unidades Orgânicas para indicação do valor de FM de que carecem e sua distribuição pelas rubricas estritamente necessárias.
4. Na resposta àquela consulta, as Unidades Orgânicas fundamentam os pedidos que ultrapassem o montante referido no nº 1 do presente artigo, ou os valores são reduzidos proporcionalmente até àquele limite pela DMF/DC sem formalismos adicionais.
5. A proposta de orçamento das Unidades Orgânicas contempla a dotação necessária à cobertura do respetivo FM, instruído nos termos do nº 3 do presente artigo, assegurando a coerência dos valores considerados, ou a DMF fará a alocação ao FM com proporcional diminuição da dotação disponível prevista noutras rubricas da respetiva proposta.
6. A consulta prevista no nº 3 visa assegurar a constituição do FM para o ano económico respetivo, não sendo autorizada a abertura de novas rubricas ou o reforço das constituídas inicialmente, exceto em situações de carácter excecional, devidamente fundamentadas pela Unidade Orgânica Municipal e objeto de autorização conjunta pelo respetivo Vereador e pelo Vereador com o Pelouro das Finanças.
7. É vedada a utilização do FM para aquisição de bens de imobilizado, assim como para a aquisição de bens ou serviços em rubrica económica diversa da que foi autorizada na respetiva constituição.
8. Os responsáveis do FM enviam para processamento contabilístico os documentos de suporte da despesa de cada mês até ao 5º dia útil do mês seguinte.
9. A não submissão dos documentos no mês seguinte àquele a que respeitam, conforme o disposto no número anterior, fundamenta a sua devolução pela DMF/DC, incluindo as respetivas equipas transversais.
10. O processamento do FM em dezembro obedece ao calendário de fecho de ano que for estabelecido pela DMF/DC.

Artigo 14º

Aquisições eletrónicas de viagens e alojamento e registo de aplicações para internet

1. A aquisição de viagens e alojamento é realizada, em regra, através da *internet*, sendo permitido o

registo de aplicações para disponibilização de ferramentas na *internet*.

2. Para efeitos do pagamento das deslocações e estadas adquiridas nos termos do número anterior, e única e exclusivamente para este fim, é atribuído à Unidade Orgânica com competência nesta matéria, um cartão de débito, na modalidade de pré-pago, sendo o respetivo *plafond* fixado em 1/12 da dotação anual prevista para deslocações e estadas da referida Unidade Orgânica.
3. Para efeitos de registo de aplicações para disponibilização de ferramentas na *internet* que exijam o pagamento imediato na plataforma, e única e exclusivamente para este fim, é atribuído um cartão de débito, na modalidade de pré-pago, à Unidade Orgânica com competência nesta matéria, sendo o respetivo *plafond* de referência fixado em €1.000, suportados por dotação inscrita na referida orgânica.
4. O cartão é atribuído pela DMF/DC a um titular, designado pelas Unidades Orgânicas referidas nos números anteriores, que é responsável pela sua correta utilização.
5. É aplicável ao processamento das despesas realizadas e demais procedimentos previstos no presente artigo, o regime dos cartões de débito recarregáveis para gestão do fundo de maneo, previsto nos artigos 69º a 71º da Norma de Controlo Interno.
6. Esta modalidade de pagamento pode ser estendida a outras orgânicas e económicas, mediante proposta devidamente fundamentada dos serviços e despacho de autorização do Vereador com o Pelouro das Finanças.

Artigo 15º

Monitorização da Aquisição de Serviços

O Município de Lisboa implementará os mecanismos que venham a ser necessários ao controlo da despesa com a aquisição de serviços e que decorram das normas que vierem a ser fixadas no Orçamento de Estado para 2019 e/ou respetivo decreto regulamentar.

Artigo 16º

Contratação de Bens e Serviços

1. As peças dos procedimentos conducentes à contratação de bens e serviços, incluindo os das categorias centralizadas, são objeto de parecer obrigatório e vinculativo pelo DMF/Departamento de Aprovisionamentos (DA)/Divisão de Contratação Pública (DCP), prévio à aprovação pela entidade com competência para a decisão de contratar.
2. Após aprovação pela entidade com competência para a decisão de contratar e verificado o cumprimento dos preceitos legais relativos à respetiva autorização, a DMF/DA/DCP promove a tramitação e a instrução do procedimento concursal até à elaboração do relatório final.
3. A intervenção da DMF/DA/DCP é dispensada nos casos em que os procedimentos a adotar sejam o

ajuste direto e a consulta prévia, em função do valor ou com base em critérios materiais, que não os previstos nas alíneas a) e b) do artigo 24º do CCP, bem como na contratação excluída, nos termos do artigo 5º do mesmo Código.

4. O disposto nos números 1 e 2 do presente artigo não se aplica aos procedimentos para contratação de empreitadas e bens e serviços conexos da competência da Direção Municipal de Manutenção e Conservação.

Artigo 17º

Planeamento dos procedimentos de contratação

1. Até ao final do terceiro trimestre do ano, a DMF/DA/DCP consulta as diferentes Unidades Orgânicas sobre os procedimentos de aquisição de bens e serviços a submeter a decisão contratar e/ou adjudicar no(s) ano(s) seguinte(s), abrangidos pelo artigo anterior, com envio de um ficheiro parametrizado para esse efeito.
2. Após análise da informação prestada nos termos do número anterior, e com vista à otimização dos processos e dos recursos existentes, o planeamento dos procedimentos pode ser objeto de ajustamento num trabalho conjunto a desenvolver entre as Unidades Orgânicas e a DMF/DA/DCP.
3. O planeamento enviado pelas diferentes Unidades Orgânicas e/ou o eventual ajustamento que decorra do número anterior, serve de base ao planeamento da atividade anual do DMF/DA/DCP, a apresentar ao Vereador com o Pelouro das Finanças para efeitos de validação.
4. O planeamento inicial anual da atividade da DMF/DA/DPC aprovado pelo Vereador com o Pelouro das Finanças pode ser revisto sempre que se justifique e observando-se as regras previstas neste artigo.
5. A submissão à DMF/DA/DCP de procedimentos que não tenham sido inscritos no planeamento anual implica que só possam ser considerados quando seja demonstrada e fundamentada a existência de manifesta imponderabilidade da necessidade em causa.

Artigo 18º

Procedimentos a adotar para despesas a realizar / realizadas com recurso ao ajuste direto ou consulta prévia

1. No ajuste direto ou na consulta prévia é obrigatório o registo das intenções de adjudicação na aplicação informática designada “ACCP”, acessível através do Portal Corporativo do Município, nos seguintes termos:
 - a) Os registos são efetuados antes do convite/consulta e têm como objetivo validar a viabilidade de uma intenção de contratação através de ajuste direto ou de consulta prévia a um determinado fornecedor;

- b) O acesso à aplicação encontra-se descentralizado, pelo que é da responsabilidade do promotor /executor da despesa a efetivação dos registos relativos às intenções e consequentes adjudicações;
 - c) Compete ao Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria (**DGQA**) a verificação, e decisão quanto à posterior manutenção das intenções registadas no que respeita ao cumprimento dos prazos estabelecidos para a associação do cabimento à intenção (60 dias) e para a associação da adjudicação à intenção (120 dias);
 - d) Estão incluídos neste procedimento, para além dos ajustes diretos em função do valor, todas as despesas realizadas ao abrigo de ajuste direto por regime simplificado ou através de Fundo de Maneio e reembolso, bem como ao abrigo de consulta prévia.
- 2. Excluem-se deste procedimento os ajustes diretos e as consultas prévias realizados por critérios materiais.
 - 3. O procedimento por ajuste direto, de valor igual ou superior a €5.000, deve conter a fundamentação da necessidade de recurso a este tipo de procedimento, em especial, sobre a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios do Município.
 - 4. Nos procedimentos por ajuste direto em função do valor, as Unidades Orgânicas podem convidar apenas uma entidade para apresentação de proposta, nos termos do regime constante do CCP.
 - 5. Na adoção das novas regras do CCP, as Unidades Orgânicas passam a usar a plataforma de contratação pública para os procedimentos de ajuste direto e consulta prévia, em conformidade com as regras que forem divulgadas.
 - 6. É obrigatória a publicitação da celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto ou consulta prévia, pela entidade adjudicante, pelo que:
 - a) Compete ao promotor/responsável pela despesa a publicitação dos ajustes diretos e consulta prévio no portal oficial da Internet – www.base.gov.pt;
 - b) O cumprimento da alínea anterior é condição de eficácia do respetivo contrato, não podendo este produzir quaisquer efeitos jurídicos e financeiros sem aquela publicitação.
 - 7. Nos casos em que a despesa seja realizada ao abrigo de procedimento de ajuste direto por regime simplificado, de Fundo de Maneio e de reembolso, a publicitação referida na alínea a) do número anterior não é aplicável.

Artigo 19º

Categorias centralizadas e gestão centralizada de bens e serviços na DMF/DA

- 1. O aprovisionamento dos bens e serviços comuns e regulares, que se destinem a assegurar o funcionamento geral dos Serviços/Unidades Orgânicas e identificados no anexo A do presente Regulamento é efetuado pela DMF/DA.

2. A gestão dos contratos referentes às categorias centralizadas na DMF/DA obedece às seguintes regras:
- a) A contratação é efetuada mediante prévio levantamento das necessidades a satisfazer, durante o período previsto para a vigência dos contratos a celebrar, com base nas indicações fornecidas pelas Unidades Orgânicas na sequência de solicitação da DMF/DA para esse efeito, sob pena de não serem consideradas no procedimento a promover;
 - b) As necessidades de bens e serviços que não tenham sido previstas no levantamento de necessidades referido na alínea anterior, por não serem então conhecidas e ou resultarem de situações imprevistas, devem ser tempestivamente comunicadas à DMF/DA para a verificação da sua cobertura nos contratos vigentes;
 - c) O fornecimento de bens e serviços que não sejam objeto do levantamento de necessidades conforme referido na alínea a) assume carácter excecional e só pode ser concretizado mediante solicitação do responsável pela Unidade Orgânica interessada, efetuada com uma antecedência mínima de 5 dias úteis;
 - d) Apenas em casos excecionais e devidamente fundamentados, a ser autorizados pelo Vereador do Pelouro das Finanças, mediante parecer prévio da DMF/DA, podem as Unidades Orgânicas proceder à aquisição de bens e serviços de categorias centralizadas;
 - e) Na gestão de contratos centralizados, os dirigentes máximos das Unidades Orgânicas envolvidas na respetiva gestão nomeiam um interlocutor único e o seu substituto nas suas ausências e impedimentos, para a comunicação mensal à DMF/DA dos consumos de água, gás e eletricidade de cada um dos edifícios/instalações Municipais na gestão da respetiva Unidade Orgânica, através do envio das leituras dos respetivos contadores, atento o respetivo período de faturação;
 - f) Compete ainda ao interlocutor referido no número anterior proceder à conferência e validação, por contador e por edifício/instalação, de cada fatura mensal ou bimensal que lhe for remetida para esse efeito, num prazo máximo de 5 dias contados da data de receção das mesmas;
 - g) Cada Unidade Orgânica envia à DMF/DA os relatórios de avaliação do nível de serviço relativos aos contratos centralizados, num prazo máximo de 5 dias úteis, para efeitos da gestão do respetivo contrato e avaliação do fornecedor.
3. No âmbito da gestão centralizada de bens e serviços prevista no presente artigo, a DMF/DA apenas assume encargos com despesas resultantes de contratos efetuados pela DMF/DA, pelo que, as despesas realizadas sem a intervenção deste Departamento com bens e serviços de categorias centralizadas a que se reporta o presente artigo são da responsabilidade da Unidade Orgânica promotora das mesmas.

Artigo 20º

Despesas com títulos de transporte e comunicações móveis

- Os critérios de atribuição de títulos de transporte e de atribuição e *plafonds* de equipamentos móveis de voz e dados são fixados por Despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com o Pelouro das Finanças.

Artigo 21º

Outras despesas centralizadas

- Os bens e serviços centralizados que não são da esfera do DA estão listados no Anexo B, salvaguardando-se exceções relacionadas com a execução e projetos com financiamento alheio, sendo algumas dessas categorias tratadas nos artigos seguintes.

Artigo 22º

Despesas com equipamentos informáticos

1. A aquisição ou locação de *software*, *hardware* e equipamentos informáticos, incluindo os de impressão, cópia, digitalização e “multifunções”, bem como a assistência técnica dos mesmos, são centralizados no Departamento de Sistemas de Informação (DSI).
2. A gestão e a aquisição de consumíveis são centralizados no DA em função do levantamento de necessidades a fornecer pelo DSI no momento da consulta prevista no artigo 19º do presente Regulamento.
3. As Unidades Orgânicas não podem celebrar qualquer contrato nesta área, devendo encaminhar ao DSI os respetivos pedidos de equipamentos.
4. A aquisição de serviços especializados relacionados com desenvolvimento de *software* são da exclusiva responsabilidade do DSI.
5. Para o efeito previsto nos números 1 e 4 as Unidades Orgânicas transferem para o DSI, em alteração orçamental, as dotações necessárias às aquisições pretendidas, as quais terão de ter a anuência prévia do DSI.

Artigo 23º

Despesas com utilização e manutenção de veículos

1. A aquisição ou locação de veículos, incluídas nas várias classificações económicas existentes, são centralizadas na Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU)/Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM).

2. A aquisição de gasolina e gasóleo, incluídos nas classificações económicas 02.01.02.01 e 02.01.02.02 e utilizados como combustível destinado a todas as viaturas Municipais, é centralizada na DMF/DA.
3. A aquisição de outros combustíveis e lubrificantes, incluídos na classificação económica 02.01.02.03, assim como a aquisição de peças destinadas a trabalhos de reparação, conservação e beneficiação das viaturas de transporte e os respetivos pneus (02.01.12 - Material de Transporte – Peças) são centralizadas e adquiridas pela DMHU/DRMM.
4. A aquisição de energia elétrica relativa a carregamentos na “rede pública” dos veículos elétricos ao serviço do município é centralizada na DMHU/DRMM.
5. A aquisição de serviços no âmbito da manutenção e assistência técnica a veículos ao serviço do município, incluídos na classificação económica 02.02.19 e 02.02.03, são centralizadas na DMHU/DRMM.

Artigo 24º

Despesas na área da formação

- Todas as ações e modalidades de formação são da competência exclusiva do Departamento de Desenvolvimento e Formação, ficando vedada a todos as Unidades Orgânicas a inscrição de verbas na rubrica 02.02.15 – Formação.

Artigo 25º

Despesas na área dos Recursos Humanos

1. A aquisição de serviços a pessoas individuais carece de anuência prévia do Presidente da Câmara ou de Vereador com competências delegadas em matéria de recursos humanos.
2. O procedimento de contratação deve ser iniciado com a comunicação, por escrito, à Direção Municipal de Recursos Humanos (**DMRH**), do conteúdo do serviço pretendido, no sentido de ser informado sobre a existência de trabalhador disponível no mapa de pessoal do Município de Lisboa com perfil adequado ao mesmo.
3. Sempre que a DMRH informe da existência de trabalhador do mapa de pessoal com o perfil adequado às necessidades manifestadas, a entidade proponente deve fundamentar, caso entenda continuar com o procedimento de contratação.
4. As Unidades Orgânicas que manifestam a necessidade de aquisição de serviços a pessoas singulares são os promotores/instrutores do procedimento em todas as suas fases, bem como os responsáveis pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares relativas a esta matéria.
5. Em caso de cessação dos contratos de prestação de serviços, os serviços responsáveis comunicam, obrigatoriamente, no prazo de 10 dias, tal facto à DMRH e à DMF/DC.

6. As Unidades Orgânicas têm de enviar à DMRH cópia dos contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados com pessoas singulares, para efeitos de controlo.
7. A participação do Município de Lisboa como parceiro em eventos privados, designadamente, culturais e desportivos que gere despesa de pessoal insere-se dentro das verbas atribuídas a cada Unidade Orgânica para o efeito, as quais apenas podem ser ultrapassadas em situações excecionais, mediante autorização prévia do Presidente ou do Vereador com o Pelouro dos Recursos Humanos.
8. As reposições de vencimentos indevidamente abonados obedecem aos seguintes procedimentos:
 - a) Os reembolsos e reposições das importâncias indevidamente abonadas são efetuados por guias, ou desconto em folhas de vencimento;
 - b) As reposições podem ser efetuadas em prestações mensais, a requerimento do interessado, exceto quando sejam de montante igual ou inferior a 10% da remuneração base;
 - c) Quando o pedido de pagamento em prestações referido na alínea anterior ultrapassar os três anos, pode o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada em matéria de recursos humanos, autorizar o prolongamento do prazo, mediante requerimento do interessado devidamente fundamentado.

Artigo 26º

Despesas de representação

São atribuídas despesas de representação aos titulares dos cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º graus previstos na estrutura orgânica do Município de Lisboa resultante do ajustamento à Orgânica dos Serviços do Município de Lisboa, aprovada através da Deliberação n.º 305/AML/2018, e publicada no Diário da República, II série, n.º 169, 3 de setembro de 2018, (Despacho n.º 8499/2018), bem como no Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa, aprovado através da Deliberação n.º 294/AML/2018, publicado no Diário da República, II série, n.º 157, de 16 de agosto de 2018, (Aviso n.º 11359/2018), e com efeitos à data de entrada em vigor das referidas estruturas orgânicas, em montantes iguais aos fixados para o pessoal dirigente da administração central através do despacho conjunto a que se refere o número 2 do artigo 31º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, nos termos do número 1 do artigo 24º da mesma Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e correspondem atualmente aos seguintes valores:

- a) Cargos de direção superior de 1º grau: € 778,03;
- b) Cargos de direção intermédia de 1º grau: € 311,21;
- c) Cargos de direção intermédia de 2º grau: € 194,79.

Artigo 27º

Despesas com aquisição de equipamento administrativo

1. A aquisição de equipamento administrativo necessário à instalação dos serviços Municipais é centralizada na Direção Municipal de Manutenção e Conservação (**DMMC**)/Departamento de Edifícios Municipais (**DEM**), não sendo permitida às demais orgânicas a realização de procedimentos com esta finalidade.
2. Em situações excecionais e devidamente fundamentadas, pode ser autorizada por Despacho do Presidente ou do Vereador com o Pelouro das Finanças, a aquisição destes equipamentos por outras Unidades Orgânicas.
3. Para efeitos do disposto no número 1, as Unidades Orgânicas transferem para a DMMC/DEM, em alteração orçamental, as dotações necessárias às aquisições pretendidas.
4. A DMMC/DEM procede, no final do segundo trimestre do ano, a uma consulta a todas as Unidades Orgânicas para efeitos de levantamento das respetivas necessidades e planeamento dos procedimentos de aquisição a realizar no(s) ano(s) seguinte(s), com envio de um ficheiro parametrizado para esse efeito.
5. As Unidades Orgânicas procedem ao levantamento daquelas necessidades, com envio dos dados respetivos no prazo de 15 dias a contar da receção do ficheiro previsto no número anterior.
6. O planeamento enviado pelas diferentes Unidades Orgânicas serve de base ao planeamento financeiro e orçamental, bem como ao planeamento da atividade do DEM neste âmbito, devendo ser revisto no último mês de cada trimestre para efeitos de atualização.

Artigo 28º

Subvenções

1. As Unidades Orgânicas enviam para a DMF/DC, através do endereço eletrónico dmf.dc@cm-lisboa.pt, até ao 10º dia útil do mês seguinte ao mês de atribuição, em formulário próprio a disponibilizar pelo DC na abertura do ano económico, a identificação de todos os apoios financeiros concedidos pelo Município, relativos a transferências correntes, de capital e subsídios, bem como de todos os apoios não financeiros e igualmente relativos a subvenções ou benefícios públicos (por exemplo, cedências em espécie, de isenções, com indicação da denominação social do beneficiário, NIF, valor, breve descritivo e finalidade) para reporte da DMF/DC à Inspeção-Geral de Finanças (**IGF**) nos termos do art.º 2º e 5º da Lei nº 64/2013, de 27 de agosto.
2. A DMF/DC elabora trimestralmente um relatório a apresentar ao Vereador com o Pelouro das Finanças sobre a informação recolhida e facultada à IGF.

Artigo 29º

Gestão de equipamentos e seu abate

As Unidades Orgânicas enviam à DMF/DC cópia dos autos de abate de todos os equipamentos sujeitos a inventário nos termos da legislação aplicável, acompanhada do mapa, a divulgar pela DMF/DC na abertura do ano económico, com informação relativa, designadamente, às datas de aquisição e de abate, o valor e o fornecedor.

Artigo 30º

Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do Orçamento e na aplicação do seu Regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com o Pelouro das Finanças.

ANEXO A**CATEGORIAS CENTRALIZADAS NO DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS (DA)**

Categorias de bens e serviços	Classificação económica
Encargos com instalações (água, eletricidade e gás)	02.02.01
Limpeza e Higiene (bens e serviços)	02.01.04 02.02.02
Gasolina e Gasóleo	02.01.02.01 02.01.02.02
Material de escritório, papel, economato e consumíveis de impressão	02.01.08
Comunicações fixas (voz, dados e acesso à Internet), serviços de televisão, serviços postais e serviços de cobrança postal	02.02.09
Comunicações móveis, de voz e dados (terrestre e por satélite)	02.02.09
Transportes (aquisição de títulos de transporte)	02.02.10
Vigilância e Segurança	02.02.18

ANEXO B

CATEGORIAS CENTRALIZADAS NOUTROS SERVIÇOS

	Classificação económica	Unidade Orgânica
Assistência técnica de equipamentos de impressão, cópia, digitalização e “multifunções”	02.02.19	DSI
Equipamentos impressão, cópia, digitalização e multifunções	07.01.09.01	DSI
Aquisição de <i>hardware</i> e/ou locação de <i>software</i> informático	07.01.07.01 07.01.08.01 02.02.05	DSI
Material de transporte – Peças	02.01.12	DMHU/DRRM
Prémios, condecorações e ofertas	02.01.15	Departamento de Marca e Comunicação (DMC)
Despesas de representação (*)	02.02.11	Secretaria-Geral (SG)
Deslocações e estadas	02.02.13	SG
Ajudas de custo	01.02.04	SG
Publicidade (**)	02.02.17	DMC
Equipamento administrativo para instalação de serviços (***)	07.01.09.01	DMMC/DEM
Formação	02.02.15	DMRH/DDF
Manutenção de extintores	02.02.03 02.02.20	DMMC/DEM

(*) Com exceção das despesas de representação da Assembleia Municipal.

(**) Com exceção das despesas de publicações oficiais obrigatórias do Departamento de Gestão de Recursos Humanos (DGRH), do Departamento de Aprovisionamentos (DA), da Direção Municipal de Gestão Patrimonial (DMGP), da Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC)/DEM e do DAOSM.

(***) Equipamento administrativo para a instalação de serviços, como sejam: mobiliário de escritório, secretárias, cadeiras, estantes, mesas reunião.

III. Sínteses do Orçamento

QUADRO 1. RESUMO DO ORÇAMENTO DE 2019

EM EUROS

RECEITAS		DESPESAS	
CORRENTES	775.772.204	CORRENTES	636.445.172
CAPITAL	363.227.796	CAPITAL	506.054.828
OUTRAS	3.500.000		
TOTAL	1.142.500.000		1.142.500.000

Órgão executivo

Em ____ de ____ de 20__

Órgão deliberativo

Em ____ de ____ de 20__

QUADRO 2. RESUMO DO ORÇAMENTO DO ANO 2019 POR CAPÍTULO ECONÓMICO

			Em Euros		
RECEITAS	VALOR	%	DESPESAS	VALOR	%
CORRENTES	775.772.204	67,9	CORRENTES	636.445.172	55,7
01. IMPOSTOS DIRETOS	448.556.335	39,3	01. PESSOAL	242.336.963	21,2
04. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	98.597.095	8,6	02. AQUIS. BENS E SERVIÇOS CORRENTE	175.345.492	15,3
05. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	22.851.000	2,0	03. JUROS E OUTROS ENCARGOS	63.047.384	5,5
06. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.104.020	3,7	04. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73.524.739	6,4
07. VENDA DE BENS E PREST. SERV. CORREN	130.362.775	11,4	05. SUBSÍDIOS	57.090.948	5,0
08. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.300.979	2,9	06. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.099.646	2,2
CAPITAL	363.227.796	31,8	CAPITAL	506.054.828	44,3
09. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	279.082.038	24,4	07. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	409.464.541	35,8
10. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.408.468	1,4	08. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.853.648	4,6
11. ATIVOS FINANCEIROS	100	0,0	09. ATIVOS FINANCEIROS	1.408.039	0,1
12. PASSIVOS FINANCEIROS	60.571.082	5,3	10. PASSIVOS FINANCEIROS	39.278.600	3,4
13. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.166.108	0,6	11. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.050.000	0,3
OUTRAS	3.500.000	0,3			
15. REP. NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	3.500.000	0,3			
TOTAL GERAL	1.142.500.000	100	TOTAL GERAL	1.142.500.000	100

IV. Receitas

QUADRO 3. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2019

RÚBRICAS		IMPORTÂNCIA (EUROS)		
		ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
RECEITAS CORRENTES				775.772.204
01	IMPOSTOS DIRETOS			448.556.335
01.02	OUTROS		448.556.335	
01.02.02	Imposto Municipal sobre Imóveis	120.066.630		
01.02.03	Imposto Único de Circulação	19.700.810		
01.02.04	Imposto Municipal sobre Transmissões	226.231.940		
01.02.05	Derrama	82.036.465		
01.02.07	Impostos Abolidos			
01.02.07.04	Contribuição Autárquica	135.960		
01.02.07.05	Imposto Municipal de Sisa	374.970		
01.02.99	Impostos Diretos Diversos			
01.02.99.01	Contribuição Especial	9.560		
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES			98.597.095
04.01	TAXAS		81.397.095	
04.01.15	Taxas s/Cont.Metrológico e Qualidade	301.225		
04.01.23	Taxas Específicas das Autarquias Locais			
04.01.23.01	Serv.Urbanísticos e Real.Infraest.Urb.	22.504.010		
04.01.23.02	Ocupação da Via Pública	12.989.815		
04.01.23.03	Publicidade	3.977.300		
04.01.23.04	Conservação de Esgotos (anos ant.)	1.085.430		
04.01.23.05	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	407.430		
04.01.23.07	Taxa de Proteção Civil - Anulações	50		
04.01.23.08	Taxa Turística	36.539.210		
04.01.23.09	Taxa de Gestão Resíduos-TGR	317.655		
04.01.23.10	Taxa de Recursos Hídricos - TRH	723.660		
04.01.23.99	Outras	2.551.310		
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		17.200.000	
04.02.01	Juros de Mora	2.600.000		
04.02.02	Juros Compensatórios	400.000		
04.02.04	Coimas e Penalidades p/Contra-Ordenaçã	12.200.000		
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	2.000.000		
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE			22.851.000
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS		200.800	
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras			
05.02.01.09	Outros	200.800		
05.09	PARTICIP.LUCROS ADMINST.PÚBLICAS		5.650.100	
05.09.01	Empresas Municipais e Intermunicipais	100		
05.09.02	Outros	5.650.000		
05.10	RENDAS		1.500.000	
05.10.01	Terrenos	1.500.000		
05.11	ATIVOS INCORPÓREOS		15.500.100	
05.11.01	Concessão de Serviços Públicos	15.500.000		
05.11.03	Diversos	100		
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			42.104.020
06.01	SOC.E QUASE-SOC.NÃO FINANCEIRAS		50	
06.01.02	Privadas	50		
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		40.841.490	
06.03.01	Estado			
06.03.01.03	Participação variável no IRS	32.296.093		
06.03.01.04	Pessoal não docente do pré-escolar	2.800.000		

QUADRO 3. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2019

RÚBRICAS		IMPORTÂNCIA (EUROS)		
		ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
06.03.01.05	CAF-Prolongamento horário pré-escolar	1.167.921		
06.03.01.06	Refeições 1º ciclo	562.770		
06.03.01.07	CAF-Refeições pré-escolar	1.206.983		
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos			
06.03.07.02	I.S.S.S. - Proteção de Menores	127.626		
06.03.07.05	Casino Lisboa - Imposto Especial Jogo	2.058.180		
06.03.07.06	Casino Lisboa - Contrapartida Anual	46.421		
06.03.07.09	PROHABITA - Rendas	21.979		
06.03.11	Serv.e Fund.Aut.-Part.Comum.Proj.Co-Fin.			
06.03.11.36	Plano Mun. p/ Integração Imigrantes List	1.403		
06.03.11.37	Rota do Memorial do Convento	19.604		
06.03.11.38	FAMI	303.763		
06.03.11.39	Cartografia de Vulnerabilidade Térmica	61.904		
06.03.11.41	Centro Acolhiment Temp Refugiados-FA	166.843		
06.08	FAMÍLIAS		50	
06.08.01	Famílias	50		
06.09	RESTO DO MUNDO		1.262.430	
06.09.04	União Europeia - Países Membros			
06.09.04.28	Projeto Frevue	1.275		
06.09.04.32	Projeto SCICITY	9.375		
06.09.04.33	Projeto RESILIENS	18.647		
06.09.04.34	Projeto FLOW	50		
06.09.04.36	Projeto FLAW4LIFE	50		
06.09.04.38	Projeto Sharing Cities	110.476		
06.09.04.39	Projeto SPEED UP	42.064		
06.09.04.40	Projeto URBAN WASTE	7.484		
06.09.04.41	Projeto FORCE	168.335		
06.09.04.42	Projeto RESCCUE	43.155		
06.09.04.43	Projeto LIFE PAYT	15.462		
06.09.04.45	Projeto Prosperity	17.588		
06.09.04.46	Projeto HOME_EU	3.550		
06.09.04.47	Projeto Silvia	50		
06.09.04.48	Projeto LOCATIONS	31.982		
06.09.04.50	Projeto ROCK	211.961		
06.09.04.51	Projeto Urban MANUFACTURING	31.247		
06.09.04.53	Projeto STEPS	50		
06.09.04.55	Projeto ComNetNeet	11.123		
06.09.04.56	Projeto C-Roads Portugal	180.399		
06.09.04.57	Projeto Cities Grow	1.300		
06.09.04.59	Projeto OpenHeritage	21.252		
06.09.04.60	Projeto CityChangerCargoBike	75.034		
06.09.04.61	Projeto APProach	86.113		
06.09.04.62	Projeto CCI-Cutting Crime Impact	46.156		
06.09.04.63	Projeto MORE	128.252		
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES			130.362.775
07.01	VENDA DE BENS		5.796.940	
07.01.02	Livros e Documentação Técnica	35.000		
07.01.03	Publicações e Impressos	9.140		
07.01.05	Bens Inutilizados	5.550.000		
07.01.99	Outros	202.800		
07.02	SERVIÇOS		113.700.835	
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	75.125		
07.02.02	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	50		

QUADRO 3. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2019

RÚBRICAS		IMPORTÂNCIA (EUROS)		
		ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
07.02.03	Vistorias e Ensaaios	1.100.000		
07.02.06	Reparações	100		
07.02.08	Serv.Sociais, Rec.,Cult.e Desporto	500.000		
07.02.09	Serviços Específicos das Autarquias			
07.02.09.01	Ligação de Esgotos	100		
07.02.09.03	Cemitérios	2.921.465		
07.02.09.04	Mercados e Feiras	2.850.000		
07.02.09.05	Parques de Estacionamento	11.550.000		
07.02.09.06	Tarifa de Resíduos Urbanos	29.205.810		
07.02.09.07	Tarifa de Saneamento e Adicional	57.548.185		
07.02.09.99	Outros	7.950.000		
07.03	RENDAS		10.865.000	
07.03.01	Habitações	1.065.000		
07.03.02	Edifícios	1.500.000		
07.03.99	Outras			
07.03.99.01	Terrenos Urbanos	5.000.000		
07.03.99.02	Diversos	3.300.000		
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			33.300.979
08.01	OUTRAS		33.300.979	
08.01.99	Outras	33.300.979		

QUADRO 3. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2019

RÚBRICAS		IMPORTÂNCIA (EUROS)		
		ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
RECEITAS DE CAPITAL		363.227.796		
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	279.082.038		
09.01	TERRENOS		266.543.008	
09.01.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras	265.104.278		
09.01.02	Sociedades Financeiras	50		
09.01.03	Admin. Pública - Admin. Central - Estado	1.520		
09.01.09	Instituições Sem Fins Lucrativos	50		
09.01.10	Famílias	1.437.110		
09.02	HABITAÇÕES		7.039.630	
09.02.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras	3.809.840		
09.02.02	Sociedades Financeiras	50		
09.02.10	Famílias	3.229.740		
09.03	EDIFÍCIOS		5.499.300	
09.03.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras	4.652.535		
09.03.02	Sociedades Financeiras	50		
09.03.09	Instituições Sem Fins Lucrativos	50		
09.03.10	Famílias	846.665		
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO		100	
09.04.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras	50		
09.04.09	Instituições sem Fins Lucrativos	50		
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.408.468		
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		16.298.423	
10.03.08	Serviços e Fundos Autónomos			
10.03.08.08	Casino Lisboa - Contrapartida Inicial	50		
10.03.08.09	Casino Lisboa - Imposto Especial Jogo	6.487.621		
10.03.08.10	Casino Lisboa - Contrapartida Anual	4.546.282		
10.03.08.17	Medidas Tangíveis-Túnel João XXI	267.790		
10.03.09	Serv.e Fund.Aut.-Part.Comum.Proj.Co-Fin.			
10.03.09.25	Projeto Sharing Cities	1.204.773		
10.03.09.36	Escola Básica Quinta Frades (31)	50		
10.03.09.37	Projeto ROCK	60.060		
10.03.09.38	Veículos Operacionais Proteção e Socorr	6.281		
10.03.09.39	Escola Básica Coruchéus (151)	76.118		
10.03.09.40	Escola Básica D. L. Cunha (121)	199.048		
10.03.09.41	Escola Básica B.º S. Miguel (24)	245.685		
10.03.09.42	Escola Básica Olivais (36)	241.191		
10.03.09.43	Escola Básica Teixeira Pascoais	50		
10.03.09.44	Cartografia de Vulnerabilidade Térmica	204.852		
10.03.09.45	Emprego Primeiro Porta Aberta	76.213		
10.03.09.46	Ligações Cicláveis	1.525.706		
10.03.09.47	Projeto ROSSIO	165.468		
10.03.09.48	Casa Cidadania/Esp. LX Jovem-Bº P.Cru	92.910		
10.03.09.49	Pq. Urbano - Encosta Nascimento Costa	65.586		
10.03.09.50	Rec.Sel. porta a porta LX	149.956		
10.03.09.51	Melhoria Acessibilidades-Bº Horizonte	93.415		
10.03.09.52	Req. Esp. Público-Encosta do Lavrado	46.076		
10.03.09.53	Req. Casa Comunit da Nascimento Cost	158.992		
10.03.09.54	FAMI	6.750		
10.03.09.55	Centro Acolhiment Temp Refugiados-FA	322.500		
10.03.09.56	EB Luísa Neto Jorge (117)	55.000		
10.09	RESTO DO MUNDO		110.045	
10.09.03	U. Europeia - Países Membros			

QUADRO 3. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2019

RÚBRICAS		IMPORTÂNCIA (EUROS)		
		ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
10.09.03.03	Projeto RESCCUE	1.620		
10.09.03.11	Projeto C-Roads Portugal	76.425		
10.09.03.13	Projeto OpenHeritage	32.000		
11	ATIVOS FINANCEIROS			100
11.11	Outros Ativos Financeiros		100	
11.11.01	Soc. e quase sociedades não financeiras	100		
12	PASSIVOS FINANCEIROS			60.571.082
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO		60.571.082	
12.06.02	Sociedades Financeiras			
12.06.02.05	Programa de Investimentos Lisboa XXI	60.571.082		
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			7.166.108
13.01	OUTRAS		7.166.108	
13.01.01	Indemnizações	150.615		
13.01.99	Outras	7.015.493		

QUADRO 3. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2019

RÚBRICAS		IMPORTÂNCIA (EUROS)		
		ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
OUTRAS RECEITAS				3.500.000
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS			3.500.000
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		3.500.000	
15.01.01	Reposições não Abatidas nos Pagamento	3.500.000		
TOTAL DAS RECEITAS				1.142.500.000

V. Despesas

QUADRO 4. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

EM EUROS				
ECONÓMICA	FUNCION.	PLANO	TOTAL	
			VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	315.676.793	320.768.379	636.445.172	55,7
01. PESSOAL	242.127.316	209.647	242.336.963	21,2
02. AQUIS. BENS E SERVIÇOS CORRENTES	64.062.332	111.283.160	175.345.492	15,3
03. JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.754.600	60.292.784	63.047.384	5,5
04. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.365.038	72.159.701	73.524.739	6,4
05. SUBSÍDIOS		57.090.948	57.090.948	5,0
06. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.367.507	19.732.139	25.099.646	2,2
DESPESAS DE CAPITAL	39.328.600	466.726.228	506.054.828	44,3
07. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		409.464.541	409.464.541	35,8
08. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	52.853.648	52.853.648	4,6
09. ATIVOS FINANCEIROS		1.408.039	1.408.039	0,1
10. PASSIVOS FINANCEIROS	39.278.600		39.278.600	3,4
11. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	50.000	3.000.000	3.050.000	0,3
TOTAL GERAL	355.005.393	787.494.607	1.142.500.000	100,0

QUADRO 5. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

DESIGNAÇÃO	PESSOAL	FUNCION.	PLANO	TOTAL	%
01 ADM. AUTARQUICA	1.900.670	42.850.624	1.465.039	46.216.333	4,0
01.01 Assembleia Municipal	1.900.670	704.904	57.000	2.662.574	0,2
01.02 Operações Financeiras		42.145.720	1.408.039	43.553.759	3,8
02 U. COORDENAÇÃO TERRITORIAL	10.108.881	749.069	15.746.611	26.604.561	2,3
03 SECRETARIA GERAL	26.516.056	3.515.730	37.272.542	67.304.328	5,9
03.00 Secretaria Geral	5.808.303	445.573	1.113.132	7.367.008	0,6
03.01 D. Relação com o Município e Participação	5.908.404	488.824	949.063	7.346.291	0,6
03.02 D. Apoio aos Órgãos Serviços Município	11.749.625	526.004	810.884	13.086.513	1,1
03.03 D. Jurídico	3.049.724	2.055.329	34.399.463	39.504.516	3,5
04 D. MARCA E COMUNICAÇÃO	2.169.815	1.159.414	300.000	3.629.229	0,3
05 D. M. DE FINANÇAS	4.798.644	47.443.892	174.208.260	226.450.796	19,8
05.00 Direção	2.273.790	636.460	173.725.068	176.635.318	15,5
05.02 D. de Contabilidade	1.698.997	13.565.457	383.192	15.647.646	1,4
05.03 D. de Aprovisionamentos	825.857	33.241.975	100.000	34.167.832	3,0
06 D.M. GESTÃO PATRIMONIAL	2.569.471	6.453.101	123.836.781	132.859.353	11,6
06.00 Direção	2.569.471	6.453.101	123.836.781	132.859.353	11,6
07 D. M. RECURSOS HUMANOS	16.991.890	448.031	1.817.203	19.257.124	1,7
07.00 Direção	1.312.761	50		1.312.811	0,1
07.01 D. Gestão Recursos Humanos	7.553.827	247.500	187.279	7.988.606	0,7
07.02 D. Desenvolvimento e Formação	1.621.644	0	464.924	2.086.568	0,2
07.03 D. Saúde, Higiene e Segurança	6.503.658	200.481	1.165.000	7.869.139	0,7
08 D. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	5.142.638	199.874	9.184.351	14.526.863	1,3
09 C GESTÃO E INTELIGÊNCIA URBANA DE LISBOA	531.540		2.059.978	2.591.518	0,2
10 D.M. DE URBANISMO	10.047.059	5.694	4.916.852	14.969.605	1,3
10.00 Direção	4.799.915	5.694	462.078	5.267.687	0,5
10.02 D. Licenciamento e Proj. Estruturantes	1.423.358		1.045.000	2.468.358	0,2
10.04 D. de Planeamento Urbano	1.990.042		840.925	2.830.967	0,2
10.05 D. de Espaço Público	1.833.744		2.568.849	4.402.593	0,4
11 D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	15.263.836	980.186	129.822.550	146.066.572	12,8
11.00 Direção	1.412.010	2.650	29.665.401	31.080.061	2,7
11.01 D. de Saneamento	1.427.526	12.500	35.336.994	36.777.020	3,2
11.02 D. Infraestruturas e Obras de Arte	1.446.293	23.500	22.375.317	23.845.110	2,1
11.03 D. de Habitação Municipal	2.660.578	22.571	14.456.936	17.140.085	1,5
11.04 D. de Edifícios Municipais	2.616.312	604.051	8.897.975	12.118.338	1,1
11.05 D. de Gestão de Empreitadas e Segurança	1.562.295	140.500	27.702	1.730.497	0,2
11.06 D. de Instalações Elétricas e Mecânicas	4.138.822	174.414	19.062.225	23.375.461	2,0
12 SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	2.413.760	256.736	600.100	3.270.596	0,3
13 REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	31.142.338	780.575	5.246.488	37.169.401	3,3

QUADRO 5. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

DESIGNAÇÃO		PESSOAL	FUNCION.	PLANO	TOTAL	%
14	POLÍCIA MUNICIPAL	27.021.279	235.692	1.769.386	29.026.357	2,5
15	D. GESTÃO DA QUALIDADE E AUDITORIA	291.439	100.000		391.439	0,0
16	D.M. HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	4.627.838	4.900	29.438.073	34.070.811	3,0
16.00	Direção	707.944	4.500	13.192.044	13.904.488	1,2
16.01	D. de Políticas e Gestão de Habitação	2.307.669	200	14.213.875	16.521.744	1,4
16.02	D. de Desenvolvimento Local	1.612.225	200	2.032.154	3.644.579	0,3
17	D. DIREITOS SOCIAIS	3.880.130	9.000	13.870.177	17.759.307	1,6
18	D.M. AMB., EST. VERDE, CLIMA E ENERGIA	19.381.482	104.108	43.656.412	63.142.002	5,5
18.00	Direção	8.850.376	15.650	8.872.216	17.738.242	1,6
18.01	D.de Ambiente, Energia e Alt. Climáticas	3.363.979	43.127	5.141.993	8.549.099	0,7
18.02	D. de Estrutura Verde	7.167.127	45.331	29.642.203	36.854.661	3,2
19	D.M. DE HIGIENE URBANA	31.437.791	8.120.679	27.230.498	66.788.968	5,8
19.00	Direção	1.144.126	14.118		1.158.244	0,1
19.01	D. de Higiene Urbana	23.821.009	559.940	24.366.356	48.747.305	4,3
19.02	D. de Reparação e Manutenção Mecânica	6.472.656	7.546.621	2.864.142	16.883.419	1,5
20	D.M. DE MOBILIDADE	3.059.324	21.500	39.987.823	43.068.647	3,8
20.00	Direção	1.488.636	16.500	37.807.323	39.312.459	3,4
20.01	D. de Gestão da Mobilidade	1.570.688	5.000	2.180.500	3.756.188	0,3
21	D.M. DE CULTURA	12.978.741	15.764	26.096.646	39.091.151	3,4
21.00	Direção	7.218.369	15.764	24.119.332	31.353.465	2,7
21.01	D. de Património Cultural	5.760.372		1.977.314	7.737.686	0,7
22	D.M. ECONOMIA E INOVAÇÃO	3.902.482	142.144	23.373.776	27.418.402	2,4
22.00	Direção	788.725	13.150	3.753.368	4.555.243	0,4
22.01	D. de Inovação e Setores Estratégicos	429.643		16.918.281	17.347.924	1,5
22.02	D. Emprego, Empreendedorismo e Empresas	571.301		1.144.268	1.715.569	0,2
22.03	D. Estruturas Proximidade e Espaço Público	2.112.813	128.994	1.557.859	3.799.666	0,3
23	D. DE EDUCAÇÃO	1.439.936	550	38.353.485	39.793.971	3,5
24	D. DE ATIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO	3.264.190	71.814	8.267.067	11.603.071	1,0
25	PLANO GERAL DE DRENAGEM DE LISBOA	455.086		28.974.509	29.429.595	2,6
TOTAL		241.336.316	113.669.077	787.494.607	1.142.500.000	100

* Distribuição por orgânica da despesa de pessoal afeta ao orçamento da DMRH

QUADRO 6. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASS. ECONÓMICA CONSOLIDADA

ECONÓMICA		FUNCION.	PLANO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES		315.676.793	320.768.379	636.445.172
01	DESPESAS COM O PESSOAL	242.127.316	209.647	242.336.963
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	159.821.198	177.279	159.998.477
01.01.01	Membros de Órgãos Autárquicos	420.000		420.000
01.01.03	Pessoal Quadros - Regime Função Pública			
01.01.03.01	Pessoal em Funções	9.300.000		9.300.000
01.01.03.02	Alterações Obriga. de Posicio. Remunerat	100		100
01.01.03.03	Alterações Facult. de Posicio. Remunerat	100		100
01.01.03.04	Recru. de Pessoal para Novos P. Trabalho	100		100
01.01.04	Pessoal Quadros - Contr. Ind. Trabalho			
01.01.04.01	Pessoal em Funções	100.246.746	0	100.246.746
01.01.04.02	Alterações Obriga. de Posicio. Remunerat	100		100
01.01.04.03	Alterações Facult. de Posicio. Remunerat	100		100
01.01.04.04	Recru. de Pessoal para Novos P. Trabalho	755.390		755.390
01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	7.800.000	177.279	7.977.279
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	140.000		140.000
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	2.469.884		2.469.884
01.01.10	Gratificações	3.750.000		3.750.000
01.01.11	Representação	689.846		689.846
01.01.13	Subsídio de Refeição	9.566.700		9.566.700
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	19.532.132		19.532.132
01.01.15	Remunerações p/Doença e Maternidade/Pat.	5.150.000		5.150.000
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	29.343.278	32.368	29.375.646
01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais	4.000.000		4.000.000
01.02.02	Horas Extraordinárias	12.400.000		12.400.000
01.02.04	Ajudas de Custo	79.000	32.368	111.368
01.02.05	Abono para Falhas	116.000		116.000
01.02.06	Formação	150.000		150.000
01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	2.200.000		2.200.000
01.02.11	Subsídio de Turno	6.371.778		6.371.778
01.02.12	Indemnizações por Cessação de Funções	100		100
01.02.13	Outros Suplementos e Prémios			
01.02.13.02	Outros	3.000.000		3.000.000
01.02.13.03	Senhas de presença	652.000		652.000
01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	374.400		374.400
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	52.962.840		52.962.840
01.03.01	Encargos com a Saúde	1.050.000		1.050.000
01.03.02	Outros Encargos com a Saúde	1.019.000		1.019.000
01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	350.000		350.000
01.03.04	Outras Prestações Familiares	280.000		280.000
01.03.05	Contribuições para a Segurança Social			
01.03.05.01	Ass. na Doença dos F. Públicos - ADSE	4.642.000		4.642.000
01.03.05.02	Seg. Soc. do Pess em R. Cont. Trab em FP	37.788.740		37.788.740
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	30.261.849		30.261.849
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	7.526.891		7.526.891
01.03.05.03	Outras	150.000		150.000
01.03.06	Acidentes Serv.e Doenças Profissionais	2.500.000		2.500.000
01.03.08	Outras Pensões	4.900.000		4.900.000
01.03.09	Seguros			
01.03.09.01	Seg. Acid. Trabalho e Doenças Prof.	3.000		3.000
01.03.09.02	Seguros de Saúde	60.100		60.100
01.03.10	Outras Despesas de Segurança Social			

QUADRO 6. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASS. ECONÓMICA CONSOLIDADA

ECONÓMICA		FUNCION.	PLANO	TOTAL
01.03.10.01	Eventualidade Matern., Patern. e adopção	220.000		220.000
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	64.062.332	111.283.160	175.345.492
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	9.887.956	7.546.678	17.434.634
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	257.613	244.886	502.499
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.01	Gasolina	152.317		152.317
02.01.02.02	Gasóleo	3.178.587	6.300	3.184.887
02.01.02.03	Outros	1.889.989	145.291	2.035.280
02.01.03	Munições, Explosivos e Artíficos	1.000		1.000
02.01.04	Limpeza e Higiene	273.881	2.300	276.181
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	48.200	4.710.603	4.758.803
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	38.530	76.047	114.577
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	617.901	803.808	1.421.709
02.01.08	Material de Escritório	494.943	8.000	502.943
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	32.500	80.400	112.900
02.01.10	Produtos Vendidos nas Farmácias	9.500		9.500
02.01.11	Material de Consumo Clínico	78.350	30.640	108.990
02.01.12	Material de Transporte - Peças	2.001.533	4.450	2.005.983
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro	10.405	2.500	12.905
02.01.14	Outro Material - Peças	100.237	126.266	226.503
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	71.500	36.800	108.300
02.01.16	Mercadorias p/ Venda		25.525	25.525
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	89.635	71.435	161.070
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	22.380	26.504	48.884
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	7.000	6.500	13.500
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	74.717	284.170	358.887
02.01.21	Outros Bens	437.238	854.253	1.291.491
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	54.174.376	103.736.482	157.910.858
02.02.01	Encargos das Instalações	10.099.999	130.293	10.230.292
02.02.02	Limpeza e Higiene	5.907.902	24.000	5.931.902
02.02.03	Conservação de Bens	781.950	745.584	1.527.534
02.02.04	Locação de Edifícios	3.365.680	514.917	3.880.597
02.02.05	Locação de Material de Informática	0	3.475.185	3.475.185
02.02.06	Locação de Material de Transporte		2.010.677	2.010.677
02.02.08	Locação de Outros Bens	57.217	161.108	218.325
02.02.09	Comunicações	3.467.525	240.638	3.708.163
02.02.10	Transportes	909.260	1.152.444	2.061.704
02.02.11	Representação dos Serviços	150.408	113.090	263.498
02.02.12	Seguros	637.950	84.687	722.637
02.02.13	Deslocações e Estadas	73.627	536.617	610.244
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	1.768.214	5.574.301	7.342.515
02.02.15	Formação	5.000	205.000	210.000
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	70.000	1.041.461	1.111.461
02.02.17	Publicidade	497.120	177.651	674.771
02.02.18	Vigilância e Segurança	9.112.372	42.800	9.155.172
02.02.19	Assistência Técnica	2.489.462	3.563.863	6.053.325
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	1.367.153	53.108.517	54.475.670
02.02.22	Serviços de Saúde	250		250
02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas	12.210.000		12.210.000
02.02.25	Outros Serviços	1.203.287	30.833.649	32.036.936
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.754.600	60.292.784	63.047.384
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	1.394.700		1.394.700

QUADRO 6. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASS. ECONÓMICA CONSOLIDADA

ECONÓMICA		FUNCION.	PLANO	TOTAL
03.01.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit			
03.01.03.01	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	1.072.800		1.072.800
03.01.06	Adminst.Púb.Central - Serv.e Fundos Aut.	321.900		321.900
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	7.400		7.400
03.02.01	Despesas Diversas	7.400		7.400
03.05	OUTROS JUROS	1.323.300	60.292.784	61.616.084
03.05.02	Outros			
03.05.02.02	Juros de Mora	50.000	60.292.784	60.342.784
03.05.02.99	Outros	1.273.300		1.273.300
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	29.200		29.200
03.06.01	Outros Encargos Financeiros	29.200		29.200
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.365.038	72.159.701	73.524.739
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	696.045	4.527.232	5.223.277
04.01.01	Públicas	162.450	0	162.450
04.01.02	Privadas	533.595	4.527.232	5.060.827
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	50	6.121.213	6.121.263
04.03.01	Estado		6.121.213	6.121.213
04.03.04	Estado-Particip. Comunitária Proj. Co-Fin	50		50
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	112.105	44.998.331	45.110.436
04.05.01	Continente			
04.05.01.01	Freguesias		44.998.331	44.998.331
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências		8.730.000	8.730.000
04.05.01.01.03	Outros		36.268.331	36.268.331
04.05.01.02	Junta Metropolitana de Lisboa	112.105		112.105
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	242.400	15.507.642	15.750.042
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	242.400	15.507.642	15.750.042
04.08	FAMÍLIAS	314.388	1.005.283	1.319.671
04.08.01	Empresário em Nome Individual	50.000	122.783	172.783
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	264.388	882.500	1.146.888
04.09	RESTO DO MUNDO	50		50
04.09.03	Resto Mundo - Países Terc. e Org.Intern.	50		50
05	SUBSÍDIOS		57.090.948	57.090.948
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS		57.090.948	57.090.948
05.01.01	Públicas			
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais		54.965.948	54.965.948
05.01.01.01.01	EBAHL/EGEAC.ME		9.500.000	9.500.000
05.01.01.01.02	Sociedade de Reabilitação Urbana		3.000.000	3.000.000
05.01.01.01.03	GEBALIS		13.465.948	13.465.948
05.01.01.01.04	CARRIS		29.000.000	29.000.000
05.01.01.02	Outras		2.125.000	2.125.000
05.01.01.02.02	Associação Turismo de Lisboa		1.000.000	1.000.000
05.01.01.02.03	Assoc.de Música, Educação e Cultura		1.125.000	1.125.000
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.367.507	19.732.139	25.099.646
06.02	DIVERSAS	5.367.507	19.732.139	25.099.646
06.02.01	Impostos e Taxas			
06.02.01.01	Impostos e taxas pagas pela Autarquia	20.000	2.130.600	2.150.600
06.02.01.01.01	Taxa Gestão Resíduos - TGR		874.920	874.920

QUADRO 6. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASS. ECONÓMICA CONSOLIDADA

ECONÓMICA		FUNCION.	PLANO	TOTAL
06.02.01.01.99	Outras	20.000	1.255.680	1.275.680
06.02.01.02	Restituições e Impostos / taxas cobrados	500.000	5.000.000	5.500.000
06.02.02	Ativos Incorpóreos		50	50
06.02.03	Outras			
06.02.03.02	Restituições	1.002.759		1.002.759
06.02.03.03	Outras	3.844.748	12.601.489	16.446.237
DESPESAS DE CAPITAL		39.328.600	466.726.228	506.054.828
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		409.464.541	409.464.541
07.01	INVESTIMENTOS		409.464.541	409.464.541
07.01.01	Terrenos			
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente		38.702.817	38.702.817
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente		115.964.816	115.964.816
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição		102.303.243	102.303.243
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação		13.661.573	13.661.573
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente		115.161.580	115.161.580
07.01.03.01.01	Infraestruturas Culturais		3.588.104	3.588.104
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação		21.970.151	21.970.151
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais		10.511.085	10.511.085
07.01.03.01.04	Instalações Desportivas e Recreativas		1.063.397	1.063.397
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário		3.302.009	3.302.009
07.01.03.01.06	Outros		74.726.834	74.726.834
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares		111.362.116	111.362.116
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares		37.521.690	37.521.690
07.01.04.01.02	Esgotos		4.428.507	4.428.507
07.01.04.01.03	Iluminação Pública		5.200.900	5.200.900
07.01.04.01.04	Parques e Jardins		15.268.677	15.268.677
07.01.04.01.05	Instalações Desportivas e Recreativas		89.000	89.000
07.01.04.01.06	Sinalização e Trânsito		3.979.672	3.979.672
07.01.04.01.08	Cemitérios		1.934.670	1.934.670
07.01.04.01.09	Outros		42.939.000	42.939.000
07.01.06	Material de Transporte			
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.		6.920.680	6.920.680
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.		2.467.041	2.467.041
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.		4.418.304	4.418.304
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont		578.934	578.934
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.		10.943.623	10.943.623
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Adm.Local - C		188.428	188.428
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor			
07.01.12.01	Art.e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.		497.323	497.323
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.		2.258.879	2.258.879
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		52.853.648	52.853.648
08.01	SOC. E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		11.365.063	11.365.063

QUADRO 6. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASS. ECONÓMICA CONSOLIDADA

ECONÓMICA		FUNCION.	PLANO	TOTAL
08.01.01	Públicas			
08.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais		11.315.063	11.315.063
08.01.02	Privadas		50.000	50.000
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		90.400	90.400
08.03.06	Serviços e Fundos Autónomos		90.400	90.400
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		24.078.063	24.078.063
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias		24.078.063	24.078.063
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências		24.078.063	24.078.063
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		17.319.072	17.319.072
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos		17.319.072	17.319.072
08.08	FAMÍLIAS		1.050	1.050
08.08.01	Empresário em Nome Individual		50	50
08.08.02	Outras		1.000	1.000
09	ATIVOS FINANCEIROS		1.408.039	1.408.039
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		1.408.039	1.408.039
09.08.02	Soc.e Quase-Soc. Não Financ.- Públicas			
09.08.02.09	Outras		1.408.039	1.408.039
10	PASSIVOS FINANCEIROS	39.278.600		39.278.600
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	37.621.300		37.621.300
10.06.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit	32.692.100		32.692.100
10.06.06	Admin.Púb.Central - Serv.e Fundos Autón.	4.929.200		4.929.200
10.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	1.657.300		1.657.300
10.07.03	Soc. Fin- Bc Out Inst. Financ	1.657.300		1.657.300
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	50.000	3.000.000	3.050.000
11.02	DIVERSAS	50.000	3.000.000	3.050.000
11.02.02	Outras	50.000	3.000.000	3.050.000
TOTAL		355.005.393	787.494.607	1.142.500.000

ORÇAMENTO DE 2019

QUADRO 7. RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASSIF. FUNCIONAL

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Em milhares de Euros	
		DOTAÇÃO	
		VALOR	%
1	FUNÇÕES GERAIS		
1.1	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
1.1.1	Administração Geral	237.592	20,8
1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS		0,0
1.2.1	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	33.198	2,9
1.2.2	Polícia Municipal	24.799	2,2
2	FUNÇÕES SOCIAIS		
2.1	EDUCAÇÃO		
2.1.1	Ensino não Superior	28.695	2,5
2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	11.229	1,0
2.2	SAÚDE		
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	5.348	0,5
2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS		
2.3.1	Segurança Social	37.789	3,3
2.3.2	Acção Social	20.238	1,8
2.4	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS		
2.4.1	Habitação	156.240	13,7
2.4.2	Ordenamento do Território	133.336	11,7
2.4.3	Saneamento	76.042	6,7
2.4.4	Abastecimento de Água	0	0,0
2.4.5	Resíduos Sólidos	43.582	3,8
2.4.6	Protecção do Meio Ambiente e Conservação	58.783	5,1
2.5	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGI		
2.5.1	Cultura	52.622	4,6
2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	13.861	1,2
2.5.3	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	108	0,0
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS		
3.1	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇ	0	0,0
3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	18.188	1,6
3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		
3.3.1	Transportes Rodoviários	62.728	5,5
3.3.2	Transportes Aéreos	0	0,0
3.3.3	Transportes Fluviais	0	0,0
3.4	COMÉRCIO E TURISMO		0,0
3.4.1	Mercados e Feiras	2.253	0,2
3.4.2	Turismo	17.031	1,5
3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	8.470	0,7
4	OUTRAS FUNÇÕES		
4.1	OPERAÇÕES DE DÍVIDA AUTÁRQUICA	42.146	3,7
4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	58.222	5,1
4.3	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0	0,0
TOTAL		1.142.500	100

Quadro 8. Mapa dos Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo 2019

Caracterização do Empréstimo	Entidade Credora	Data Aprovação AM	Data Contratação	Prazo (anos)	Anos Dec.	Finalidade	Contratado	Utilizado	Tx Inicial	Tx Actual	Amortizações	Juros	Total	Capital em Dívida em 01/01/2018	Capital em Dívida em 31/12/2018 (2)
144 fogos Zona NI - VIII de Chelas	IHRU	15/03/1990	27/12/1990	28	28	I (c)	2 347 004	2 311 042	9,00%	0,23%	0	0	0	54 456	0
89 fogos Bairro Padre Cruz - V	IHRU	24/06/1991	09/07/1992	28	26	I (c)	2 206 223	1 951 962	12,00%	0,22%	77 436	437	77 873	231 490	173 812
155 fogos Bairro Padre Cruz I	IHRU	14/05/1992	28/08/1992	27	26	I (c)	3 776 539	3 546 470	10,67%	0,39%	194 249	658	194 907	387 611	194 241
155 fogos Bairro da Boavista - II	IHRU	06/10/1988	14/12/1992	28	26	I (c)	3 455 617	2 931 649	10,67%	0,39%	178 112	605	178 717	355 413	178 104
122 fogos Zona M-I de Chelas	IHRU	17/10/1992	14/12/1992	28	26	I (c)	3 091 066	2 756 378	10,67%	0,41%	126 070	720	126 789	314 808	189 312
90 fogos Bairro Padre Cruz - VII	IHRU	14/05/1992	23/12/1992	28	26	I (c)	2 398 654	1 828 567	10,67%	0,41%	102 069	583	102 652	256 198	150 674
105 fogos Bairro da Boavista - III	IHRU	03/11/1993	03/12/1993	27	25	I (c)	2 561 976	2 322 893	8,40%	0,41%	139 020	1 098	140 118	429 015	278 655
87 fogos Zona M-V de Chelas	CGD	16/12/1993	02/05/1994	27	25	I (c)	2 913 937	2 567 976	7,70%	0,00%	106 391	0	106 391	425 563	319 172
88 fogos Zona M-IV de Chelas	CGD	16/12/1993	02/05/1994	27	25	I (c)	2 944 953	2 483 644	7,70%	0,00%	94 565	0	94 565	378 257	283 693
120 fogos Quinta das FONSECAS	CGD	16/12/1993	02/05/1994	28	25	I (c)	2 689 438	2 336 973	7,70%	0,00%	117 391	0	117 391	469 560	352 170
113 fogos Bairro da Boavista	CGD	16/06/1994	12/01/1995	28	24	I (c)	3 124 784	2 676 136	7,20%	0,00%	136 755	0	136 755	683 770	
50 fogos Zona M-VIII de Chelas	CGD	16/06/1994	12/01/1995	28	24	I (c)	1 411 828	1 271 376	7,20%	0,00%	29 214	0	29 214	146 071	116 857
110 fogos Bairro da Boavista	CGD	09/02/1995	20/07/1995	28	23	I (c)	2 923 290	2 464 740	6,87%	0,00%	114 685	0	114 685	630 761	516 077
90 fogos Zona M de Chelas	CGD	09/02/1995	20/07/1995	28	23	I (c)	2 634 137	2 248 117	6,87%	0,00%	105 973	0	105 973	582 846	476 874
108 fogos Zona M de Chelas	CGD	09/02/1995	20/07/1995	28	23	I (c)	3 285 188	2 837 472	6,53%	0,00%	85 678	0	85 678	471 224	385 547
96 fogos Zona M de Chelas	CGD	09/03/1995	13/10/1995	29	23	I (c)	2 462 760	2 132 501	6,53%	0,00%	83 901	0	83 901	545 354	461 454
44 fogos Quinta do Ourives	CGD	20/07/1995	18/12/1995	27	23	I (e)	611 027	611 027	3,13%	0,00%	27 109	0	27 109	121 988	94 880
14 fogos Alto do Chapeleiro	CGD	20/07/1995	18/12/1995	27	23	I (e)	211 989	211 989	3,13%	0,00%	9 405	0	9 405	42 322	32 917
100 fogos Casalinho da Ajuda	CGD	07/12/1995	02/09/1996	27	22	I (e)	1 787 866	1 787 866	2,63%	0,00%	77 202	0	77 202	463 208	386 007
40 fogos Zona E da Buraca	CGD	30/05/1996	30/09/1996	28	22	I (e)	639 653	631 453	2,63%	0,00%	27 624	0	27 624	179 554	151 930
99 fogos Zona M de Chelas	CGD	18/07/1996	14/11/1996	27	22	I (c)	3 065 357	2 631 643	5,47%	0,00%	97 347	0	97 347	632 751	535 404
90 fogos Zona M-III de Chelas	CGD	03/10/1996	27/12/1996	28	22	I (c)	2 829 616	2 532 043	3,65%	0,00%	96 786	0	96 786	629 106	532 321
67 fogos Bairro Padre Cruz	CGD	03/10/1996	30/12/1996	28	22	I (c)	2 185 658	1 927 031	3,85%	0,00%	73 811	0	73 811	553 582	479 771
126 fogos Vale de Alcântara	CGD	03/10/1996	30/12/1996	29	22	I (c)	4 381 820	4 208 912	3,85%	0,00%	187 802	0	187 802	1 596 304	1 408 503
120 fogos Zona M de Chelas	CGD	03/10/1996	10/04/1997	28	22	I (c)	4 240 705	3 871 723	3,75%	0,00%	160 332	0	160 332	1 122 318	961 987
104 fogos Bairro Padre Cruz - fase 3	CGD	30/01/1997	10/04/1997	28	22	I (c)	3 406 515	2 877 924	3,75%	0,00%	104 021	0	104 021	780 151	676 131
90 fogos Zona M de Chelas	CGD	19/12/1996	15/04/1997	28	22	I (c)	2 689 847	2 471 020	3,65%	0,00%	81 987	0	81 987	573 905	491 919
101 fogos Bairro Padre Cruz - fase 3	CGD	19/12/1996	15/04/1997	28	22	I (c)	3 299 807	2 708 567	3,65%	0,00%	108 656	0	108 656	814 913	706 258
142 fogos Zona M de Chelas	CGD	28/11/1996	22/04/1997	26	22	I (c)	3 895 013	3 437 156	3,65%	0,00%	118 932	0	118 932	654 122	535 190
162 fogos Quinta dos Barros	CGD	28/11/1996	16/05/1997	28	22	I (e)	2 540 507	2 353 992	1,78%	0,00%	101 501	0	101 501	761 250	659 750
118 fogos Alto do Lumiar	CGD	20/03/1997	16/05/1997	27	22	I (e)	2 012 265	2 012 265	1,78%	0,00%	87 936	0	87 936	527 614	439 678
108 fogos Bairro da Boavista	CGD	17/04/1997	09/06/1997	28	22	I (c)	2 927 949	2 506 390	3,65%	0,00%	113 693	0	113 693	795 847	682 154
1º Contrato-Programa PER	BCPI	25/09/1997	26/11/1997	28	21	I (e)	48 590 542	48 344 013	1,40%	0,04%	1 425 123	2 340	1 427 463	7 128 689	5 704 198
120 fogos Zona M-III de Chelas	BPI	23/06/1998	15/05/1998	28	21	I (c)	3 056 384	3 056 384	1,72%	0,00%	102 984	0	102 984	875 362	772 378
75 fogos Av. de Berlim (Lt. 15 a 20)	BPI	18/12/1997	07/07/1998	27	20	I (e)	1 226 659	1 201 785	1,26%	3,43%	48 225	766	48 991	406 006	364 255
REHABITA	BPI	06/11/1997	07/07/1998	28	20	I (e)	19 353 358	1 899 192	3,85%	0,42%	118 050	942	118 992	354 151	236 636
2º Contrato-Programa PER	CGD	21/07/1998	23/10/1998	28	20	I (e)	42 057 766	41 222 617	1,14%	0,00%	1 729 486	0	1 729 486	13 577 837	11 848 362
248 fogos R. Fábrica da Pólvora (bonificado)	BPI	16/03/1999	29/03/1999	25	20	I (e)	4 489 206	4 489 206	0,75%	0,00%	188 499	0	188 499	1 319 483	1 130 985
248 fogos R. Fábrica da Pólvora (não bonificado)	BPI	16/03/1999	29/03/1999	25	20	I (e)	2 294 669	2 294 669	2,98%	0,00%	110 377	0	110 377	772 632	662 256
Esp. comerciais, equip. serviços, R. Fábr. Pólvora	BPI	16/03/1999	29/03/1999	22	20	N -	4 688 700	4 688 700	3,02%	0,00%	145 986	0	145 986	437 956	145 985
Empréstimo Obrigacionista	Caixa BI	04/05/1999	10/05/1999	20	20	N -	15 000 000	15 000 000	2,56%	0,00%	1 500 000	0	1 500 000	3 000 000	1 500 000
3º Contrato-Programa PER	CGD	01/02/2000	24/03/2000	20	19	I (e)	65 578 446	64 559 990	1,26%	0,00%	3 601 008	0	3 601 008	15 151 044	11 550 058
4º Contrato-Programa PER	CGD	05/09/2000	24/11/2000	25	18	I (e)	9 690 321	6 093 696	1,24%	0,00%	252 605	13	252 618	2 701 439	2 448 829
Terrenos e Infraestruturas	CEMG	17/10/2000	07/02/2001	20	18	N -	24 939 895	24 939 895	5,18%	0,00%	1 807 396	0	1 807 396	6 325 848	4 518 463
395 fogos na Av. Ceuta Norte (bonificado)	CGD	24/04/2001	17/05/2001	25	18	I (c)	8 114 035	8 114 035	1,98%	0,00%	354 284	0	354 284	3 011 400	2 657 117
395 fogos na Av. Ceuta Norte (não bonificado)	CGD	24/04/2001	17/05/2001	25	18	I (c)	4 355 912	4 355 912	4,95%	0,00%	206 937	0	206 937	1 758 953	1 552 017
64 fogos R. Maria Pia e 205 fogos Av. Ceuta Sul (bonif.)	CGD	24/04/2001	19/06/2001	25	18	I (c)	5 483 570	5 483 570	1,94%	0,00%	238 887	0	238 887	2 030 523	1 791 638
64 fogos R. Maria Pia e 205 fogos Av. Ceuta Sul (não bonificado)	CGD	24/04/2001	19/06/2001	25	18	I (c)	3 095 754	3 095 754	1,94%	0,00%	146 678	0	146 678	1 246 755	1 100 078
Financiamento do PPI 2001-2004	DEXIA	19/06/2001	26/06/2001	20	18	N -	66 000 000	66 000 000	4,29%	0,00%	2 482 772	0	2 482 772	9 334 040	6 851 268
Intempéries do Inverno de 2000	Totta	25/09/2001	08/10/2001	20	17	I (g)	1 217 960	1 217 960	3,65%	0,13%	71 645	434	72 079	286 579	214 934
Financiamento do PPI 2002-2005 (1)	DEPFA	24/04/2001	12/12/2001	20	17	N -	60 000 000	60 000 000	3,35%	0,00%	1 763 291	0	1 763 291	8 816 454	7 053 163
Financiamento do PPI 2002-2005 (1)	CAG	24/04/2001	12/12/2001	20	17	N -	20 000 000	20 000 000	3,35%	0,00%	587 764	0	587 764	2 938 818	2 351 054
60 fogos no Casal do Evaristo (bonificado)	CGD	24/04/2001	12/12/2001	25	17	I (c)	1 239 852	1 239 852	1,50%	0,00%	56 632	0	56 632	509 688	453 056
60 fogos no Casal do Evaristo (não bonificado)	CGD	24/04/2001	12/12/2001	24	17	I (c)	1 004 739	612 185	3,75%	0,00%	29 584	0	29 584	266 257	236 673
A transportar							496 430 757	463 358 313	2	0	20 133 865	8 595	20 142 460	98 861 246	78 541 864

Quadro 8. Mapa dos Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo 2019

Caracterização do Empréstimo	Entidade Credora	Data Aprovação AM	Data Contratação	Prazo (anos)	Anos Dec.	Finalidade	Contratado	Utilizado		Tx Actual	Amortizações	Juros	Total	Capital em Dívida em 01/01/2018	Capital em Dívida em 31/12/2018 (2)
Transporte							496 430 757	463 358 313			20 133 865	8 595	20 142 460	98 861 246	78 541 864
4º Contrato-Programa PER	BPI	05-09-2000	06-09-2000	25	18	I (e)	10 645 883	0	0,00%	0,00%	0	0	0	0	0
PREDE	Estado	07/07/2009	28/10/2009	10	9	N -	44 878 367	44 878 367	0,00%	0,19%	4 112 244	4 927	4 117 171	12 336 733	4 112 244
PIPARU	IHRU	22/12/2009	08/07/2010	30	8	I (j)	57 530 993	42 627 500	1,26%	0,51%	0	312 872	312 872	54 321 367	54 321 367
PIPARU	BPI	22/12/2009	08/07/2010	20	8	I (j)	59 679 858	50 000 000	3,36%	0,00%	3 846 154	404 912	4 251 066	50 000 000	46 153 846
Reabilitar para arrendar	IHRU	17/12/2013	27/12/2013	30	5	N -	1 682 794	0	2,76%	0,00%	0	0	0	0	0
Empréstimo EPUL Reestruturação CP (g)	Totta	28/05/2013	14/09/2014	10	4	N -	48 600 000	48 600 000	3,92%	1,25%	5 994 146	422 005	6 416 151	39 867 062	33 950 087
Plano Pavimentação	BPI	28/07/2015	07/08/2015	15	3	N -	11 045 839	11 045 839	0,95%	0,77%	818 210	87 712	905 922	10 636 734	9 816 814
Lisboa XXI (1º Contrato)	BEI	14/03/2017	21/03/2017	20	2	N -	51 000 000	6 000 000	0,50%	0,18%	2 716 681	122 394	2 839 074	6 000 000	6 000 000
Lisboa XXI (2º Contrato)	BEI	07/02/2018	22/05/2018	20	1	N -	52 000 000	0	0,51%	0,00%	0	31 283	31 283	0	0
Total							833 494 491	666 510 019			37 621 300	1 394 700	39 016 000	272 023 142	232 896 222

- NOTAS:**
- Limites do Endividamento - Finalidade - empréstimos Isentos**
- (a) destinados a amortização de outros empréstimos
 - (b) para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas
 - (c) para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados a habitação social
 - (d) para pagamento de dívidas à EDP
 - (e) no âmbito do PER
 - (f) no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação de danos causados pelas Intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro de 1996
 - (g) no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação de danos causados pelas Intempéries no Inverno 2000/2001
 - (h) ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana apoiada pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
 - (i) para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários
 - (j) De acordo com o Despacho n.º 223/2010, de 18 de Junho de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças

(1) - Empréstimo sindicado no valor de € 80.000.000 organizado pelo BPI (Agente e Arranger)

(2) - Capital em Dívida em 31/12/2018 - Valores previsionais aferidos no final do mês de Agosto/2018

Discriminação das Despesas

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
01.01 Assembleia Municipal				761.904
01	DESPESAS COM O PESSOAL			595.000
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		595.000	
01.02.13	Outros Suplementos e Prémios			
01.02.13.03	Senhas de presença	595.000		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			161.904
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		40.525	
02.01.08	Material de Escritório	1.600		
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	2.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	330		
02.01.21	Outros Bens	36.595		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		121.379	
02.02.03	Conservação de Bens	40.000		
02.02.10	Transportes	41.419		
02.02.11	Representação dos Serviços	2.350		
02.02.12	Seguros	200		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	5.500		
02.02.25	Outros Serviços	31.910		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000
06.02	DIVERSAS		5.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	5.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
01.02 Operações Financeiras				43.553.759
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			120
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		120	
02.02.17	Publicidade	120		
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS			2.704.600
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		1.394.700	
03.01.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit			
03.01.03.01	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	1.072.800		
03.01.06	Adminst.Púb.Central - Serv.e Fundos Aut.	321.900		
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA		7.400	
03.02.01	Despesas Diversas	7.400		
03.05	OUTROS JUROS		1.273.300	
03.05.02	Outros			
03.05.02.99	Outros	1.273.300		
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		29.200	
03.06.01	Outros Encargos Financeiros	29.200		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			162.400
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		162.400	
04.01.01	Públicas	162.400		
09	ATIVOS FINANCEIROS			1.408.039
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		1.408.039	
09.08.02	Soc.e Quase-Soc. Não Financ.- Públicas			
09.08.02.09	Outras	1.408.039		
10	PASSIVOS FINANCEIROS			39.278.600
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO		37.621.300	
10.06.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit	32.692.100		
10.06.06	Admin.Púb.Central - Serv.e Fundos Autón.	4.929.200		
10.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		1.657.300	
10.07.03	Soc. Fin- Bc Out Inst. Financ	1.657.300		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
02.00 Unidade de Coordenação Territorial				16.495.680
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			679.819
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		292.000	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	198.000		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	1.500		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	30.000		
02.01.14	Outro Material - Peças	1.500		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	10.000		
02.01.21	Outros Bens	51.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		387.819	
02.02.03	Conservação de Bens	23.000		
02.02.08	Locação de Outros Bens	1.000		
02.02.10	Transportes	6.769		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	129.000		
02.02.25	Outros Serviços	228.050		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			525.000
06.02	DIVERSAS		525.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	525.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			2.939.070
07.01	INVESTIMENTOS		2.939.070	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	10.206		
07.01.04.01.06	Sinalização e Trânsito	173.000		
07.01.04.01.09	Outros	2.650.864		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	15.000		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	10.000		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	80.000		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			12.351.791
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		12.351.791	
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias			
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	12.351.791		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
03 SECRETARIA GERAL				
03.00 Secretaria Geral				1.558.705
01	DESPESAS COM O PESSOAL			111.368
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		111.368	
01.02.04	Ajudas de Custo	111.368		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			985.232
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		52.350	
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	500		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	5.000		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	1.250		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	6.000		
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	22.600		
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	7.000		
02.01.21	Outros Bens	10.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		932.882	
02.02.03	Conservação de Bens	7.500		
02.02.08	Locação de Outros Bens	26.500		
02.02.10	Transportes	8.526		
02.02.11	Representação dos Serviços	208.782		
02.02.12	Seguros	2.500		
02.02.13	Deslocações e Estadas	509.017		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	2.000		
02.02.18	Vigilância e Segurança	10.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	61.557		
02.02.25	Outros Serviços	96.500		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			322.105
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		112.105	
04.05.01	Continente			
04.05.01.02	Junta Metropolitana de Lisboa	112.105		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		208.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	208.000		
04.08	FAMÍLIAS		2.000	
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	2.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			140.000
06.02	DIVERSAS		140.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	140.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO		DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
			RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
03 SECRETARIA GERAL					
03.01 D. Relação com o Município e Participação					1.437.887
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				803.625
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS				55.726
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas				7.500
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais				13.000
02.01.08	Material de Escritório				15.000
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro				4.305
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas				4.500
02.01.18	Livros e Documentação Técnica				150
02.01.21	Outros Bens				11.271
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				747.899
02.02.01	Encargos das Instalações				35.000
02.02.02	Limpeza e Higiene				24.000
02.02.03	Conservação de Bens				4.035
02.02.08	Locação de Outros Bens				4.327
02.02.10	Transportes				500
02.02.11	Representação dos Serviços				11.466
02.02.12	Seguros				2.000
02.02.13	Deslocações e Estadas				3.000
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria				60.000
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares				7.000
02.02.17	Publicidade				105.000
02.02.18	Vigilância e Segurança				26.800
02.02.19	Assistência Técnica				50.000
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados				193.505
02.02.25	Outros Serviços				221.266
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				3.212
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				3.212
04.03.01	Estado				3.212
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.050
06.02	DIVERSAS				1.050
06.02.02	Ativos Incorpóreos				50
06.02.03	Outras				
06.02.03.03	Outras				1.000
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				630.000
07.01	INVESTIMENTOS				630.000
07.01.07	Equipamento de Informática				
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.				30.000
07.01.08	Software Informático				
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.				550.000
07.01.09	Equipamento Administrativo				
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont				50.000

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
03 SECRETARIA GERAL				
03.02 D. Apoio aos Órgãos Serviços Município				1.336.888
01	DESPESAS COM O PESSOAL			57.000
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		57.000	
01.02.13	Outros Suplementos e Prémios			
01.02.13.03	Senhas de presença	57.000		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			483.004
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		237.066	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	56.000		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	500		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	14.500		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	35.000		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	8.379		
02.01.08	Material de Escritório	16.000		
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro	1.000		
02.01.14	Outro Material - Peças	2.000		
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	7.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	2.100		
02.01.21	Outros Bens	94.587		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		245.938	
02.02.03	Conservação de Bens	100.225		
02.02.08	Locação de Outros Bens	500		
02.02.10	Transportes	14.790		
02.02.11	Representação dos Serviços	16.400		
02.02.12	Seguros	4.000		
02.02.13	Deslocações e Estadas	500		
02.02.17	Publicidade	5.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	15.800		
02.02.25	Outros Serviços	88.723		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000
06.02	DIVERSAS		1.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	1.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			795.884
07.01	INVESTIMENTOS		795.884	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	398.818		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	79.233		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	304.000		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	10.000		
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor			
07.01.12.01	Art.e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.	3.833		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
03	SECRETARIA GERAL			
03.03 D. Jurídico				36.454.792
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			854.329
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		3.000	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	3.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		851.329	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	699.329		
02.02.25	Outros Serviços	152.000		
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS			2.222.784
03.05	OUTROS JUROS		2.222.784	
03.05.02	Outros			
03.05.02.02	Juros de Mora	2.222.784		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.351.000
06.02	DIVERSAS		2.351.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	2.351.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			28.026.679
07.01	INVESTIMENTOS		28.026.679	
07.01.01	Terrenos			
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente	19.000.000		
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente			
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	176.679		
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	100.000		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	100.000		
07.01.03.01.06	Outros	1.000.000		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	7.450.000		
07.01.04.01.09	Outros	200.000		
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			3.000.000
11.02	DIVERSAS		3.000.000	
11.02.02	Outras	3.000.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
04.00 D. de Marca e Comunicação				1.459.414
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.157.914
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		20.150	
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	10.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	150		
02.01.21	Outros Bens	10.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.137.764	
02.02.03	Conservação de Bens	10.000		
02.02.08	Locação de Outros Bens	15.000		
02.02.09	Comunicações	750		
02.02.10	Transportes	100		
02.02.12	Seguros	2.500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	75.000		
02.02.15	Formação	5.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	50.000		
02.02.17	Publicidade	400.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	211.764		
02.02.25	Outros Serviços	367.650		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.500
06.02	DIVERSAS		1.500	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	1.500		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			300.000
07.01	INVESTIMENTOS		300.000	
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	60.000		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	180.000		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	10.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	50.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
05 D. M. DE FINANÇAS				
05.00 Direção				174.361.528
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			10.735.659
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		700	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	250		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	100		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	200		
02.01.21	Outros Bens	150		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		10.734.959	
02.02.10	Transportes	50		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	513.199		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	27.350		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	10.146.900		
02.02.25	Outros Serviços	47.460		
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS			58.070.000
03.05	OUTROS JUROS		58.070.000	
03.05.02	Outros			
03.05.02.02	Juros de Mora	58.070.000		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			32.156.675
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		50	
04.01.01	Públicas	50		
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		50	
04.03.04	Estado-Particp. Comunitária Proj. Co-Fin	50		
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		32.156.525	
04.05.01	Continente			
04.05.01.01	Freguesias			
04.05.01.01.03	Outros	32.156.525		
04.09	RESTO DO MUNDO		50	
04.09.03	Resto Mundo - Países Terc. e Org.Intern.	50		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.851.300
06.02	DIVERSAS		6.851.300	
06.02.01	Impostos e Taxas			
06.02.01.02	Restituições e Impostos / taxas cobrados	5.000.000		
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	1.851.300		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			58.249.100
07.01	INVESTIMENTOS		58.249.100	
07.01.01	Terrenos			
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente	14.682.100		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	42.000.000		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	1.567.000		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			8.298.794
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		8.298.794	
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias			
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	8.298.794		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
05	D. M. DE FINANÇAS			
05.02	D. de Contabilidade			13.948.649
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			12.654.849
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		12.654.849	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	224.999		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	218.850		
02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas	12.210.000		
02.02.25	Outros Serviços	1.000		
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS			50.000
03.05	OUTROS JUROS		50.000	
03.05.02	Outros			
03.05.02.02	Juros de Mora	50.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.120.000
06.02	DIVERSAS		1.120.000	
06.02.01	Impostos e Taxas			
06.02.01.01	Impostos e taxas pagas pela Autarquia			
06.02.01.01.99	Outras	20.000		
06.02.01.02	Restituições e Impostos / taxas cobrados	500.000		
06.02.03	Outras			
06.02.03.02	Restituições	100.000		
06.02.03.03	Outras	500.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			73.800
07.01	INVESTIMENTOS		73.800	
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	73.800		
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			50.000
11.02	DIVERSAS		50.000	
11.02.02	Outras	50.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
05 D. M. DE FINANÇAS				
05.03 D. de Aprovisionamentos				33.341.975
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			33.341.975
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		4.022.490	
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.01	Gasolina	152.317		
02.01.02.02	Gasóleo	3.167.087		
02.01.04	Limpeza e Higiene	241.393		
02.01.08	Material de Escritório	461.693		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		29.319.485	
02.02.01	Encargos das Instalações	9.999.999		
02.02.02	Limpeza e Higiene	5.645.600		
02.02.09	Comunicações	3.464.125		
02.02.10	Transportes	769.478		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	100.000		
02.02.17	Publicidade	28.000		
02.02.18	Vigilância e Segurança	9.098.372		
02.02.19	Assistência Técnica	25.220		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	183.691		
02.02.25	Outros Serviços	5.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
06	D.M. GESTÃO PATRIMONIAL			
06.00	Direção			130.289.882
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			4.407.929
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		3.117	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	500		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	100		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	500		
02.01.21	Outros Bens	2.017		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4.404.812	
02.02.01	Encargos das Instalações	100.000		
02.02.03	Conservação de Bens	166.212		
02.02.04	Locação de Edifícios	3.823.564		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	56.000		
02.02.17	Publicidade	10.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	87.036		
02.02.25	Outros Serviços	162.000		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.165.766
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		628.595	
04.01.02	Privadas	628.595		
04.08	FAMÍLIAS		537.171	
04.08.01	Empresário em Nome Individual	172.783		
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	364.388		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			11.415.626
06.02	DIVERSAS		11.415.626	
06.02.03	Outras			
06.02.03.02	Restituições	902.759		
06.02.03.03	Outras	10.512.867		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			113.300.561
07.01	INVESTIMENTOS		113.300.561	
07.01.01	Terrenos			
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente	4.997.092		
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente			
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	90.817.000		
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	50.000		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	17.191.969		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	1.500		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	243.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
07	D. M. RECURSOS HUMANOS			
07.00	Direção			50
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			50
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		50	
02.02.10	Transportes	50		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
07	D. M. RECURSOS HUMANOS			
07.01	D. Gestão Recursos Humanos			238.671.095
01	DESPESAS COM O PESSOAL			238.413.595
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		159.998.477	
01.01.01	Membros de Órgãos Autárquicos	420.000		
01.01.03	Pessoal Quadros - Regime Função Pública			
01.01.03.01	Pessoal em Funções	9.300.000		
01.01.03.02	Alterações Obriga. de Posicio. Remunerat	100		
01.01.03.03	Alterações Facult. de Posicio. Remunerat	100		
01.01.03.04	Recru. de Pessoal para Novos P. Trabalho	100		
01.01.04	Pessoal Quadros - Contr. Ind. Trabalho			
01.01.04.01	Pessoal em Funções	100.246.746		
01.01.04.02	Alterações Obriga. de Posicio. Remunerat	100		
01.01.04.03	Alterações Facult. de Posicio. Remunerat	100		
01.01.04.04	Recru. de Pessoal para Novos P. Trabalho	755.390		
01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	7.977.279		
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	140.000		
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	2.469.884		
01.01.10	Gratificações	3.750.000		
01.01.11	Representação	689.846		
01.01.13	Subsídio de Refeição	9.566.700		
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	19.532.132		
01.01.15	Remunerações p/Doença e Maternidade/Pat.	5.150.000		
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		28.462.278	
01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais	4.000.000		
01.02.02	Horas Extraordinárias	12.400.000		
01.02.05	Abono para Falhas	116.000		
01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	2.200.000		
01.02.11	Subsídio de Turno	6.371.778		
01.02.12	Indemnizações por Cessação de Funções	100		
01.02.13	Outros Suplementos e Prémios			
01.02.13.02	Outros	3.000.000		
01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	374.400		
01.03	SEGURANÇA SOCIAL		49.952.840	
01.03.01	Encargos com a Saúde	600.000		
01.03.02	Outros Encargos com a Saúde	1.019.000		
01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	350.000		
01.03.04	Outras Prestações Familiares	280.000		
01.03.05	Contribuições para a Segurança Social			
01.03.05.01	Ass. na Doença dos F. Públicos - ADSE	4.642.000		
01.03.05.02	Seg. Soc. do Pess em R. Cont. Trab em FP			
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	30.261.849		
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	7.526.891		
01.03.05.03	Outras	150.000		
01.03.08	Outras Pensões	4.900.000		
01.03.09	Seguros			
01.03.09.01	Seg. Acid. Trabalho e Doenças Prof.	3.000		
01.03.09.02	Seguros de Saúde	100		
01.03.10	Outras Despesas de Segurança Social			
01.03.10.01	Eventualidade Matern., Patern. e adopção	220.000		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			257.500
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		51.500	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	1.500		
02.01.21	Outros Bens	50.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		206.000	

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
07	D. M. RECURSOS HUMANOS			
07.01	D. Gestão Recursos Humanos			
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	150.000		
02.02.17	Publicidade	20.000		
02.02.19	Assistência Técnica	1.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	20.000		
02.02.25	Outros Serviços	15.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
07	D. M. RECURSOS HUMANOS			
07.02	D. Desenvolvimento e Formação			614.924
01	DESPESAS COM O PESSOAL			150.000
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		150.000	
01.02.06	Formação	150.000		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			347.724
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		9.050	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	1.700		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	200		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	250		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	100		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	1.700		
02.01.21	Outros Bens	5.100		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		338.674	
02.02.04	Locação de Edifícios	39.033		
02.02.10	Transportes	3.041		
02.02.12	Seguros	100		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	55.000		
02.02.15	Formação	205.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	13.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	18.500		
02.02.25	Outros Serviços	5.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.600
06.02	DIVERSAS		4.600	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	4.600		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			112.600
07.01	INVESTIMENTOS		112.600	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	102.600		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	10.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
07	D. M. RECURSOS HUMANOS			
07.03	D. Saúde, Higiene e Segurança			4.315.481
01	DESPESAS COM O PESSOAL			2.950.000
01.03	SEGURANÇA SOCIAL		2.950.000	
01.03.01	Encargos com a Saúde	450.000		
01.03.06	Acidentes Serv.e Doenças Profissionais	2.500.000		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			200.481
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		103.781	
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	4.281		
02.01.10	Produtos Vendidos nas Farmácias	7.000		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	50.000		
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	40.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	500		
02.01.21	Outros Bens	2.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		96.700	
02.02.03	Conservação de Bens	10.000		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	70.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	1.700		
02.02.25	Outros Serviços	15.000		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.125.000
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.125.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	1.125.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			40.000
07.01	INVESTIMENTOS		40.000	
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	20.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	20.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
08.00 D. Sistemas de Informação				9.384.225
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			5.487.278
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		550	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	300		
02.01.21	Outros Bens	250		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5.486.728	
02.02.05	Locação de Material de Informática	3.475.185		
02.02.10	Transportes	650		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	107.010		
02.02.19	Assistência Técnica	744.952		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	1.109.731		
02.02.25	Outros Serviços	49.200		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			3.896.947
07.01	INVESTIMENTOS		3.896.947	
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	1.968.057		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	1.888.890		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	40.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
09.00 C. Gestão e Inteligência Urb. de Lisboa				2.059.978
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			470.926
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		5.000	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	5.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		465.926	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	184.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	20.000		
02.02.17	Publicidade	50.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	161.926		
02.02.25	Outros Serviços	50.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			1.589.052
07.01	INVESTIMENTOS		1.589.052	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	30.000		
07.01.06	Material de Transporte			
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.	113.802		
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	120.000		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	1.225.250		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	100.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
10	D.M. DE URBANISMO			
10.00	Direção			467.772
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			105.990
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		3.800	
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	3.500		
02.01.21	Outros Bens	300		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		102.190	
02.02.10	Transportes	1.894		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	10.296		
02.02.25	Outros Serviços	90.000		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			140.080
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		50.080	
04.01.02	Privadas	50.080		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		90.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	90.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			221.702
07.01	INVESTIMENTOS		221.702	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	98.702		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	123.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
10	D.M. DE URBANISMO			
10.02	D. Licenciamento e Proj. Estruturantes			1.045.000
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.045.000
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		25.000	
02.01.21	Outros Bens	25.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.020.000	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	850.000		
02.02.25	Outros Serviços	170.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
10	D.M. DE URBANISMO			
10.04	D. de Planeamento Urbano			840.925
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			686.290
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.150	
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	850		
02.01.21	Outros Bens	300		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		685.140	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	530.972		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	8.468		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	145.700		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			154.635
07.01	INVESTIMENTOS		154.635	
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	1.500		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	30.750		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	122.385		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
10	D.M. DE URBANISMO			
10.05	D. de Espaço Público			2.568.849
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			118.940
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		118.940	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	47.220		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	71.720		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			2.449.909
07.01	INVESTIMENTOS		2.449.909	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	1.994.959		
07.01.04.01.04	Parques e Jardins	28.488		
07.01.04.01.09	Outros	421.462		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	5.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.00	Direção			29.668.051
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			49.571
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		350	
02.01.21	Outros Bens	350		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		49.221	
02.02.03	Conservação de Bens	100		
02.02.10	Transportes	1.200		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	46.921		
02.02.25	Outros Serviços	1.000		
05	SUBSÍDIOS			3.000.000
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS		3.000.000	
05.01.01	Públicas			
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais			
05.01.01.01.02	Sociedade de Reabilitação Urbana	3.000.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			15.303.417
07.01	INVESTIMENTOS		15.303.417	
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente			
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	1.587.003		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	2.734.975		
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	7.520.885		
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário	600.000		
07.01.03.01.06	Outros	100.000		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	1.572.640		
07.01.04.01.09	Outros	1.187.914		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			11.315.063
08.01	SOC. E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		11.315.063	
08.01.01	Públicas			
08.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais	11.315.063		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.01	D. de Saneamento			35.349.494
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			29.328.355
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		70.700	
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	23.750		
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	500		
02.01.14	Outro Material - Peças	11.000		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	15.600		
02.01.21	Outros Bens	19.850		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		29.257.655	
02.02.03	Conservação de Bens	27.500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	165.700		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	28.731.303		
02.02.25	Outros Serviços	333.152		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.255.680
06.02	DIVERSAS		1.255.680	
06.02.01	Impostos e Taxas			
06.02.01.01	Impostos e taxas pagas pela Autarquia			
06.02.01.01.99	Outras	1.255.680		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			4.765.459
07.01	INVESTIMENTOS		4.765.459	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.02	Esgotos	4.323.456		
07.01.04.01.09	Outros	382.003		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	20.000		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	15.000		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	25.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.02	D. Infraestruturas e Obras de Arte			22.398.817
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			655.819
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		51.500	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	21.000		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	5.000		
02.01.14	Outro Material - Peças	1.000		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	1.000		
02.01.21	Outros Bens	23.500		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		604.319	
02.02.03	Conservação de Bens	5.000		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	77.000		
02.02.25	Outros Serviços	522.319		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			21.742.998
07.01	INVESTIMENTOS		21.742.998	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	19.229.437		
07.01.04.01.09	Outros	2.513.561		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.03	D. de Habitação Municipal			14.479.507
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.935.455
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		20.071	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	2.850		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	100		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	1.000		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	4.146		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	500		
02.01.21	Outros Bens	11.475		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.915.384	
02.02.03	Conservação de Bens	2.000		
02.02.10	Transportes	500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	695.843		
02.02.25	Outros Serviços	1.217.041		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			12.544.052
07.01	INVESTIMENTOS		12.544.052	
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente			
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	11.098.822		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	100.000		
07.01.03.01.04	Instalações Desportivas e Recreativas	103.580		
07.01.03.01.06	Outros	1.106.165		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.09	Outros	135.485		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.04	D. de Edifícios Municipais			9.502.026
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.383.131
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		17.650	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	12.000		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	650		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	5.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.365.481	
02.02.03	Conservação de Bens	250.398		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	161.873		
02.02.19	Assistência Técnica	501.133		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	355.979		
02.02.25	Outros Serviços	96.098		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.000
06.02	DIVERSAS		3.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	3.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			8.115.895
07.01	INVESTIMENTOS		8.115.895	
07.01.01	Terrenos			
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente	23.625		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	89.455		
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	1.086.863		
07.01.03.01.06	Outros	6.900.468		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.09	Outros	15.484		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.05	D. de Gestão de Empreitadas e Segurança			168.202
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			148.202
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		2.000	
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	1.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	1.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		146.202	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	117.702		
02.02.17	Publicidade	10.000		
02.02.25	Outros Serviços	18.500		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			20.000
07.01	INVESTIMENTOS		20.000	
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	20.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
11	D.M. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO			
11.06	D. de Instalações Elétricas e Mecânicas			19.236.639
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			15.084.048
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		350.850	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	30.008		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	23.395		
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	19.500		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	15.000		
02.01.21	Outros Bens	262.947		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		14.733.198	
02.02.03	Conservação de Bens	203.975		
02.02.19	Assistência Técnica	276.076		
02.02.25	Outros Serviços	14.253.147		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			4.152.591
07.01	INVESTIMENTOS		4.152.591	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	315.800		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	233.686		
07.01.04.01.03	Iluminação Pública	3.175.698		
07.01.04.01.06	Sinalização e Trânsito	44.853		
07.01.04.01.09	Outros	8.150		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	18.450		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	17.500		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	310.500		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Adm.Local - C	18.450		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	9.504		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
12.00 Serviço Municipal de Proteção Civil				856.836
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			185.436
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		59.100	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	6.000		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	5.000		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	3.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	4.000		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	34.000		
02.01.21	Outros Bens	7.100		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		126.336	
02.02.03	Conservação de Bens	5.000		
02.02.10	Transportes	500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	5.500		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	21.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	72.500		
02.02.25	Outros Serviços	21.836		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			292.400
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		292.400	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	292.400		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			379.000
07.01	INVESTIMENTOS		379.000	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	130.000		
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	1.000		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	35.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	213.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO		DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
			RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
13.00 REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS			6.027.063		
01	DESPESAS COM O PESSOAL		60.000		
01.03	SEGURANÇA SOCIAL		60.000		
01.03.09	Seguros				
01.03.09.02	Seguros de Saúde		60.000		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		950.575		
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		433.772		
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias		5.000		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes				
02.01.02.03	Outros		24.697		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas		15.900		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		230.000		
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos		12.500		
02.01.11	Material de Consumo Clínico		25.000		
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro		5.000		
02.01.14	Outro Material - Peças		10.030		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios		10.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica		1.000		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio		69.645		
02.01.21	Outros Bens		25.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		516.803		
02.02.03	Conservação de Bens		100.000		
02.02.08	Locação de Outros Bens		5.000		
02.02.09	Comunicações		2.500		
02.02.10	Transportes		1.500		
02.02.12	Seguros		75.000		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria		25.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares		20.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		287.803		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4.986.488		
07.01	INVESTIMENTOS		4.986.488		
07.01.03	Edifícios				
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente				
07.01.03.01.06	Outros		2.860.080		
07.01.04	Construções Diversas				
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares				
07.01.04.01.09	Outros		50.000		
07.01.09	Equipamento Administrativo				
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont		998		
07.01.10	Equipamento Básico				
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.		2.075.410		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		30.000		
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		30.000		
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos		30.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
14.00 POLÍCIA MUNICIPAL				2.005.078
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.333.578
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		470.742	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	1.500		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	2.000		
02.01.03	Munições, Explosivos e Artifícios	1.000		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	650		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	405.000		
02.01.10	Produtos Vendidos nas Farmácias	2.500		
02.01.12	Material de Transporte - Peças	10.300		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	1.300		
02.01.21	Outros Bens	46.492		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		862.836	
02.02.03	Conservação de Bens	65.000		
02.02.09	Comunicações	240.788		
02.02.10	Transportes	100		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	110.500		
02.02.18	Vigilância e Segurança	20.000		
02.02.19	Assistência Técnica	30.235		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	207.500		
02.02.25	Outros Serviços	188.713		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			15.000
06.02	DIVERSAS		15.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	15.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			656.500
07.01	INVESTIMENTOS		656.500	
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	36.500		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	100.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	520.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
15.00 D. Gestão da Qualidade e Auditoria				
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			100.000
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		100.000	
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	100.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
16	D.M. HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL			
16.00	Direção			13.196.544
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			416.340
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.000	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	1.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		415.340	
02.02.10	Transportes	3.500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	215.655		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	196.185		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			12.780.204
07.01	INVESTIMENTOS		12.780.204	
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente			
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	9.721.561		
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	2.330.688		
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	317.984		
07.01.03.01.06	Outros	309.971		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.09	Outros	100.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
16	D.M. HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL			
16.01	D. de Políticas e Gestão de Habitação			14.214.075
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			63.064
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		100	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	100		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		62.964	
02.02.10	Transportes	20.100		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	10.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	30.096		
02.02.25	Outros Serviços	2.768		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			601.000
04.08	FAMÍLIAS		601.000	
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	601.000		
05	SUBSÍDIOS			13.465.948
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS		13.465.948	
05.01.01	Públicas			
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais			
05.01.01.01.03	GEBALIS	13.465.948		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			83.063
07.01	INVESTIMENTOS		83.063	
07.01.02	Habitações			
07.01.02.01	Habitações - Adm.Local - Continente			
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	1.000		
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	82.063		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			1.000
08.08	FAMÍLIAS		1.000	
08.08.02	Outras	1.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
16	D.M. HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL			
16.02	D. de Desenvolvimento Local			2.032.354
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			140.900
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.600	
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	1.000		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	100		
02.01.21	Outros Bens	500		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		139.300	
02.02.03	Conservação de Bens	5.000		
02.02.10	Transportes	100		
02.02.12	Seguros	150		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	30.500		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	25.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	48.250		
02.02.25	Outros Serviços	30.300		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.405.100
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1.000	
04.01.02	Privadas	1.000		
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		90.000	
04.05.01	Continente			
04.05.01.01	Freguesias			
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências	90.000		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.314.100	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	1.314.100		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			446.354
07.01	INVESTIMENTOS		446.354	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	32.000		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.09	Outros	410.154		
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	2.900		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	1.300		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			40.000
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		19.950	
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias			
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	19.950		
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		20.000	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	20.000		
08.08	FAMÍLIAS		50	
08.08.01	Empresário em Nome Individual	50		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
17.00 D. para os Direitos Sociais		13.879.177		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			2.536.175
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		114.965	
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	20.000		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	36.500		
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	6.500		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	16.500		
02.01.21	Outros Bens	35.465		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.421.210	
02.02.03	Conservação de Bens	27.500		
02.02.08	Locação de Outros Bens	70.000		
02.02.10	Transportes	13.685		
02.02.12	Seguros	8.500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	60.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	72.616		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	538.429		
02.02.25	Outros Serviços	1.630.480		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			6.288.050
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		95.000	
04.03.01	Estado	95.000		
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		850.000	
04.05.01	Continente			
04.05.01.01	Freguesias			
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências	840.000		
04.05.01.01.03	Outros	10.000		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		5.338.550	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	5.338.550		
04.08	FAMÍLIAS		4.500	
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	4.500		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000
06.02	DIVERSAS		2.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	2.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			5.038.166
07.01	INVESTIMENTOS		5.038.166	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	2.079.997		
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	1.453.353		
07.01.03.01.06	Outros	400.000		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	954.816		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	35.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	115.000		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			14.786
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		14.786	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	14.786		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
18	D.M. AMB., EST. VERDE, CLIMA E ENERGIA			
18.00	Direção			8.887.866
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			970.935
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		401.129	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	36.200		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	90.791		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	4.200		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	48.770		
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	41.600		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	26.690		
02.01.14	Outro Material - Peças	42.214		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	6.800		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	13.750		
02.01.21	Outros Bens	90.114		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		569.806	
02.02.03	Conservação de Bens	55.400		
02.02.06	Locação de Material de Transporte	60.659		
02.02.10	Transportes	3.000		
02.02.19	Assistência Técnica	184.865		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	7.900		
02.02.25	Outros Serviços	257.982		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			47.052
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		47.052	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	47.052		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			303.000
06.02	DIVERSAS		303.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	303.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			7.516.879
07.01	INVESTIMENTOS		7.516.879	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário	392.000		
07.01.03.01.06	Outros	59.050		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.04	Parques e Jardins	4.532.343		
07.01.04.01.08	Cemitérios	1.934.670		
07.01.04.01.09	Outros	242.808		
07.01.06	Material de Transporte			
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.	50.000		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	40.000		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	25.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	170.008		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	6.500		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	64.500		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			50.000
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		50.000	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	50.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
18	D.M. AMB., EST. VERDE, CLIMA E ENERGIA			
18.01	D.de Ambiente, Energia e Alt. Climáticas			5.185.120
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			735.559
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		130.468	
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	150		
02.01.04	Limpeza e Higiene	100		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	300		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	2.000		
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	30.000		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	200		
02.01.12	Material de Transporte - Peças	2.000		
02.01.14	Outro Material - Peças	12.552		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	3.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	1.300		
02.01.21	Outros Bens	78.866		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		605.091	
02.02.03	Conservação de Bens	15.300		
02.02.08	Locação de Outros Bens	10.000		
02.02.12	Seguros	4.000		
02.02.13	Deslocações e Estadas	40.127		
02.02.17	Publicidade	2.000		
02.02.19	Assistência Técnica	170.888		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	225.348		
02.02.25	Outros Serviços	137.428		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			60.000
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		60.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	60.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.500
06.02	DIVERSAS		2.500	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	2.500		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			4.369.436
07.01	INVESTIMENTOS		4.369.436	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	760.484		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.03	Iluminação Pública	2.025.202		
07.01.04.01.04	Parques e Jardins	75.000		
07.01.04.01.09	Outros	1.319.992		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	88.758		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	50.000		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	50.000		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			17.625
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		17.625	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	17.625		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
18	D.M. AMB., EST. VERDE, CLIMA E ENERGIA			
18.02	D. de Estrutura Verde			29.687.534
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			9.281.016
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		313.913	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	22.685		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.02	Gasóleo	6.300		
02.01.02.03	Outros	33.500		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	111.138		
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	8.800		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	2.500		
02.01.12	Material de Transporte - Peças	2.450		
02.01.14	Outro Material - Peças	61.500		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	12.300		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	300		
02.01.21	Outros Bens	52.440		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		8.967.103	
02.02.01	Encargos das Instalações	2.500		
02.02.03	Conservação de Bens	15.377		
02.02.08	Locação de Outros Bens	10.127		
02.02.10	Transportes	50		
02.02.12	Seguros	4.530		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	28.991		
02.02.19	Assistência Técnica	2		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	109.971		
02.02.25	Outros Serviços	8.795.555		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			360.142
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		360.142	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	360.142		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			51.081
06.02	DIVERSAS		51.081	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	51.081		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			19.972.945
07.01	INVESTIMENTOS		19.972.945	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	599.470		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	3.128.946		
07.01.04.01.04	Parques e Jardins	10.632.846		
07.01.04.01.09	Outros	4.756.293		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	17.750		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	328.107		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	5.000		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	504.533		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			22.350
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		22.350	
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias			

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
18	D.M. AMB., EST. VERDE, CLIMA E ENERGIA			
18.02	D. de Estrutura Verde			
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências			22.350

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
19	D.M. DE HIGIENE URBANA			
19.00	Direção			14.118
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			13.618
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		4.000	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	1.500		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	1.000		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	500		
02.01.21	Outros Bens	1.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		9.618	
02.02.10	Transportes	300		
02.02.25	Outros Serviços	9.318		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			500
06.02	DIVERSAS		500	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	500		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
19	D.M. DE HIGIENE URBANA			
19.01	D. de Higiene Urbana			24.926.296
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			9.247.253
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		469.850	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	4.500		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.02	Gasóleo	11.500		
02.01.02.03	Outros	12.000		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	1.000		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	291.345		
02.01.14	Outro Material - Peças	68.107		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	10.000		
02.01.21	Outros Bens	71.398		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		8.777.403	
02.02.03	Conservação de Bens	25.000		
02.02.06	Locação de Material de Transporte	207.674		
02.02.10	Transportes	200		
02.02.12	Seguros	650		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	52.000		
02.02.19	Assistência Técnica	59.101		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	8.336.948		
02.02.25	Outros Serviços	95.830		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			5.110.495
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		5.000.000	
04.05.01	Continente			
04.05.01.01	Freguesias			
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências	5.000.000		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		110.495	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	110.495		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			884.920
06.02	DIVERSAS		884.920	
06.02.01	Impostos e Taxas			
06.02.01.01	Impostos e taxas pagas pela Autarquia			
06.02.01.01.01	Taxa Gestão Resíduos - TGR	874.920		
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	10.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			9.683.628
07.01	INVESTIMENTOS		9.683.628	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário	1.004.600		
07.01.03.01.06	Outros	109.670		
07.01.06	Material de Transporte			
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.	6.189.478		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	8.300		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	2.280.580		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	41.000		
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor			
07.01.12.01	Art.e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.	50.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
19	D.M. DE HIGIENE URBANA			
19.02	D. de Reparação e Manutenção Mecânica			10.410.763
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			9.303.581
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		4.238.763	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	108.804		
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes			
02.01.02.03	Outros	1.848.692		
02.01.04	Limpeza e Higiene	32.488		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	150		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	181.907		
02.01.12	Material de Transporte - Peças	1.991.233		
02.01.14	Outro Material - Peças	1.600		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	36.089		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	150		
02.01.21	Outros Bens	37.650		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5.064.818	
02.02.02	Limpeza e Higiene	262.302		
02.02.03	Conservação de Bens	212.485		
02.02.06	Locação de Material de Transporte	1.742.344		
02.02.08	Locação de Outros Bens	15.890		
02.02.10	Transportes	46.140		
02.02.12	Seguros	510.000		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	4.428		
02.02.19	Assistência Técnica	2.061.499		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	71.028		
02.02.25	Outros Serviços	138.702		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			40.000
06.02	DIVERSAS		40.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	40.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			1.067.182
07.01	INVESTIMENTOS		1.067.182	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	213.587		
07.01.06	Material de Transporte			
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.	567.400		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	9.500		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	261.695		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	15.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
20	D.M. DE MOBILIDADE			
20.00	Direção			37.823.823
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			2.963.704
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		1.450	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	200		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	250		
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro	100		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	500		
02.01.21	Outros Bens	400		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.962.254	
02.02.10	Transportes	10.050		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	607.509		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	18.685		
02.02.19	Assistência Técnica	1.665.703		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	513.507		
02.02.25	Outros Serviços	146.800		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			30.000
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		30.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	30.000		
05	SUBSÍDIOS			29.000.000
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS		29.000.000	
05.01.01	Públicas			
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais			
05.01.01.01.04	CARRIS	29.000.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			14.300
06.02	DIVERSAS		14.300	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	14.300		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			5.755.819
07.01	INVESTIMENTOS		5.755.819	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	80.000		
07.01.04.01.06	Sinalização e Trânsito	3.761.819		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	1.299.000		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	615.000		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			60.000
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		60.000	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	60.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
20	D.M. DE MOBILIDADE			
20.01	D. de Gestão da Mobilidade			2.185.500
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			788.000
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		788.000	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	175.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	390.000		
02.02.25	Outros Serviços	223.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000
06.02	DIVERSAS		5.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	5.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			1.392.500
07.01	INVESTIMENTOS		1.392.500	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	1.300.000		
07.01.04.01.09	Outros	92.500		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
21	D.M. DE CULTURA			
21.00	Direção			24.135.096
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			2.464.623
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		231.642	
02.01.04	Limpeza e Higiene	1.200		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	9.900		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	580		
02.01.08	Material de Escritório	8.650		
02.01.16	Mercadorias p/ Venda	22.525		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	11.264		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	87.692		
02.01.21	Outros Bens	89.831		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2.232.981	
02.02.01	Encargos das Instalações	92.793		
02.02.03	Conservação de Bens	62.366		
02.02.08	Locação de Outros Bens	22.481		
02.02.10	Transportes	200.757		
02.02.12	Seguros	65.607		
02.02.13	Deslocações e Estadas	52.600		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	56.780		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	702.650		
02.02.17	Publicidade	30.551		
02.02.19	Assistência Técnica	55.000		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	634.031		
02.02.25	Outros Serviços	257.365		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			4.375.054
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1.220.152	
04.01.02	Privadas	1.220.152		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		3.154.902	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	3.154.902		
05	SUBSÍDIOS			10.625.000
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS		10.625.000	
05.01.01	Públicas			
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais			
05.01.01.01.01	EBAHL/EGEAC.ME	9.500.000		
05.01.01.02	Outras			
05.01.01.02.03	Assoc.de Música, Educação e Cultura	1.125.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			82.589
06.02	DIVERSAS		82.589	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	82.589		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			6.075.627
07.01	INVESTIMENTOS		6.075.627	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.01	Infraestruturas Culturais	3.463.334		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.09	Outros	50.000		
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	2.500		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	10.000		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	35.403		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
21	D.M. DE CULTURA			
21.00	Direção			
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	1.913.308		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	10.000		
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor			
07.01.12.01	Art.e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.	290.680		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	300.402		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			512.203
08.01	SOC. E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		50.000	
08.01.02	Privadas	50.000		
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		462.203	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	462.203		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
21	D.M. DE CULTURA			
21.01	D. de Património Cultural			1.977.314
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			1.022.590
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		73.818	
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	2.252		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	350		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	2.600		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	250		
02.01.16	Mercadorias p/ Venda	3.000		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	4.635		
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	3.590		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	12.460		
02.01.21	Outros Bens	44.681		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		948.772	
02.02.03	Conservação de Bens	22.861		
02.02.08	Locação de Outros Bens	5.000		
02.02.10	Transportes	41.000		
02.02.12	Seguros	1.000		
02.02.13	Deslocações e Estadas	5.000		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	123.192		
02.02.19	Assistência Técnica	165.409		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	567.546		
02.02.25	Outros Serviços	17.764		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			30.000
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		30.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	30.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			550
06.02	DIVERSAS		550	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	550		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			924.174
07.01	INVESTIMENTOS		924.174	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.01	Infraestruturas Culturais	124.770		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.09	Outros	145.451		
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	132.584		
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	66.225		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	21.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	47.927		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Adm.Local - C	16.297		
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor			
07.01.12.01	Art.e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.	152.810		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	217.110		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
22	D.M. ECONOMIA E INOVAÇÃO			
22.00	Direção			3.766.518
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			370.387
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		4.150	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	150		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	2.000		
02.01.21	Outros Bens	2.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		366.237	
02.02.10	Transportes	2.000		
02.02.17	Publicidade	5.000		
02.02.25	Outros Serviços	359.237		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			3.300.000
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		3.000.000	
04.01.02	Privadas	3.000.000		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		150.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	150.000		
04.08	FAMÍLIAS		150.000	
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	150.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			96.131
07.01	INVESTIMENTOS		96.131	
07.01.08	Software Informático			
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	96.131		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
22	D.M. ECONOMIA E INOVAÇÃO			
22.01	D. de Inovação e Setores Estratégicos			16.918.281
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			220.281
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		10.000	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	10.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		210.281	
02.02.08	Locação de Outros Bens	5.000		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	16.664		
02.02.17	Publicidade	2.100		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	75.400		
02.02.25	Outros Serviços	111.117		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			85.000
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		85.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	85.000		
05	SUBSÍDIOS			1.000.000
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS		1.000.000	
05.01.01	Públicas			
05.01.01.02	Outras			
05.01.01.02.02	Associação Turismo de Lisboa	1.000.000		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			13.000
06.02	DIVERSAS		13.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	13.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			50.000
07.01	INVESTIMENTOS		50.000	
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	5.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	45.000		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			15.550.000
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		15.550.000	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	15.550.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
22	D.M. ECONOMIA E INOVAÇÃO			
22.02	D. Emprego, Empreendedorismo e Empresas			1.144.268
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			627.837
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		8.000	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	8.000		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		619.837	
02.02.03	Conservação de Bens	5.000		
02.02.11	Representação dos Serviços	1.500		
02.02.12	Seguros	500		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	9.351		
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	500		
02.02.17	Publicidade	7.000		
02.02.19	Assistência Técnica	3.500		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	129.800		
02.02.25	Outros Serviços	462.686		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			431.000
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		156.000	
04.01.02	Privadas	156.000		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		275.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	275.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			85.431
07.01	INVESTIMENTOS		85.431	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.06	Outros	40.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	15.000		
07.01.11	Ferramentas e Utensílios			
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Ad.Local - C	10.431		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	20.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
22	D.M. ECONOMIA E INOVAÇÃO			
22.03	D. Estruturas Proximidade e Espaço Público			1.686.853
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			291.444
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		54.800	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	1.200		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	900		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	200		
02.01.14	Outro Material - Peças	15.000		
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	10.000		
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	600		
02.01.21	Outros Bens	26.900		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		236.644	
02.02.03	Conservação de Bens	7.500		
02.02.12	Seguros	5.000		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	40.500		
02.02.19	Assistência Técnica	52.144		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	116.950		
02.02.25	Outros Serviços	14.550		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			50.000
04.01	SOC.E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		5.000	
04.01.02	Privadas	5.000		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		20.000	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	20.000		
04.08	FAMÍLIAS		25.000	
04.08.02	Outras			
04.08.02.02	Outras	25.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			1.345.409
07.01	INVESTIMENTOS		1.345.409	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário	1.305.409		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	40.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
23.00 D. de Educação				38.354.035
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			6.559.017
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		4.766.898	
02.01.04	Limpeza e Higiene	1.000		
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	4.580.653		
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	70.797		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	2.500		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	1.000		
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro	2.500		
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	12.200		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	88.998		
02.01.21	Outros Bens	7.250		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.792.119	
02.02.03	Conservação de Bens	6.500		
02.02.08	Locação de Outros Bens	7.000		
02.02.10	Transportes	863.105		
02.02.11	Representação dos Serviços	23.000		
02.02.12	Seguros	1.400		
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	159.290		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	18.500		
02.02.25	Outros Serviços	713.324		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			14.193.880
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		6.023.001	
04.03.01	Estado	6.023.001		
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		6.901.806	
04.05.01	Continente			
04.05.01.01	Freguesias			
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências	2.800.000		
04.05.01.01.03	Outros	4.101.806		
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.269.073	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	1.269.073		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			450
06.02	DIVERSAS		450	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	450		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			17.550.688
07.01	INVESTIMENTOS		17.550.688	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	16.965.724		
07.01.07	Equipamento de Informática			
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	150.000		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	434.964		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			50.000
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		50.000	
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias			
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	50.000		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
24.00 D. da Atividade Física e do Desporto				8.338.881
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			575.881
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		204.398	
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	76.700		
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	20.244		
02.01.11	Material de Consumo Clínico	150		
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	49.592		
02.01.21	Outros Bens	57.712		
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		371.483	
02.02.03	Conservação de Bens	47.300		
02.02.04	Locação de Edifícios	18.000		
02.02.08	Locação de Outros Bens	20.500		
02.02.10	Transportes	6.650		
02.02.12	Seguros	35.000		
02.02.19	Assistência Técnica	6.598		
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	52.020		
02.02.22	Serviços de Saúde	250		
02.02.25	Outros Serviços	185.165		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.790.328
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.790.328	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	1.790.328		
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000
06.02	DIVERSAS		10.000	
06.02.03	Outras			
06.02.03.03	Outras	10.000		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			1.422.636
07.01	INVESTIMENTOS		1.422.636	
07.01.03	Edifícios			
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente			
07.01.03.01.04	Instalações Desportivas e Recreativas	959.817		
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.05	Instalações Desportivas e Recreativas	89.000		
07.01.09	Equipamento Administrativo			
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	2.750		
07.01.10	Equipamento Básico			
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	363.624		
07.01.15	Outros Investimentos			
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	7.445		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			4.540.036
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		90.400	
08.03.06	Serviços e Fundos Autónomos	90.400		
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		3.335.178	
08.05.01	Continente			
08.05.01.01	Freguesias			
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	3.335.178		
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1.114.458	
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	1.114.458		

ORÇAMENTO DA DESPESA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EM EUROS)		
		RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
25.00 Plano Geral de Drenagem de Lisboa				28.974.509
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			612.579
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		612.579	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proj.e Consultadoria	612.579		
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			28.361.930
07.01	INVESTIMENTOS		28.361.930	
07.01.04	Construções Diversas			
07.01.04.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares			
07.01.04.01.02	Esgotos	105.051		
07.01.04.01.09	Outros	28.256.879		
TOTAL GERAL				1.142.500.000

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Unidade: Euro

Provisões para Riscos e Encargos	Valor contingência
Provisões Processos Judiciais em Curso	179.649.101,96
Provisão para a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil	2.902.518,60
Provisões para responsabilidades com pensões	14.813.898,49
Provisões para responsabilidades com fornecedores	7.482.124,73
Provisões da Integração da EPUL	894.052,08
Total	205.741.695,86

Anexo I. ENTIDADES PARTICIPADAS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Unidade: euro

Nome	Sede	NIF	Participação	
			Valor	%
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa	514387130	20.926.618,00	18,38
AIEL - Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa	Rua da Prata, 78 / 80, 1100-420 - Lisboa	510039170	450.000,00	100,00
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004-511 COIMBRA	501627413	6.511,32	0,43
APJ - Associação Parque da Junqueira	Praça das Indústrias, 1300-307 Lisboa	504106171	11.761.654,41	26,10
Área Metropolitana de Lisboa	Rua Cruz de Santa Apolónia, 23,25 e 25A, 1100-187 Lisboa	502826126	652.818,53	18,94
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA	Rua 1º. Maio, 103 , 1300-472 Lisboa	500595313	60.013.424,00	100,00
EGEAC- Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A.	Avenida da Liberdade, 192, 1250-147 Lisboa	503584215	448.918,11	100,00
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.	Alameda das Linhas de Torres, 198/200, 1750-150 Lisboa	503311332	32.000.000,00	100,00
FAM - Fundo Apoio Municipal	Rua Tenente Espanca, 20, 1050-223 Lisboa	513319182	9.504.263,25	3,00
GEBALIS - Gestão do arrendamento social em Bairros Municipais de Lisboa, EM, SA	Rua Costa Malheiro, lote B12 - Bairro Alfredo Bensaúde, 1800-412 Lisboa	503541567	1.300.000,00	100,00
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA	Rua da Correnteza, 9, 1400-077 Lisboa	507023129	2.000.000,00	100,00
LISPOLIS - Associação para o Pólo Tecnológico de Lisboa	Estrada do Paço do Lumiar, 44, 1600-546 Lisboa	502603933	87.500,00	7,50
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	Lugar do Quintanilho - Loures, 2660-421 São Julião do Tojal	503157562	2.970.272,55	9,90
VALORSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, SA	Plataforma Ribeirinha da CP - Estação de Mercadorias da Bobadela, 2696-801 S. João da Talha Loures	509479600	5.040.000,00	20,00
Total			147.161.980,17	



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL